

A ESCOLA PRIMARIA

REVISTA MENSAL

Sob a direcção de inspectores escolares do Districto Federal

REDACÇÃO:

Rua Sete de Setembro, 174

Rio de Janeiro — Tel. 4337 C.

ASSIGNATURAS:

Para o Brasil	um anno	9\$000
União Postal	» »	10\$000
Para o Brasil	6 mezes	5\$000

SUMMARIO

	A commemoração do centenario nas escolas primarias.
	IDÉAS E FACTOS
	Programma para a commemoração do primeiro centenario da proclamação da independencia, nas escolas primarias do Brasil. Politica de instrucção publica.
Pedro do Couto	A nossa independencia.
Escragnolle Coria	O fico
Augusto de Lima	A União e o ensino primario.
Osorio Duque Estrada	Os precusores.
Ignacio do Amaral	José Bonifacio.
Dr. Affonso Penna Junior	Em prol do ensino primario.
A. Alvim	Liga de bondade.
Alfredo Balthazar da Silveira	Um precursor da independencia.
Silva Marques	Pedro I e a sua obra.
Myrthes de Campos	A proposito de uma reforma de Instrucção. Uma obra patriotica. Bibliographia. Correspondencia. Expediente.
	A ESCOLA
A. Joviano	Objecto indirecto.

Hemeterio dos Santos	Diminutivo.
Maria Stella	Cartas serranas.
	ESCOLA NORMAL
I. A.	Geographia.
	LIÇÕES E EXERCÍCIOS
	Educação do homem e do cidadão.
	O culto civico dos grandes homens.
	Lingua materna (1.º, 2.º, 3.º, 4.º e 5.º annos).
	Geographia.
	O episodio da Independencia o suas relações geographicas.
	Historia.
	A independencia do Brasil.
M. A.	O Brasil e o seu adeantamento.
O. C.	Arithmetica.
	Classes elementares.
Odette da Silva e Oliveira	Physica.
	Efeitos do calor sobre os corpos.
Zuleida Godinho Recife	Classe maternal.
	Aula de jardinagem.
Nadyr M. Azevedo do Amaral	Jardim da infancia.
	Dons de Froebel.

A Commemoração do Centenario nas Escolas Primarias

Reunimos neste numero alguns elementos para facilitar ao professorado das escolas primarias do Brasil a mais condigna commemoração do primeiro centenario da nossa independencia.

Subirá de ponto a solemnidade de tal commemoração si a adopção de um programma uniforme assegurar á infancia de cada uma das escolas primarias do Brasil a associação de todos os seus pequeninos collegas, espalhados pela vastidão do nosso territorio, em cada um dos actos civicos pelos quaes se manifestará a effusão de suas almas juvenis.

Nenhum professor desconhecerá o valor da acção suggestiva, exercida sobre os seus discipulos, pela certeza de, na mesma hora em que elles entoam um hymno patriotico, na sala da aula de sua escola, em qualquer recanto do sertão brasileiro, serem acompanhados, nesse mesmo cantico festivo, por milhares e milhares de outras criancinhas, animadas do mesmo sentimento civico e espalhadas por todas as escolas primarias da nossa terra.

E' certo que um programma de festejos commemorativos passivel de execução nas escolas urbanas das grandes capitães, nem sempre poderá ser cumprido numa modesta escola sertaneja, perdida no meio das florestas brasileiras.

Um programma uniforme para execução simultanea em todas as escolas primarias do Brasil deve, portanto, ser elaborado attendendo

às possibilidades das localidades mais baldas de recursos. Nenhum prejuizo, porém, advirá das simplificações exigidas para a sua adopção em todo o Brasil, pois a maior simplicidade seria sobejamente compensada pela possibilidade de sua geral e simultanea execução em todo o paiz.

Não pomos em duvida que o professorado das escolas primarias brasileiras, tanto officaes como privadas, adoptará o programma que publicamos, e procurará executal-o com enthusiasmo e ardor civico.

Desdobra-se tal programma em duas partes, uma, preliminar, a outra, essencial, referindo-se a primeira á rememoração dos acontecimentos que prepararam o episodio do Ypiranga, e consistindo a segunda na solemne commemoração da nossa independencia, na data magna do Sete de Setembro.

Não prescreve esse programma a limitação dos festejos escolares onde elles possam se revestir de maior pompa e brilhantismo; nelle são consignadas unicamente as cerimoniaes essenciaes da commemoração civica, que podem e devem ser simultaneamente realisadas em todas as escolas, por mais escassos que sejam os seus recursos.

Onde maior brilho puderem ter os festejos commemorativos do primeiro centenario da nossa independencia, nada impedirá uma ampliação do programma, que é simples para que possa ser por todos adoptado e executado.

IDEIAS E FACTOS

Programma para a commemoração do primeiro centenario da proclamação da independencia, nas escolas primarias do Brasil

1.ª PARTE

Commemoração do 1.º Centenario do decreto que exigiu o "cumpra-se" do principe D. Pedro para a execução das leis portuguezas no Brasil. — 4 de Maio de 1922.

A's 12 horas

Formatura da escola e cerimonia de içar a bandeira, cantando os alumnos o hymno nacional e, em seguida, o hymno da bandeira.

A's 12 1/2 horas

Allocução do professor, em que será feita uma vista retrospectiva dos acontecimentos occorridos, desde a chamada do principe D. Pedro á Europa, pelas Côrtes de Lisbôa, até a expedição do decreto de 4 de Maio de 1822. O professor insistirá principalmente sobre o episodio do "Fico" (9 de Janeiro de 1822), a entrada de José Bonifacio para o governo (16 de Janeiro), e a chamada dos procuradores das provincias para se reunirem no Rio de Janeiro, junto ao principe D. Pedro (16 de Fevereiro).

A significação do decreto de 4 de Maio será accentuada como a do primeiro acto politico de alcance pratico para affirmar a autonomia governamental do Reino do Brasil, o qual assim se reservava o direito de accetar ou rejeitar as leis vigentes em Portugal.

Concluida a allocução do professor a escola novamente cantará o hymno nacional, encerrando-se assim a cerimonia.

*
* *

Commemoração do 1.º centenario do decreto que convocou a Assembléa Con-

stituente Legislativa — 3 de Junho de 1922.

Esta commemoração obedecerá ao mesmo programma da de 4 de Maio, sendo que a allocução do professor passará em revista os acontecimentos desenvolvidos desde a expedição do decreto de 4 de Maio, mencionando especialmente a grande manifestação ao principe D. Pedro, promovida pelo Senado da Camara e pela Maçonaria, no dia 13 de Maio, anniversario de el-rei D. João VI, quando foi offerecido ao principe o titulo de "Protector e defensor perpetuo do Brasil".

Insistirá o professor sobre a alta significação do decreto de convocação da Assembléa Constituinte como o verdadeiro acto de nossa emancipação, accentuando que a consummação da independencia só exigia, então, um acto em que se definisse a verdadeira situação do paiz e um episodio suggestivo para marcar o advento de uma nova era aos olhos das massas populares.

Devem ser assignalados os motivos que retardaram a acção do governo, demorando a expedição do decreto de 3 de Junho; é mister explicar porque medearam tantos mezes entre o acto que chamou á capital os procuradores das provincias (16 de Fevereiro) e o que convocou a Assembléa Constituinte, lembrando a necessidade em que se achava o governo do Rio de Janeiro de receber o apoio e a adhesão das provincias brasileiras onde ainda se fazia sentir a influencia portugueza.

Para justificar a convocação da Constituinte sómente em 3 de Junho, recordará o professor que a adhesão pernambucana, alcançada pelo esforço de Vasconcellos de Drummond, agindo de concerto e por ordem de José Bonifacio, — só foi so-

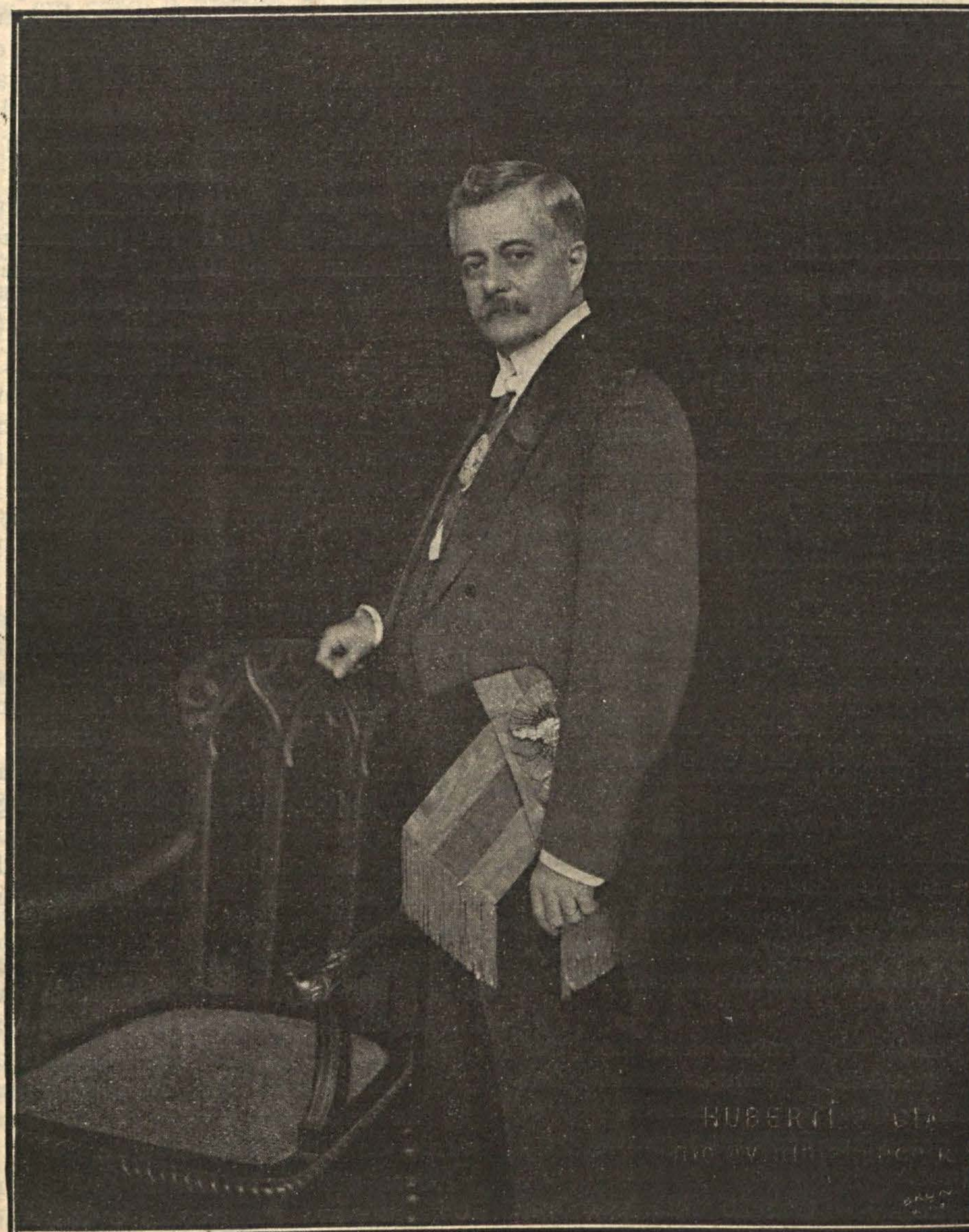
lemnemente pronunciada a 2 de Junho de 1822.

*
* *

Commemoração do 1.º centenario da proclamação do principe D. Pedro ás

accentuar haver sido a proclamação do principe D. Pedro ás provincias do Brasil o primeiro acto official em que se definiu a verdadeira situação do paiz e os seus objectivos de emancipação politica.

Devem os professores repetir aos seus



DR. EPITACIO PESSOA

Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil

provincias do Brasil. — 1 de Agosto de 1922.

Esta commemoração obedecerá ao mesmo programma das duas precedentes, devendo a allocução do professor

discipulos algumas das mais expressivas passagens daquelle documento politico, pelo menos o seu inicio, pela phase de uma celebrada proclamação dos dias da revolução franceza — "Está acabado o

tempo de enganar os homens" — e a sua conclusão, onde se formula desassombradamente o proposito de independencia: — "Não se ouça entre vós outro grito que não seja — União! Do Amazonas ao Prata não retumbe outro echo que não seja — Independencia! Formem todas as nossas provincias o feixe mysterioso que nenhuma força pôde quebrar. Desappareçam de uma vez antigas preocupações, substituindo o amor do bem geral ao de qualquer provincia ou cidade".

2.^a PARTE

Commemoração do 1.^o centenario do episodio do Ypiranga. — 7 de Setembro de 1922.

A's 12 horas

Formatura da escola e execução do hymno da independencia, cantado em côro por todos os alumnos.

(A seguir). — Içar a bandeira cantando os alumnos, em côro, o hymno nacional.

(A seguir). — Execução do hymno da bandeira, cantado em côro por todos os alumnos.

(A seguir). — Execução do hymno da Republica, cantado em côro por todos os alumnos.

(A seguir). — Oração lida por um alumno, rendendo uma homenagem aos obreiros da civilização do Brasil, por uma rapida apreciação dos vultos de José de Anchieta e Manoel da Nobrega e da acção dos bandeirantes na penetração dos nossos sertões.

(A seguir). — Oração lida por um alumno, rendendo uma homenagem aos defensores da terra brasileira representados pelos heroicos insurgentes pernambucanos.

(A seguir). — Oração lida por um alumno, evocando em rapida allusão os diferentes movimentos nativistas processados na terra brasileira.

(A seguir). — Oração lida por um alumno, rendendo homenagem aos martyres da liberdade brasileira, resumidos em Philippe dos Santos Freiré, — a alma do levante de Villa Rica, — Tiradentes, — o heroico inconfidente, — e Domingos

Martins e seus companheiros de sacrificio.

(A seguir). — Execução do hymno nacional.

Intervallo.

A's 14 horas

Allocação pelo professor, em que memorará os factos que immediatamente precederam o episodio do Ypiranga, desde a partida do principe D. Pedro para São Paulo (14 de Agosto), assignalando especialmente a sessão realisada na Maçonaria, sob a presidencia do 1.^o vigilante Joaquim Gonçalves Ledo, em 20 de Agosto, na qual foi proclamada a independencia do Brasil; a reunião do ministerio, tendo á sua frente José Bonifacio e sob a presidencia da princeza D. Leopoldina, no palacio de São Christovão, no dia 23 de Agosto, reunião na qual foi reconhecida a imprescindivel necessidade da declaração da independencia, escrevendo nesse sentido ao principe ausente, tanto sua esposa como José Bonifacio; a partida, para São Paulo, do mensageiro Paulo Bregaro, ás 11 1/2 horas da manhã desse dia 23 de Agosto, levando ao principe as missivas de Dona Leopoldina e de José Bonifacio; o encontro de Paulo Bregaro, acompanhado do sargento-mór Antonio Ramos Cordeiro, com o principe D. Pedro e sua comitiva, junto ao regato do Ypiranga, ás 4 1/2 da tarde de 7 de Setembro, quando este regressava de Santos para S. Paulo e o episodio da — "Independencia ou morte".

Concluida essa narrativa, deverá o professor apreciar o episodio do Ypiranga e a acção dos personagens que para elle contribuíram directa ou indirectamente, terminando por uma summaria exposição da evolução brasileira no primeiro seculo de vida independente.

Nessa exposição limitar-se-á o professor a alludir ás agitações e difficuldades do 1.^o reinado, culminando no epilogo do 7 de Abril; a esboçar a tarefa politica da Regencia no restabelecimento da ordem e nas conquistas liberaes do Acto Additional; a caracterizar os principaes acontecimentos do 2.^o reinado no revolucionario advento da maioridade, nas guerras do Sul e nas progressivas conquistas para a abolição da escravidão;

finalmente, a assignalar o advento da Republica e os seus maiores triumphos, constituído pelo fechamento das nossas fronteiras e na liquidação das nossas pendencias internacionaes, gloriosamente ultimadas graças ao genio de Rio Branco.

Encerrar-se a cerimonia cantando os alumnos, em côro, o hymno da independencia.

Observações

Em cada uma das commemorações será a bandeira nacional içada por uma commissão de seis alumnos, escolhidos por eleição dos seus collegas que no mez anterior ao da solemnidade não tiverem tido uma só nota má de applicação ou comportamento.

Essa eleição será realisada no sabbado anterior ao da solemnidade em que deva servir a commissão eleita.

Serão igualmente escolhidos pelos mesmos eleitores os quatro alumnos que devam lêr as quatro orações da commemoração de Sete de Setembro, orações que devem ser redigidas, ou, pelo menos, revistas, pelo professor, de accôrdo com as indicações consignadas neste programma.



Politica de Instrucção Publica

VI

Interrompemos, neste numero, a série de artigos, que vimos publicando, sob o titulo supra, nos seis ultimos, que o precederam.

E' que o presente numero da "A Escola Primaria" não se destina sómente aos seus leitores habituaes, obrigada a uma larga diffusão para satisfazer ao seu objectivo especial de proporcionar aos professores de todas as escolas primarias do Brasil os elementos necessarios á mais condigna commemoração da primeiro centenario da nossa independencia.

Os leitores excepcionaes, que tal circumstancia facultará a "A Escola Primaria", não poderiam tirar o menor proveito da leitura de um artigo isolado da série que vimos publicando, desde o nosso numero do mez de Abril ultimo, sobre a "politica de instrucção publica"; pareceu-nos que mais util lhes seria uma informação succinta sobre as idéas por nós sustentadas em taes escriptos, com o que tambem mais vantagens teria o publico, pelo interesse de maior numero de cidadãos numa campanha de tão alta relevancia e que encomiasticos applausos provocou dos mais prestigiosos órgãos da imprensa carioca.

Cumprimos, pois, essa tarefa, começando por informar aos nossos novos leitores que a politica de instrucção publica, por nós pregada e propagada, não encerra um appello ao professorado para a sua arregimentação em agremiações eleitoralmente organisadas, com força bastante para a defesa de seus interesses perante os candidatos ás cadeiras das assembléas de legisladores.

Não nos dirigimos ás massas pedindo-lhes a força de uma congregação de vontades numa maioria eleitoral; dirigimo-nos á elite governamental, aos guias da intellectualidade brasileira para lhes representar a urgente necessidade de affirmar os pontos capitaes de uma politica de instrucção publica, que ha de assegurar a unidade do espirito nacional na vasta extensão do nosso territorio e na variedade de nucleos ethnicos disseminados no seio da população brasileira.

Precisamos, de facto, — como temos insistido, — definir os nossos objectivos como nacionalidade consciente dos seus destinos; precisamos preparar o futuro traçando a estrada que as novas gerações deverão palmilhar; precisamos affirmar as idéas capitaes em que se ha de formar a mentalidade do nosso povo, para que elle adquira a capacidade de solucionar os grandes problemas nacionaes, de modo a assegurar-lhe o bem estar e o progresso; precisamos, enfim, lançar as bases da nossa politica de instrucção, a começar pelo ensino primario, escolhendo os moldes em que deve ser educada a nossa gente.

Já é tempo de orientarmos racionalmente a direcção dos nossos negocios publicos preparando o nosso povo a melhor politica, traçada pelas proprias condições da nossa terra e da nossa gente.

E', pois, nas mãos do mestre de hoje que se acha o futuro do nosso paiz e, particularmente, a segurança da unidade nacional, pois cumpre não esquecer que a missão do professorado não se resume na tarefa de instruir os ignorantes, pela transmissão de maior ou menor somma de conhecimentos; cabe-lhe uma função mais nobre e mais elevada, a educação da mentalidade, do coração e do caracter do nosso povo.

Não deixemos, porém, o professorado ás cegas na incerteza da trilha a seguir para o desempenho da sua missão, nem o incumbamos de tarefa em que inutilmente se dissipem as suas energias.

Fixemos, pois, a politica de instrucção publica, a qual no dominio restricto da escola primaria deve estabelecer, preliminarmente, a extensão e os limites desse grão de ensino, de accôrdo com os preceitos da boa pedagogia e as condições peculiares ás nossas circumstancias, evitando, por igual, os extremos que pedantesamente dilatam os programmas ou que os reduzem á alphabetisação pura e simples, consistindo na habilitação á leitura, á escripta e á contagem.

E', de facto, indispensavel que o ensino primario comporte algumas noções fundamentaes referentes ao homem e á natureza, a nossa terra e a nossa gente, as nossas aspirações e os nossos recursos, isto é, que elle abranja o estudo da essencia da nossa lingua, das linhas

geraes da nossa geographia, das partes capitaes da nossa historia e das noções basicas das sciencias physicas e naturaes, transmittidas sob a fórma desprezenciosa de lições de coisas, ao mesmo tempo que comprehendendo as primeiras noções praticas do calculo arithmetico e bôas bases de uma instrucção moral e civica.

Desenvolvendo essas idéas, temos indicado tambem a orientação mais conveniente a ser adoptada por uma sã politica de instrucção publica, para o ensino da nossa geographia e da nossa historia, nas escolas primarias do Brasil.

Referindo-nos a essas duas disciplinas, — as unicas de que, por enquanto, temos nos occupado em particular, — assignamos que, ha trinta annos passados, as condições proprias do nosso paiz indicavam uma politica de instrucção cujo objectivo, na ordem strictamente geographica, seria preparar o nosso povo para a solução do problema do fechamento das nossas fronteiras internacionaes.

Tal problema está, hoje, felizmente, completamente resolvido, graças ao genio e ao esforço de Rio Branco, a quem coube a gloria sem par de, em menos de um quarto de seculo, encerrar brilhantemente a liquidação de todas as nossas pendencias de limites.

Tambem não subsistem mais os motivos. — conforme temos accentuado devidamente, — que, até alguns annos passados, justificariam a orientação dos estudos geographicos com o fim de focalizar a idéa da exploração do territorio como um dos objectivos principaes da nossa politica de instrucção publica, pois ainda Rio Branco não encerrara a phase historica do fechamento das fronteiras internacionaes, quando, Rondon e seus abnegados companheiros haviam iniciado as derradeiras campanhas para ultimar a descoberta do nosso "interland".

Hoje, o Brasil é um paiz descoberto, em territorio definido; a expansão territorial, a fixação das divisas e a penetração do sertão constituem problemas resolvidos, cuja phase já se encerrou.

O objectivo das gerações futuras deve ser, portanto, a expansão economica do paiz, aproveitando os immensos recursos existentes dentro das fronteiras de seu territorio. E' esta a idéa capital que uma sã politica de instrucção publica deve erigir em fundamento basico para

a feitura dos programmas de geographia, e sobre a qual temos calcado as indicações para o ensino dessa disciplina, salientando a sua alta importancia na formação intellectual dos povos, para a sua educação politica, pela extraordinaria aptidão das formulas geographicas, para synthetisarem, de um modo concreto, a integridade dos objectivos das aspirações politicas das nações, quer relativas á expansão territorial, quer referentes ao simples desenvolvimento da influencia economica ou do prestigio internacional, aspirações que, dessa maneira, se corporificam no espirito das massas, adquirindo a vitalidade que as torna passíveis de uma realização effectiva.

Egualmente, temos assignado o papel pedagogico do ensino da historia, para incutir na alma nacional o sentimento de aspirações politicas, que, de outra fórma, difficilmente se radicariam nas mais profundas camadas populares, mostrando ser tão facil a suggestão de uma idéa politica pela sua concretização numa formula geographica, como pela sua synthetização numa figura historica.

A escolha dessas figuras symbolicas deve obedecer, como temos ins'istido, á condicional de serem ellas typos significativos, com a indispensavel capacidade de suggestão das idéas que devam representar, e exige um meticoloso estudo das paginas da nossa historia, orientado de accôrdo com o principio fundamental da nossa politica de instrucção publica e os corollarios della decorrentes, entre os quaes sobressahem a renuncia a quaesquer pretensões de uma politica imperialista e a necessidade de serem as relações internacionaes entre o nosso paiz e as differentes potencias estrangeiras dictadas pela harmonia ou antagonismo de interesses economicos.

E' esta a politica de instrucção publica que temos prégado e continuaremos a sustentar, desenvolvendo idéas referentes á aspiração do conjunto da evolução brasileira e ao modo por que devem ser expostos os factos da nossa historia e ensinadas as bellezas da nossa lingua, livres da influencia de factores regionaes, que não só modificam a prosodia e alteram a orthographia, mas tambem deturpam a historia ao sabor de mal entendido bairrismo, prejudicando a unidade de espirito e de sentimento indispensavel á unidade de acção, que faz a verdadeira força das nacionalidades.

A NOSSA INDEPENDENCIA

Commemorar a independencia de um povo é evocar o momento em que elle se libertou inteiramente d'aquelle que lhe deu origem.

E nós, brasileiros, podemos fazer semelhante evocação?

7 de Setembro de 1822 nos lembra a completa separação da metropole? Para nós essa data significa a nossa maioridade, a hora legal e precisa em que passámos a dirigir-nos? Ella nos traz á mente a nossa perfeita autonomia, sem ingerencia indebita e attentatoria do povo que nos foi o primeiro formador?

Evidentemente, não. E esta resposta é, sem paixões, sem odios, sem descontentamento do papel historico do povo europeu do qual provimos em magna parte, aquella que resulta da contemplação do facto politico e especialmente do modo por que foi comprehendido.

Nós, queiram ou não os intimidados diante do portuguez, somos ainda, e por muito, colonia. A velha discordia entre reinões e colonos ainda existe, sob differentes aspectos. Somos aqui, apparentando uma independencia habilmente feita no momento, um povo subordinado aos interesses da colonia portugueza, que tudo pôde e tudo consegue.

Os nossos patricios, em sua maioria, vivem dominados pelos velhos reinões, que abusam da nossa fraqueza e nos exploram á vontade.

Tudo elles têm aqui — basta que o desejem. Receiamos praticar actos quaesquer, mesmo uteis a nós, desde que elles não queiram ou mesmo pareçam de qualquer modo contrarial-os.

Vivemos para elles.

Os capitaes, deixamos que elles os accumullem, e nos contentamos em afirmar que elles aqui os deixam, esquecendo-nos ingenuamente de que — se assim procedem é porque em sua terra rendem muito menos do que no Brasil. Não fôra esta circumstancia e nem um real veriamos.

Não ha ogeriza aos nossos primos d'além-mar quando assim nos exprimimos — ha sentimento nacional e ha repulsa á ingratitude que evidenciam quando manifestam para conosco claros sentimentos de antipathia.

Mas porque não nos amem, como deveram, os portuguezes, inacessíveis á comprehensão da gloria que lhes vem do encontro do Brasil quando ás Indias se dirigia Cabral, e porque não nos houvessemos d'elles emancipado economicamente, devemos olvidar o dia que nos libertou politicamente da metropole?

Devemos, e a isso nos obriga mesmo a natureza d'esta revista, pol-o em destaque, historiando-o com a verdade, fazendo sentir, sobretudo á mocidade, o que elle representa e quaes as suas figuras principaes. Outrosim, devemos pôr á margem as hypocrisias costumeiras e afirmar que — a data de 7 de Setembro está a exigir ha 99 annos um complemento logico: a nossa completa separação do portuguez.

Este ensinamento civico é que deve ser apostolado com ardor, com fé, com patriotismo.

Ponhamos de lado a preocupação interesseira dos commerciantes do ensino, humilhados ante o dinheiro da colonia portugueza, de cujos

filhos se querem fazer directores espirituaes, e em nossas escolas, onde deve pairar alto e nobre, sereno e immaculado, o sentimento nacional, digamos ao futuro a verdade inilludível, com a coragem dos sinceros e a abnegação dos desinteressados.

Ensinar civismo é ensinar a amar as patrias todas. Não ha nem deve haver espirito de animosidade para com as demais quando cultuamos a nossa. Não ha desconhecimento nem do respeito nem do carinho que devemos ás mães de nossos semelhantes, quando á nossa prestamos as homenagens do nosso affecto e da nossa gratidão.

Assim deve ser ensinado o amor da patria nas escolas primarias. Não devemos incutir antipathia ás patrias outras; devemos cantar a nossa, sem exaggeral-a, sem afirmar ridiculamente que é a primeira do mundo.

Porventura amamos menos nossas mães quando feias ou defeituosas? O amor ao Brasil deve ser a elle tal qual é. Deve ser um amor pelo amor e não uma manifestação de odio a outrem. Mas, para amal-o assim, convem que o apresentemos sem excessos, como dissemos, mas tambem sem deficiencia. E deficiencia é o modo por que, em regra, é elle apresentado aos que o querem estudar na sua historia e nos commentos feitos a seus factos principaes.

Quando aprecia circumstancias sociaes, não pode a critica despir-se do seu ponto de vista, é logico, mas deve dominar suas paixões e vêr os acontecimentos com o maximo de imparcialidade.

Abstrahir das contingencias da hora em que vive e transplantar-se á época que quer analysar, deve ser seu primeiro cuidado.

Vê-la bem, imaginar-se parte nos factos, balanceal-os com inteireza, e certo sahirá obra sã, trazendo quiçá falhas, mas filhas naturalissimas das falhas intrinsecas do observador.

A occasião não comporta applicuemos minuciosamente esse processo á apreciação do grito do Ypiranga. O que d'elle se deve concluir é que, expoentes maximos da obra de separação que já de longe vinha, salientam-se — José Bonifacio e Pedro I.

Bem se sabe que outros brasileiros, antes d'estes dous factores capitaes de nossa independencia, a quizeram com loucura e por ella morreram com dignidade.

Bem se sabe que Pedro I errou muito depois, e que começou a revelar-se mais portuguez do que brasileiro desde que pagou a Portugal uma indemnisação por nossa independencia.

Bem se sabe que José Bonifacio, quando outros brasileiros aqui se batiam e aqui morriam pela independencia, illustrava com o seu saber a metropole cantando até a rainha que matou Tiradentes, que pela independencia de sua terra morreu heroicamente.

Bem se sabe que José Bonifacio commetteu o erro gravissimo de pretender, como chefe dos *caramurús*, restaurar Pedro I no throno brasileiro, de onde fôra tirado a 7 de Abril de 1831.

Mas tambem o que se deve saber é que, na hora precisa, foi o prestigio de Pedro I o meio de que se serviu José Bonifacio para sepa-

O melhor para as crianças com lombrigas

O Vermifugo EMIL é um xarope de sabor agradável e de efeitos seguros nas lombrigas e varias espécies de ascarides.

E' completamente inoffensivo; não é irritante, a exemplo dos vermifugos oleosos.

E' preparado com vegetaes da flora brasileira, dos que são usados pelas commissões medicas do interior dos Estados, e, por isso, destróe todos os vermes, inclusive o anchylostomo.

Mas ainda mesmo quando as creanças nervosas e insomnes não expillam bichas, usando o Vermifugo EMIL, conseguem, com o seu uso, a calma e o dormir tranquillo.

O Vermifugo EMIL serve em qualquer caso, em creanças e adultos. Não tem dieta.

A' venda nas principaes pharmacias e drogarias. Preço: vidro 2\$500; pelo Correio, 3\$500

Deposito geral: Rua Uruguayana N. 66 Perestello & Filho.

rar-nos de Portugal. E esta separação já o grande paulista havia principiado a realisar, quando, como ministro, resolvera que nenhum acto proveniente da metropole seria posto em execução no Brasil sem o "cumpra-se" do príncipe regente.

Elevar José Bonifácio e Pedro I como typos primaciaes do 7 de Setembro não é desconhecer os serviços grandes dos seus antecessores e dos seus contemporaneos — é dar-lhes com justiça a funcção que lhes cabe nessa obra patriótica.

Que nos sirva de paralelo o 15 de Novembro de 1889. A Republica nesse dia foi proclamada, graças á acção de Benjamin Constant no espirito de Deodoro (identica á de José Bonifácio sobre Pedro I) e ao auxilio efficacissimo de Floriano Peixoto. Entretanto, o serviço de propaganda dos tres em pról da Republica foi nenhum.

Benjamin não foi precisamente um republicano decidido senão nos ultimos tempos; Deodoro, talvez o fosse na hora em que proclamou o novo regimen; e Floriano pertencia ao partido liberal, occupando um cargo de confiança governamental na hora em que derrubámos, definitivamente, o throno bragantino.

Os antecedentes politicos d'esses homens se podem comparar aos dos velhos apóstolos da idéa, desde Bernardo Vieira de Mello?

E ha quem negue, sobretudo da geração que viu a implantação da Republica e que vai saudosamente a mergulhar no crepusculo da vida, que foram esses tres homens os factores da obra de 15 de Novembro de 1889?

O mesmo se dá relativamente a José Bonifácio e a Pedro I. Elles foram o resumo de velhas aspirações que se vinham amadurando e que elles colheram no momento justo.

Cumpra que completemos a obra de 7 de Setembro. Esse desejo vem de longe, mas a corrente lusa o tem vencido.

Cooperemos para que não mais o vença.

Fiquemos nós mesmos.

Estamos promptos a dar a Portugal a nossa amizade, mas... elle lá na Europa e nós aqui na America. Somos o filho emancipado — queremos ser livres. Não se intromettam os nossos primos d'além-mar nas nossas cousas, como nós não nos immiscuimos nas suas.

E os nossos patricios aprendam com os portuguezes a ser nacionalistas. Amem a sua terra como elles amam a sua.

E este amor certamente nos dará a inteira independencia.

PEDRO DO COUTO.

HEITOR RIBEIRO & C.

Papelaria—Artigos para Escriptorio e Desenho, Papel e Livros em branco

Typographia, Lithographia, Pautação e Encadernação

R. da Quitanda, 88, 90, 92 — Officinas: R. do Rosario, 87

Telephona Norte 1664 — Caixa do Correio, 357

End. Telegraphico RICEDO

RIO DE JANEIRO

Os professores gozarão de abatimento

O FISCO

Correra 1821, cheio de successos mundo afóra. No rochedo de Santa Helena, grande na agonia, magestoso em occaso humano, Napoleão exhalára o ultimo suspiro de genio. D. João VI deixára o Rio de Janeiro, afflicto, lacrimoso, aos deliquios, repetindo a miudo: Brasil! Brasil! E' voz na historia ter proferido então celebres palavras: "Pedro, o Brasil brevemente se separará de Portugal; si assim fôr, põe a corôa sobre tua cabeça antes que algum aventureiro lance mão della..."

Partiu, deixando-nos já quasi nação. Tinhamos patria nas varias instituições que creara. Ficaram prosperando, para lembrança eterna do nome do fundador. Possuimos o corpo, fortalecido pela experiencia do Reino Unido de D. João VI. Facil foi buscar alma, na liberdade.

A retirada da Côte Portugueza, do Rio de Janeiro, deu alento ás aspirações politicas e patrióticas. Debilitou, porém, realidades economicas. A capital perdeu habitantes. Logo o commercio soffreu, embarçou-se ou falliu. O erario publico, sempre reflexo tão vivo da fortuna particular, apresentou mais cofres do que dinheiros.

Diversas repartições foram para o paço da cidade, actual directoria dos Telegraphos. Era diminuir despezas de alugueis. Não se proveram cargos vagos. Fiscalisou-se o fisco. Houve esboço de orçamento. Começou-se a dizer ao povo no que se gastava o dinheiro a elle pedido. Aboliram-se impostos. O Principe Regente declarou-se remunerado com um conto e seiscentos mil réis mensaes.

As provincias commoviam-se ou revoltavam-se. 1821, aqui e além-mar, foi acontecimentos, incertezas, esperanças, de uns e de outros, no mal estar de todos.

Em Portugal, as Côrtes mostravam-se muito pouco cortezes com a realza. Trabalhado pela politica, n'um lar de sempiterna discordia, D. João VI andou ao léo dos successos de cada dia, resistindo quando podia, esquivo si outros podiam mais do que elle.

A reacção campeava em Portugal, até nos palcos dos theatros.

Recolhendo rédes, julgou poder trazer n'ellas a pesca longinqua da recolonização brasileira: Sete navios, mais de mil praças de linha, dispuzeram-se a sahir do Tejo para trazer o príncipe D. Pedro a recalitrar no Rio de Janeiro.

O Regente não conhecia leito de rosas. "Temo muito que Sua Alteza Real o Principe Regente não se adiante demasiado e sem o conselho de um homem de boa cabeça não se encontre pessoalmente em difficuldades de toda a ordem, ficando o paiz entregue á anarchia e ás paixões". Assim, ao seu governo, escrevia o consul francez no Rio de Janeiro, Maler, em Janeiro de 1822.

Logo ao findar 1821, um navio, o *Infante D. Miguel*, trouxe ao Principe, sob a fórmula de decretos, varias imposições das Côrtes de Lisboa. Entre ellas a de D. Pedro desemparar o Brasil. Viajaria incognito "por alguns paizes

ilustrados", com o fito de "obter conhecimento para occupar dignamente o throno portuguez."

Uma pouca de ironia no muito da politica. Do bojo do *Infante D. Miguel* ainda sahiu a noticia da proxima extincção de quanto tribunal ou repartição publica havia no Brasil desde 1808.

Clamor geral, opiniões discordes. Tropas lu-



D. JOAO VI

O chefe de estado a quem devemos a emancipação economica e intellectual do Brasil e a sua elevação á cathedra de Reino.

sitanas, alguns portuguezes e brasileiros republicanos apoiavam a sahida do príncipe; a maioria tendia e pretendia para elle, e a vantagem da sua permanencia.

A camara de S. Paulo encarregou José Bonifácio, o marechal Arouche e o coronel Gama Lobo de alcançar o Rio. Penaram pelos caminhos, para supplicar ao príncipe desobediencia ás Côrtes. Sete dias levaram a chegar, semana na qual os cariocas cobriram de assignaturas representações em favor da permanencia de D. Pedro, em casa de José Joaquim da Rocha. Tudo para que, no dizer de uma representação, o navio que conduzisse o príncipe, a bordo não levasse pavilhão da independencia nacional.

O commercio, sempre tão interessado na prosperidade das nações, dirigiu-se, no Rio de Janeiro e no Anno Bom, a José Clemente Pereira, presidente do Senado da Camara, hoje diriamos presidente do Conselho Municipal. Acto de vereação extraordinaria concitou o príncipe a revoltar-se contra as Côrtes. Oito mil assignaturas febris assignalaram o desejo em outras representações.

José Clemente Pereria, que tão util nos foi antes da Independencia, pela fé aos destinos

do Brasil; durante a Independencia, pela esperanza na victoria d'ella; depois da Independencia, pela caridade esparzida na patria fundada, chegando sua esposa a merecer o titulo de Condessa da Piedade, julgou chegado o momento de traduzir-se o anhelos nacional.

Consultou os officiaes do Senado da Camara, só lhes encontrou boa vontade. Requereu-se então audiencia ao Principe Regente. N'ella se lhe traduziria o sentir da massa febricitada dos brasileiros.

Fixou-se o dia. Raiou 9 de Janeiro de 1822.

Com o sol alvorecia um povo. Desde madrugada a cidade borborinhou. Esvasiaram-se as casas nacionaes, fecharam-se outras portuguezas. Nos quarteis das tropas lusitanas reinou a expectativa, depois da expectativa o desconforto, depois do desconforto o silencio.

Ja surgir successo que todos adivinhavam capital, quer no provavel sim, quer no possivel não. Sim, seria um Brasil coberto de flôres; não, o Brasil tingido de sangue.

Nesse grande dia 9 de Janeiro, sem desconhecer nenhuma das figuras nacionaes que, de ha muito, o vinham preparando, duas personagens attrahiram a attenção geral: D. Pedro e José Clemente Pereira, um mandatario da realza e procurador dymnastico paterno; o outro, representante do povo no seu mandato mais directo, o municipal.

Ambos portuguezes, porém ambos irmanados á brasileira em grande acontecimento historico.

N'estas occasiões a historia cogita de homens, não de berços.

D. Pedro nascera no palacio de Queluz, arredores de Lisboa; José Clemente, em terras provincianas portuguezas. D. Pedro tinha vinte e quatro annos, nascido em 1798; José Clemente contava trinta e cinco annos, nascido em 1787. O príncipe chegára ao Brasil em 1808; o presidente do Senado da Camara, depois de resistir aos francezes no exercito anglo-luso e peninsular de Wellington.

Collocara-os a sorte á frente dos acontecimentos e, dentro d'elles, a 9 de Janeiro de 1822, encontraram-se, face a face, na turba de um povo que ameaçava, de um imperio que latejava.

A 9 de Janeiro de 1822, no largo do Paço e circumvisinhanças, opprimia-se, para se desafogar, a mór parte da população carioca, esperando a chegada dos homens bons da cidade ou dos camaristas, hoje intendentes municipaes.

Reuniram-se aquelles no consistorio da Igreja do Rosario. A's onze horas da manhã desceram á rua, estandarte á frente, José Clemente por cabeça.

Todos em grande gala. Cabeças nuas. Desceram a rua do Ouvidor, a passo lento. Subiram as escadas do palacio da cidade, onde o Principe Regente os recebeu, na sala de honra. Dava meio dia. Limpo o céu, sol reinando sobre a festa.

Apresentou-se José Clemente, seguido de officiaes e empregados da Camara, de pessoas gradadas, de representantes da junta governativa de S. Pedro do Rio Grande do Sul, e das camaras de Magé e Santo Antonio de Sá.

Após profunda venia, falou José Clemente, Não lhe tremeu a voz, interprete de tantos

votos. Meu discurso longo, assim iniciado: — “Senhor — A sahida de Vossa Alteza Real dos Estados do Brasil será o fatal decreto que sancione a independência deste reino! Exige, portanto, a salvação da patria que Vossa Alteza Real suspenda a sua ida até a nova determinação do soberano congresso.

Tal é, Senhor, a importante verdade que o senado da camara desta cidade, impellido pela vontade do povo, que representa, tem a honra de vir apresentar á muito alta consideração de Vossa Alteza Real; cumpre demonstra-la.”

José Clemente findou com estas expressivas palavras: “Taes são, Senhor, os votos deste povo, e protestando que vive animado da mais sincera e ardente vontade de permanecer unido a Portugal pelos vinculos de um pacto social, que, fazendo o bem geral de toda a nação, faça o do Brasil por anneis de condições em tudo iguaes, roga a Vossa Alteza Real que se digne de os acolher benigno e annuir a elles, para que aquellos vinculos mais e mais se estreitem e se não quebrem... por outra fôrma ameaçado rompimento de independência e concordia parece por certo e inevitavel.”

O coronel Carneiro, representante dos rio-grandenses do sul, empenhou a sua palavra, pela d’elles, affirmando a perfeita concordancia dos sentimentos dos seus patricios com os dos cariocas.

D. Pedro, então, do alto do throno, dirigiu-se a José Clemente e disse: “Como é para bem de todos e felicidade geral da nação, estou prompto, diga ao povo que *Fico*.”

O procurador do Senado da Camara desenrolou o estandarte do mesmo. José Clemente, ao lado do collega, transmittiu ao povo a resposta do Principe, o *Fico* de tantas consequencias.

Jubilou o povo, immensa aclamação atroou. Centenas de vozes pediram pelo Principe. D. Pedro surgiu n’uma das janellas e disse *urbi et populi*: “Agora só tenho a recomendar-vos união e tranquillidade.”

Finda a cerimonia-prologo, os sessenta e tantos cidadãos das primeiras classes do Rio de Janeiro, com o uniforme de capa e volta de rigor no tempo, voltaram ao consistorio da Igreja do Rosario, pelo itinerario da ida a palacio.

Desenove annos depois, José Clemente, ministro da Guerra, orando, na Camara dos Deputados, a proposito de proposta do governo fixando a força de terra e respondendo a um dos Andradas, pronunciou curioso e precioso discurso sobre o patriarchado da independência. N’esse discurso foi peroração o seguinte:

“Com estas informaçoes, o illustre deputado decidirá, decidirá o publico, e quem quizer ser juiz, quem deve ter a prioridade no acto de 9 de Janeiro (o Andrada reclamava-a para S. Paulo). Talvez mesmo aconteça que em nosso entusiasmo, sem nos haver combinado, estivessemos todos dispostos para o mesmo fim; mas eu hei de continuar a sustentar que a prioridade pertence ao Rio de Janeiro.

O nobre deputado continuará a sustentar que pertence a S. Paulo; a questão será decidida pelos elementos officiaes que houverem a este respeito; mas enquanto não se decide

nunca o Rio de Janeiro terá de ficar em segundo logar.”

Para intelligencia e segurança dos acontecimentos do *Fico*, convém sobretudo ler não só o discurso de José Clemente, em 1841, como a carta do Principe Regente a D. João VI, no proprio dia do successo, narrando-o, em phrase moderada e respeitosa, contido o natural ardente e as disposições bellicosas.

Muitos outros documentos ha, anteriores e posteriores ao *Fico*, para bem julgal-o, com a paciência e a serenidade, attributos do verdadeiro historiador.

A Historia é crivo muito delicado. Não serve em qualquer mão.

ESCRAGNOLLE DOBIA.

A UNIÃO E O ENSINO PRIMARIO

Ha muito já que se vem tentando interessar os poderes publicos da União no desenvolvimento do ensino primario em todo o paiz. Os que se têm esforçado nesse sentido entendem que a Constituição Federal, não incluindo na competencia da União a organização do ensino primario, antes deixando-a aos Estados, não fica inhibida de intervir, ao menos indirectamente, no processo pedagogico, em que se preparam os futuros eleitores. Nesta, como em outras materias, a distribuição das competencias, entre a União, os Estados e os municipios, se deve entender mais como um methodo de divisão do trabalho e de responsabilidades do que uma limitação exclusiva e quasi rival, em que desaparecesse a solidariedade fundamental que é da essencia do regimen federativo.

A instrucção publica e principalmente a primaria não se inclúe com boa razão no numero dos assumptos que constituem o que o legislador denomina — interesses peculiares aos Estados ou aos municipios. A educação e a cultura nacional não podem ficar confinadas nas fronteiras do que emphaticamente se apregoa como autonomia. Os Estados, como os municipios, podem crear escolas primarias e institutos secundarios e superiores, sendo os dois ultimos fiscalizados pela União. Mas isto não significa, nem poderia significar que os poderes publicos federaes se conservem indifferentes ao ensino primario. Seria o maior dos absurdos que a Constituição Federal, que crea e define os direitos politicos do cidadão brasileiro, exigindo, como a primeira das condições, para o exercicio do direito do voto *saber ler e escrever*, desarmasse o poder central dos meios de ensinar a *ler e escrever*, ou lhe trancasse a verificação de como os Estados exercem essa funcção que o poder constituinte lhes deixou. Interpretar de modo restricto nesta parte o texto constitucional seria excluir da competencia da União os interesses ligados á formação dos elementos politicos da sua propria existencia democratica, baseada no suffragio universal.

Tanto póde a União crear nos Estados gymnasios e cursos superiores de ensino como es-

colas primarias, sem que com isto fique ferida a autonomia local. Quanto aos Estados, estes devem crear escolas primarias e podem fundar institutos secundarios e faculdades superiores.

Estes ultimos, sómente para os effeitos da validade dos seus diplomas na União, ficam sujeitos á fiscalisação do governo federal.

Nenhuma duvida resta quanto á procedencia e legitimidade desta interpretação, já firmada em actos do governo e em debates parlamentares.

O *trop de zèle* da autonomia local e das prerogativas da União é hoje uma preocupação ridicula. A autonomia e a competencia foram creadas para o bem publico e não para impedir que este se realice.

A verdade é que os poderes publicos da União não podem continuar indifferentes á escassa instrucção primaria em grandes zonas povoadas do paiz, onde reina o analfabetismo, sem que os governos locais disponham de meios para o combater. Fecham-se escolas, porque os professores, para não morrer de fome, as abandonam.

Innumeros districtos ruraes se estendem pelo paiz sem um só nucleo de instrucção. Ha populações inteiras que vegetam na mais absoluta cegueira mental. Pagam impostos á União, ao Estado e ao municipio e não recebem em troca dessa contribuição o menor beneficio, sequer o de habilitar-se ao exercicio da cidadania na sua patria.

A autonomia dos governos a que estão jurisdictionados os novos pariaes, pela fatalidade geographica, não dispõe de meios para lhes abrir escolas primarias. Si a União não os socorrer, ficarão eternamente analfabetos.

Por outro lado, a diffusão, nas proprias cidades e outras povoações, do ensino primario, depende em muito dos progressos da pedagogia e dos melhores methodos do ensino. Estes estão sem duvida mais ao alcance dos poderes da União, em contacto directo com os centros de competencia scientifica e technica. Só lhes falta a instituição de um departamento, que centralise os interesses do ensino, para servir de consulta e subsidio a todos os estabelecimentos do paiz, e ao qual se subordinem directamente os institutos normaes e as escolas que a União custear.

Não terá chegado o tempo dessa creação, tão necessaria como a do departamento da saúde publica, em que tambem não se cogitou da superstição da autonomia local?

A instrucção primaria, socialmente falando, não vale menos que a saúde.

Ha nos archivos da Camara dos Deputados mais de um projecto relativo á intervenção do governo federal no desenvolvimento do ensino primario nacional.

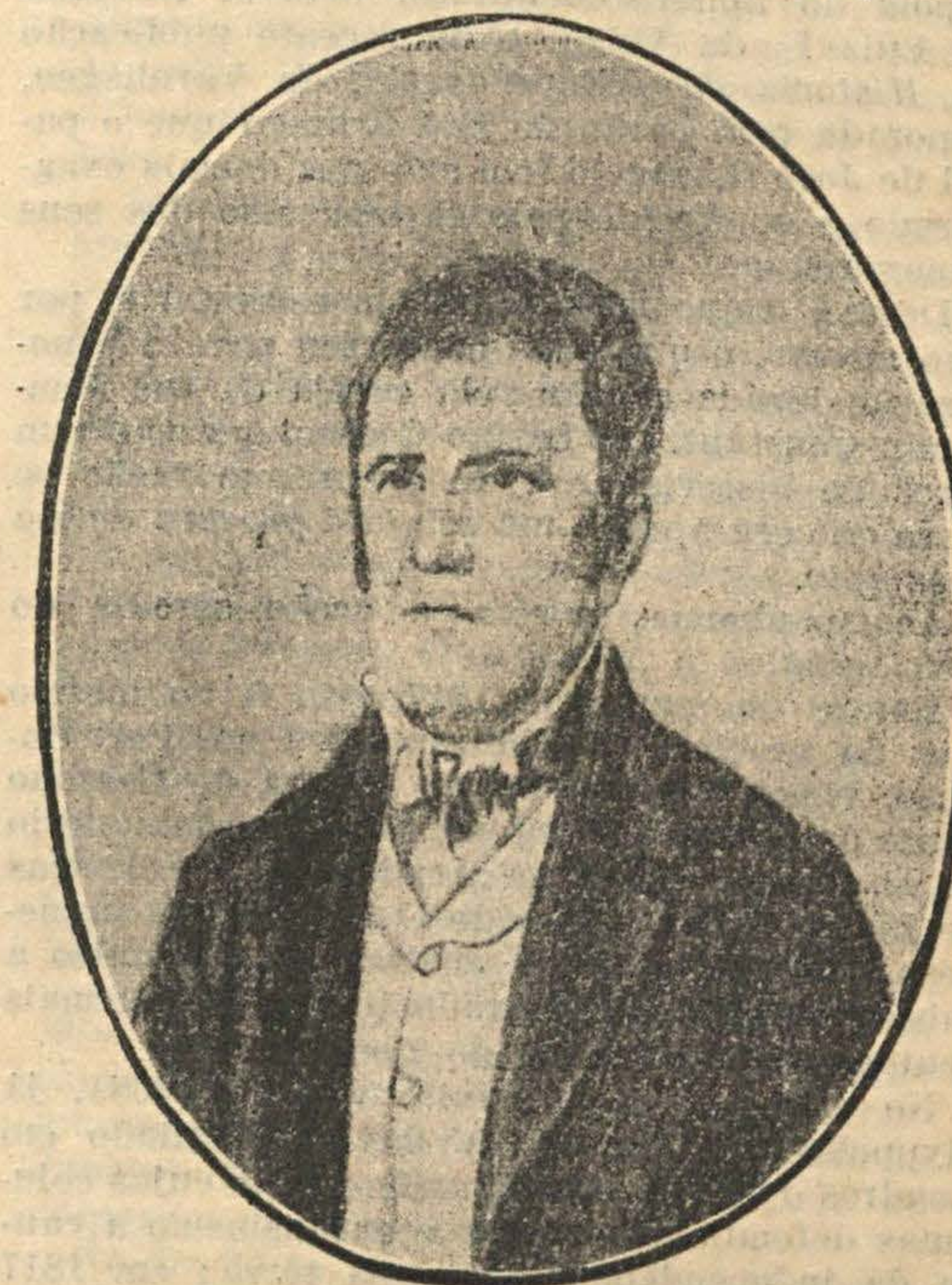
Que voltem á luz estes ensaios, para que, estudados e com os supplementos recebidos dos novos debates, se convertam em lei, creado tambem, em largas bases no Ministerio competente, o Departamento da Instrucção Publica, em que esteja incluída a inspecção geral do Ensino Primario do Brasil.

AUGUSTO DE LIMA.

OS PRECURSORES

Nada se falsifica tanto na nossa terra como a historia, e não raro se concede o titulo de heróes e de propugnadores generosos de uma idéa aos que foram exactamente os mais esforçados e irreductiveis reactivos da vespera.

Foi assim com a Abolição, foi assim com a Republica e assim com a Independência, sem contar as falsas idéas expendidas acerca de Calabar e da guerra do Paraguay, pela inventada levandade de certos philosophos e ideologos, que pretendem fazer historia de accôrdo com as suas sympathias, ou desconhecendo o depoimento dos archivos. A propria data inicial da nossa patria, a do seu natalicio, isto é, do descobrimento, si não é, tambem, resul-



JOAQUIM GONÇALVES LEDO

O grande propagandista da Independência

tante de uma falsificação, é, pelo menos, uma falsidade.

Para tudo isso, e mais do que ninguém, tem muito especialmente contribuido o Apostolado Positivista do Brasil, maximé durante o longo pontificado do Sr. Raymundo Teixeira Mendes.

Para este, bem como para os seus fanaticos repetidores, foi o Conselheiro João Alfredo quem fez a Abolição; foi Benjamin Constant quem fez a Republica; foi José Bonifacio quem fez a Independência; o Imperio commetteu um crime não permitindo que Lopes tomasse conta do Brasil; Calabar é um vil e infamissimo trahidor, porque, como Brasileiro, entendeu de optar pela tolerancia da Hollanda contra o despotismo fanatico de Portugal e da Hespanha!

El assim, e por conta desses senhores, se tem falsificado e se vai falsificando toda a Histo-

ria do Brasil, desde a propria data do seu descobrimento!

As seguintes linhas valem como um protesto, complementar ao que já lavrei com o meu livro acerca da Abolição. Ellas referem-se particularmente ao facto da nossa emancipação, cujo centenário vai-se em breve commemorar, erguendo injustamente novas estatuas ao seu supposto patriarcha, em detrimento da memoria de Joaquim Gonçalves Ledo, incontestavelmente a figura maxima e primacial do movimento emancipador da nossa nacionalidade.

Não pretendo deprimir nem apoucar o vulto, sem duvida eminente, do egregio filho de São Paulo; mas tenho para mim (principalmente depois do apparecimento do notavel trabalho de Luiz F. da Veiga, e da recente publicação da *Historia da Independencia*, de Varnhagen, annotada pelo barão do Rio Branco) que o papel de José Bonifacio tem sido por demais exaggerado e enaltecido pelo entusiasmo dos seus panegyristas.

Destes, o que mais fantasias escreveu e, por isso mesmo, o que mais concorreu para a cano-nização levada a cabo pela igreja da rua Benjamin Constant, foi Latino Coelho, que não tem fóros de historiador e de quem com razão se disse que era apenas um *estyllo á procura de um assumpto*.

Acompanhemos, porém, a acção serodia do patriarcha.

Em 20 de março de 1817, isto é, no mesmo mez da proclamação da republica em Pernambuco, vimos ainda o futuro collega de Caetano Pinto de Miranda Montenegro (1) no ministerio de D. Pedro recitar na Academia de Sciencias de Lisboa o panegyrico de D. Maria I, a impiedosa rainha que havia enviado ao cadafalso a cabeça sonhadora de Tiradentes, e então a mais genuina representante do absolutismo.

No emtanto, desde muito antes, (1808), já Hyppolito da Costa (2) havia installado em Londres o seu *Correio Brasiliense*, de cujas columnas defendia com ardor e entusiasmo a causa da independencia da nossa terra; em 1817 rebentara e fora afogada em sangue a revolução pernambucana; e em 1821, em consequencia da revolução liberal do Porto, fundara-se no Rio de Janeiro grande numero de sociedades secretas filiadas á Maçonaria, tendo-se collocado á frente do movimento separatista os inesqueciveis e benemeritos patriotas Joaquim Gonçalves Ledo, Januario da Cunha Barboza, Luiz da Nobrega, José Mariano de Azeredo Coutinho, José Joaquim da Rocha, frei Francisco de Sampaio, Paulo Barbosa de Sá, Pedro Dias Paes Leme, Domingos Alves Branco, Antonio de Vasconcellos Drummond, João Mendes Vianna e outros.

Foi a Maçonaria brasileira o centro director e promotor do grande movimento em prol da nossa independencia; della partiu o passo inicial e decisivo do *Fico* (9 de Janeiro de 1822),

(1) Feroz perseguidor dos revolucionarios e patriotas revolucionarios.

(2) Patrono da minha cadeira na Academia, e a quem cabe, com justiça, o titulo de "patriarcha da imprensa brasileira" e, quiçá, da propria independencia.

servindo de intermediario o irmão José Clemente Pereira, que era então presidente do Senado da Camara do Rio de Janeiro.

O titulo de *Defensor Perpetuo do Brasil*, outorgado a D. Pedro em 13 de maio desse mesmo anno, partiu egualmente da Maçonaria, por proposta do brigadeiro Domingos Alves Branco Muniz Barreto.

O 7 de Setembro foi ainda suggerido e influenciado por ella, na sessão de 20 de agosto, após eloquente e energico discurso de Joaquim Gonçalves Ledo (1º grande vigilante servindo de presidente), que fez sentir "a necessidade de ser quanto antes proclamada a independencia do Brasil e, com ella a confirmação da realteza na pessoa do Principe Regente."

Mais tarde, na sessão n. 17, em assembléa geral, presidida pelo mesmo Gonçalves Ledo, foi D. Pedro recebido como maçon, com o nome de *Guatimozin*. Decidiu-se, nessa mesma reunião, que elle fosse, quanto antes, aclamado rei do Brasil, vingando, porém, a proposta do brigadeiro Alves Branco para que, "em vez de rei, se dissesse imperador."

Tudo isso é confirmado pelo conselheiro Pereira da Silva na sua *Historia da Fundação do Imperio*, tomo 7, pags. 6 e 7.

"Absorvendo a influencia do Grande Oriente Maçonico, (ANTES MESMO QUE J. BONIFACIO TIVESSE CHEGADO DE S. PAULO EM JANEIRO DE 1822 E TOMADO CONTA DO PODER QUE LHE CONFIAVA D. PEDRO, empregava-a Ledo contra os ministros e levantava no paiz uma agitação crescente, alimentada ainda mais pelo seu periodico REVERBERO e por outros que creara e espalhava pelas diversas classes do povo. Do Grande Oriente Maçonico haviam partido as primeiras vozes e incitações para a independencia; delle se tinham expedido emissarios para todos os pontos e provincias do Brasil, encarregados de promover e expertar os animos dos povos contra o jugo portuguez."

A Independencia não foi, pois, obra de um só momento, nem de um só homem, como querem fazer crer os falsificadores da historia; mas de muitos, tendo sido apressada pelo consenso e a collaboração de todos os Brasileiros.

Prenunciada em 1808, com a vinda de D. João VI para o Brasil; prevista e acelerada na sua marcha, com a volta desse principe para a Europa, em 26 de abril de 1821; estava, de facto, em via de consummar-se, desde que occorreu o primeiro acto de franca rebeldia e desobediencia de D. Pedro, em 9 de Janeiro de 1822 (dia do *Fico*); sendo de notar que até mesmo para este, concorreu muito mais directa e apressadamente a representação dos Fluminenses que a de S. Paulo, chefiada por José Bonifacio. Disse-o com rematada eloquencia o grande José Clemente Pereira, em 1841, quando ministro da Guerra, em memoravel discurso pronunciado no parlamento e em presença de Antonio Carlos:

"A mim me parece que, na cooperação para a Independencia, a gloria é igual para todas as Provincias; mas, se é necessario que alguma tenha a prioridade, hade permittir-me o nobre deputado que o conteste e que diga que ella pertence aos Fluminenses (*Apoiados*).

O nobre deputado conhece, e não ha duvida, que a representação por parte da provincia do Rio de Janeiro teve logar em 9 de janeiro de 1822, e que a de S. Paulo teve logar dias depois...

O SR. ANTONIO CARLOS — dá um aparte.

O SR. CLEMENTE PEREIRA — Perdoe-me; a representação teve logar dias depois de 9 de janeiro. E' verdade que nós já esperavamos a deputação de S. Paulo, e alguns preparativos se fizeram para recebela: mas o facto é que ella não pode chegar aqui senão depois do dia 9... Mas o nobre deputado quer que a representação seja datada do dia da deliberação do governo de S. Paulo, e não do em que foi apresentada. Pois bem: aceito a declaração e desejo que se escreva nos annaes da historia que o nobre deputado quer se conte a prioridade do dia em que se tomou a deliberação em cada uma das provincias. A de S. Paulo é marcada pelo nobre deputado no dia 3 de janeiro, porque foi quando o governo da Provincia se dirigiu ás municipalidades, participando-lhes a deliberação do governo, ou convidando-as para cooperarem...

O SR. ANTONIO CARLOS — dá um aparte.

O SR. CLEMENTE PEREIRA — Pois bem, ainda mesmo como quer, que seja, o nobre deputado hade ter lembrança de que em 22 de dezembro de 1821 sahio um commissario mandado do Rio de Janeiro ao governo de S. Paulo, convidando-o a cooperar para a ficada do Principe Regente: foi o Sr. Pedro Dias, hoje marquez de Quixeramobim. E no dia 20 sahio daqui para Minas outro commissario, tambem por parte do Rio de Janeiro, encarregado de igual commissão: foi o Sr. Paulo Barbosa da Silva.

UM SR. DEPUTADO — Foi o Sr. Conego Januario...

O SR. CLEMENTE PEREIRA — Não senhor; esse foi para a aclamação; estou bem certo nos factos; foi o Sr. Paulo Barbosa. Em virtude dessas enviaturas, aconteceu que alguns povos de Minas mandaram as suas representações com data de dezembro (eu quero dar aos Mineiros a parte de gloria que lhes pertence) A villa de Barbacena enviou a sua datada de 27 de dezembro; a camara de Marianna enviou tambem a sua em data de 2 de janeiro. Mas no Rio foi esse negocio tratado com muita antecipação, e convem que se dê o seu a seu dono.

Devo declarar que os primeiros que se lembraram desta medida, ou, a menos que a fizeram sentir e levar a effeito, foram os Srs. José Mariano e José Joaquim da Rocha.

O SR. ANTONIO CARLOS — E' VERDADE.

O SR. CLEMENTE PEREIRA — E isto antes do dia 15 de dezembro... Nessa occasião eu disse que julgava de necessidade a ficada do Principe, mas que não julgava prudente que o Rio de Janeiro fizesse a representação só por si, porque não havia a força necessaria, muito mais existindo no Rio uma força portugueza assás forte, que, como o nobre deputado sabe, por informações, até nos ameaçou com as armas. Tratava-se de

nomear então um governo (esse governo de tres cabeças) que o Brasil não queria, e contra o qual eu me tinha pronunciado; e por isso me foi objectado: — "Si o governo tem de ser nomeado, que hade fazer então o Principe?" A isto respondi: — "Emquanto se pede a cooperação das Provincias immediatas (Minas e S. Paulo) póde o Principe ir para Santa Cruz; logo que cheguem as representações, pede-se ao mesmo Principe que se deixe ficar no Brasil." Os Srs. José Mariano e José Joaquim da Rocha acharam boas as minhas observações e concordaram em que se deviam dirigir aos governos de S. Paulo e Minas; e, em consequencia deste accordo, partiu para S. Paulo, como já disse, o Sr. Marquez de Quixeramobim, e para Minas o Sr. Paulo Barbosa.

Accresce que, tendo eu, como convinha, tratado de saber do Principe Regente qual a sua opinião a respeito, porque corria a noticia de que elle queria ir para Portugal (o que depois se conheceu que era politica sua, porque sempre teve vontade de ficar) dirigi-me, logo depois da comunicação do Sr. José Mariano, a S. Christovão, e Sua Alteza, com effeito, ainda reservou de mim a sua opinião; mas, tomando consistencia a opinião do povo fluminense, e estando eu decidido a cooperar para ella, em todo o caso, procurei novamente o Principe e (lembra-me bem) na vespera do Natal, falei-lhe na tribuna da Capella Imperial, dizendo a S. A. que o povo do Rio de Janeiro tratava de dirigir-lhe uma supplica, no sentido que lhe havia participado dias antes, e que devia esperar equal representação de Minas e S. Paulo, porque era impossivel que estas duas provincias não annuissem ás communicações que lhe foram feitas pelo Rio de Janeiro. E Sua Alteza teve a bondade de responder-me QUE FICARIA.

No dia 26 fui á casa do Sr. José Mariano, onde se achavam o Sr. Rocha e o Sr. padre frei Francisco de Sampaio, que foi quem redigiu a representação...

Creio que estas observações não são indifferentes para a historia (*Apoiados*). Fui dizer-lhes que a representação devia fazer-se, que estava disposto a cooperar para ella, e que devia ter logar no dia 9 de janeiro. Tratou-se desde logo de dar a este acto o apparatus mais majestoso possivel, e, na verdade, creio que não será possivel nos nossos dias tornar a haver um dia tão solemne. (*Numerosos apoiados*) Nelle apresentaram-se sessenta e tantos cidadãos das primeiras classes do Rio de Janeiro, vestidos com o uniforme de capa e volta, que então se usava; reuniu-se a elles o povo do Rio de Janeiro, com o maior interesse e entusiasmo, e isto no meio da grande opposição dos batalhões de Portugal, que chegaram a ameaçar-nos com o emprego da força.

Com estas informações o nobre deputado decidirá, decidirá tambem o publico (e quem quizer ser juiz) quem deve ter a prioridade no acto de 9 de janeiro. Talvez

mesmo aconteça que em nosso entusiasmo, sem nos havermos combinado, estivessemos todos dispostos para o mesmo fim; mas hei de continuar a sustentar que a prioridade cabe ao Rio de Janeiro.”

A este valioso e importantíssimo depoimento, prestado perante a historia por um dos mais illustres e benemeritos fundadores da nossa nacionalidade, deve ser additada a declaração de Armitage de que “em 4 de outubro de 1821 appareceram no Rio de Janeiro varias proclamações declarando o Brasil independente e D. Pedro imperador.”

Tal affirmação é corroborada pelo escriptor francez Angliviel la Beaumelle, nos seguintes termos:

A 4 de outubro de 1821 um movimento esteve a ponto de estalar no Rio de Janeiro. Proclamações atrevidas foram affixadas; o principe D. Pedro devia ser aclamado imperador.”

Quanto ao papel de José Bonifacio como “patriarcha (1) da Independencia”, assim se exprimiu o venerando marquez de Sapucahy (então ministro da Fazenda) no *Correio Official*, de 28 de dezembro de 1833:

Tres factos principaes existem, pelos quaes o Povo Brasileiro se declarou independente de facto e de direito: 1.º ficar o sr. D. Pedro no Brasil, contra as ordens terminantes da metropole portugueza; 2.º a convocação da Assembléa Constituinte Brasileira; 3.º o brado de 7 de setembro nas margens do Ypiranga.

Estes factos tiveram seus agentes, mas convem saber-se a parte que nelles teve o sr. José Bonifacio.

O facto de ter a junta de S. Paulo dirigido ao Principe Regente a sua famosa carta de 24 de dezembro de 1821, redigida e talvez influida pelo sr. José Bonifacio, faz crer que a elle pertencera a iniciativa do movimento que promoveu a estada do mesmo Principe Regente no Brasil; mas ha nisto engano: aquella iniciativa teve origem no Rio de Janeiro e pertence ao fallecido José Mariano de Azeredo Coutinho e a José Joaquim da Rocha. Estes dous cidadãos, de accordo com mais outras pessoas, enviaram proprios a S. Paulo solicitando a cooperação da Junta Provisoria daquelle provincia, e ao mesmo tempo abriram correspondencia com a de Minas. Como os animos estavam bem dispostos e os acintes da metropole faziam requintar a indignação dos Brasileiros, a cooperação verificou-se no sentido da primeira idéa aqui conhecida. Colhe-se, pois, que no momento do 1.º acto da nossa independencia não foi o sr. José Bonifacio patriarcha della,

(1) Convem notar que este titulo appareceu pela primeira vez por iniciativa de um negociante de livros velhos, que expoz no seu estabelecimento da rua do Ouvidor um retrato de José Bonifacio, pondo-lhe por baixo os dizeres: “o patriarcha da Independencia”.

e apenas lhe cabe a gloria de um secundario cooperador, visto ter redigido a famosa Carta de 24 de dezembro, que accendeu o perigoso incendio no seio das Cortes de Lisboa, e teria produzido grandes males á causa da independencia, se as tropas dalli enviadas tivessem chegado mais cedo.

Para o acto de 3 de junho de 1822 (convocação da Constituinte), pelo qual fez o Brasil declaração de direito da sua independencia (pois que de facto já se achava independente desde 9 de janeiro, não obedecendo ao governo de Lisboa) tambem em nada concorreu o sr. José Bonifacio, antes delle se desgostou, declarando crua guerra aos seus principaes e conhecidos agentes.”

Depois de tratar longamente destes factos, da desconfiança que já então começava a inspirar ao povo o ministro de D. Pedro, da dissidencia manifestada em algumas provincias, e da iniciativa de Gonçalves Ledo, José Clemente e Cunha Barbosa em redigirem, em nome dos Fluminenses, um manifesto, pedindo a convocação de uma constituinte, prosegue o marquez de Sapucahy:

“Celebrando-se no dia 22 de maio o anniversario dos Martyres da Bahia, com pomposo funeral na igreja de S. Francisco de Paula, e movendo-se a conversação sobre a representação do povo, que teria logar no dia seguinte, disse o sr. José Bonifacio, tratando-se dos seus agentes, em uma tribuna do lado da Epistola da capella-mór daquela igreja — “Hei de dar um ponta-pé nestes revolucionarios e atirar com elles no inferno!”

Deste dito temos testemunhas presencias no Rio de Janeiro, pessoas de inteiro credito.

Por essa occasião disse o sr. José Bonifacio ao Ministro Encarregado de Negocios de..., na sua sala de visitas e em voz tão alta que foi ouvido pelos que se achavam na sala de espera: — “Hei de enforcar estes constitucionaes na praça da Constituição.”

Appareceu, por fim, o decreto de 3 de junho, e nem ao menos foi redigido pelo senhor Bonifacio, pois sabemos SAHIU TODO DA PENNA DO SR. LEDO; tal era o seu desejo de fazer a independencia da Patria!

Vamos ao acto de 7 de setembro: Ainda neste não apparece a intervenção do Sr. Andrada. O Principe Regente soltou esse brado de independencia em bem longa distancia do seu ministro, na occasião de receber a noticia da guerra que lhe declaravam as Cortes de Lisboa.

O padrão dessa grande obra estava já firmado no acto da convocação da Constituinte. Tirar-lhe a cortina transparente que o cobria, não é fazel-o; e o que é constituir-se senão declarar-se independente?

Fica, pois, ao Sr. José Bonifacio a parte que só lhe toca de ter sido ministro do Imperio desse tempo, e de ter expedido diversas ordens em prol da Independencia; mas

d’ahi não se deduz que a fizesse, para ser chamado seu patriarcha. O Sr. José Bonifacio obedeceu ás circumstancias, porque não lhe era possivel resistir. A opinião publica, desde 9 de janeiro (e talvez antes) até meados de setembro, não foi por elle dirigida, e sim por aquelles que elle perseguia em 30 de outubro. Mas o Brasil marchou bem nessa época, e só depois das perseguições do ministerio Andrada é que uma desconfiança se introduziu nos povos e que a resistencia aos actos arbitrarios do Principe foi tomando corpo, até regenerar-se a nossa independencia em 7 de abril de 1831 (Abdicação.)

Quererá tambem o Sr. José Bonifacio ser autor desse novo acto? Talvez, mas a embaixada de seu irmão ao duque de Bragança (1) e os factos da sua tutoria, descobertos em 15 de dezembro, provam bem quanto os Andradas prezam a gloriosa independencia da sua Patria.”

Outro documento de valor e até sem resposta é o discurso pronunciado por Ledo, na Camara dos Deputados, em 1830. Nesse discurso lembrou o grande patriota que “elle e José Clemente Pereira haviam trabalhado afincadamente pela independencia do Brasil, quando Martim Francisco e José Bonifacio pretendiam na mesma occasião apenas conservar-se nas posições de ministros do Regente e exercer o mais violento arbitrio governativo.”

Do exposto conclue Luiz Francisco da Veiga que os serviços e a prioridade em idéas da independencia, atribuidas aos irmãos Andradas, foram in limine pulverizados por tres grandes homens igualmente illustres e benemeritos:

a) pelo marquez de Sapucahy, ministro da Fazenda, em face de José Bonifacio, vido e residente na Corte, como tutor dos filhos de D. Pedro I;

b) pelo deputado Joaquim Gonçalves Ledo, em sessão da Camara, em junho de 1830, em face de Martim Francisco, deputado e presente á sessão.

c) por José Clemente Pereira, ministro da Guerra, na sessão de 14 de junho de 1841, em face de Antonio Carlos, deputado presente, que até apoiou o orador em pontos importantissimos.

Taes razões e taes depoimentos seriam, só por si, bastantes para justificar o julgamento de Luiz Francisco da Veiga, publicado em 1877, si outros testemunhos e outros documentos não viessem corroborar depois algumas das supra-citadas allegações e illuminar ainda outros pontos tambem de capital importancia.

Eis os principaes, que consegui recolher:

1.º

Com relação á hostilidade do mesmo José Bonifacio á idéa da convocação da Constituinte,

(1) Antonio Carlos confessou, em discurso, que havia ido á Europa com a incumbencia de convidar D. Pedro 1.º a voltar para o Brasil.

eis como a recente e já citada obra de Varnhagen vem confirmar in totum o que disse em 1833 o marquez de Sapucahy:

“Foi Ledo quem se incumbiu de redigir e pronunciar o requerimento ao Principe, e começou dizendo: — “Senhor! A salvação publica, a integridade da nação, o decoro do Brasil e a gloria de V. A. R. instam, urgem e imperiosamente commandam que V. A. R. faça convocar com a maior brevidade possivel uma assembléa geral de representantes das provincias do Brasil.”

E accrescenta logo em seguida, o illustre historiador da Independencia:

“Extremeceram os ministros com a audacia das proposições proferidas por Ledo, que nenhuma leitura prévia lhes havia feito da mencionada representação; porém, reconhecendo o estado da effervescência popular e impossibilidade de se opporem á torrente, sem serem por ella derribados, apressaram-se a escrever na propria representação de Ledo, assignada por seu companheiro (Azeredo Coutinho) e por Obes, que “com ella se conformavam”, e nesse mesmo dia foi lavrado o decreto da convocação.”

A este trecho de Varnhagen poz o Barão do Rio Branco a seguinte nota:

“Conformamo-nos”. (assignados) — José Bonifacio de Andrada e Silva — Caetano Pinto de Miranda Montenegro — Joaquim de Oliveira Alvarca. Nesse mesmo dia 3 de junho o deputado do Estado Cisplatino, Lucas José Obes, no discurso que proferiu na reunião do Conselho, exclamou: — “De hoy á ayer que distancia! De ayer á hoy que gloria para V. A. R.! Que venturas para todos nosotros! Ayer no teniamos patria, ayer no teniamos soberano, hoy lo tenemos todo! Y tenemos más que todo eso, porque tenemos a V. A. R. ! Está vencido el gran paso: lo que resta será obra del tiempo.”

A este gran paso se havia decididamente opposto o patriarcha da Independencia...

2.º

As affirmações solemmissimas e categoricas de José Clemente Pereira, de não ter partido de S. Paulo, mas sim do Rio de Janeiro, a iniciativa da representação de que resultou o Fico (e só isto bastava para inutilizar o titulo de patriarcha emprestado ao vice-presidente da junta paulista) encontram o mais cabal e decidido apoio na recente obra posthuma de Varnhagen (contemporaneo dos personagens). A paginas 132 da *Historia da Independencia*, annotada pelo Barão do Rio Branco, diz textualmente o autor, desfazendo a antiga lenda destruida por J. Clemente:

“Quanto á representação da Junta de S. Paulo, hoje que sabemos não ter sido ella

que contribuiu á resolução do Príncipe, que foi mesmo em S. Paulo escripta muito depois de correrem no Rio de Janeiro os artigos, no mesmo sentido, do "Reverbero" e da "Malaqueta", e especialmente da folha "Despertador Brasileiro", nenhum outro grande merito lhe cabe mais que o da energia e vehemencia de linguagem, se é que essa vehemencia foi mais proficua que nociva ao Brasil. Sem nos determos em examinar se essa linguagem era mui consentanea com o respeito devido ao Príncipe, notaremos, todavia, que as idéas anti-democraticas nella enunciadas fizeram com que muitos liberaes, começando pelo deputado Barata, conceituassem de retrogrado o conselheiro José Bonifacio, hostilizando-o, por essa suspeita, desde que foi chamado para o ministerio."

3.º

A lenda da prioridade emprestada á representação de S. Paulo, por Armitage e outros escriptores, estrangeiros, ou mal informados, e que concorreu para criar o falso titulo de patriarcha, juntou-se outra, que tambem falsamente tem attribuido a José Bonifacio a autoria do patriótico decreto de 16 de fevereiro, acto de grande significação politica e verdadeira sabedoria que foi o primeiro golpe vibrado contra a recolonização do Brasil pelas Cortes de Lisboa (o que convocou o conselho dos procuradores geraes das provincias, para restabelecer a unidade do governo.)

Varnhagen affirma que a idéa, suggerida pelo Senado da Camara, não agradou muito ao ministerio. E o Barão do Rio Branco accrescenta:

"A idéa partiu de Joaquim Gonçalves Ledo, José Clemente Pereira, conego Januario da Cunha Barbosa e general Nobrega.

Resolveram, no club de que faziam parte, que o Senado da Camara do Rio de Janeiro tomasse a iniciativa de propôr ao Príncipe a criação desse Conselho de procuradores de provincia. Reunida a Camara, em sessão publica, no dia 8 de fevereiro, sob a presidencia de Clemente Pereira, foi acceita a proposta deste e approvada uma representação, que subiu á presença do Príncipe. Tinham os mesmos patriotas escripto para Minas, e dahi veio ao Príncipe outra representação semelhante."

A opinião de Varnhagen e a minucia de detalhes fornecida pela nota do Barão do Rio Branco, sempre tão veridico, e naturalmente informado por seu illustre pae, não deixam a menor duvida sobre a fantazia da tradiçào que attribuiu a José Bonifacio a iniciativa do decreto, presumindo apenas que assim fosse, pelo simples facto de ter sido o egregio paulista quem o referendou, na qualidade de ministro.

(1)

Diante de tudo isso, é licito agora pergun-

(1) O Apostolado Positivista faz deste ponto falso o seu cavallo de batalha, do mesmo modo que attribue ao conselheiro João Alfredo as glorias da Abolição, por ter sido este estadista o ministro que referendou a lei (!!!)

tar: — Si a prioridade da representação cabe ao Rio de Janeiro e não a S. Paulo; si o Fico, o decreto de 16 de fevereiro e a convocação da Constituinte foram obra de Gonçalves Ledo, José Clemente Pereira e seus companheiros; si o proprio grito do Ypiranga foi suggerido pela Maçonaria, em sessão de 20 de agosto, presidida por Gonçalves Ledo; que resta a José Bonifacio para merecer este titulo de patriarcha, isto é, de iniciador do movimento, de seu primeiro chefe? Nada! Apenas alguns decretos lhe asseguram as honras de modesto collaborador.

Que o patriarcha estava ainda muito atrasado em 14 de agosto de 1822, isto é, vinte e tres dias apenas antes do 7 de Setembro, prova-o eloquentemente a sua circular dirigida naquella data ao corpo diplomatico:

"Tendo o Brasil, que se considera tão livre como o reino de Portugal, sacudido o jugo da sujeição e inferioridade com que o reino irmão o pretendia escravizar, e passando a proclamar solemnemente a sua independencia, a exigir uma ASSEMBLÉA LEGISLATIVA dentro do seu proprio territorio, com as mesmas attribuições que a de Lisboa, SALVO, PORÉM, A DEVIDA E DECOROSA UNIÃO COM TODAS AS PARTES DA GRANDE FAMILIA PORTUGUEZA E DEBAIXO DE UM SÓ CHEFE, O SR. D. JOÃO VI, ORA OPPRIMIDO EM LISBOA POR UMA FACÇÃO DESORGANIZADORA E EM ESTADO DE CAPTIVEIRO

S. A. R. espera que os governos legitimos e nações civilizadas, que se prezam de liberaes, darão o devido apreço á sagrada causa que o Brasil proclama e que o mesmo augusto Senhor proteje e defenderá, A BEM DE TODA A NAÇÃO PORTUGUEZA."

Por taes palavras se vê que, ainda em 14 de agosto de 1822, não cogitava o ministro de D. Pedro de promover a separação do Brasil da coroa de Portugal, e que a palavra independencia está alli evidentemente empregada como perfeito synonymo de autonomia.

Ainda mais: sua qualidade de grão mestre da Maçonaria não indica, tampouco, que elle houvesse tido qualquer iniciativa na memoravel sessão de 20 de agosto, em que se discutiu a necessidade de ser immediatamente proclamada a independencia; a iniciativa coube, como já vimos, a Gonçalves Ledo, que presidiu tambem a sessão, na ausencia do grão mestre, e na qualidade de 1.º vigilante.

Cabe transcrever aqui mais uma nota do Barão do Rio Branco:

"Na Maçonaria, Gonçalves Ledo, que modestamente se reservara o logar de primeiro vigilante, dando o grão mestrado a José Bonifacio, era o HOMEM MAIS INFLUENTE. POR ISSO, e por suspeitar que eram menos sinceros os sentimentos monarchicos de Ledo e dos seus partidarios, José Bonifacio havia fundado outra sociedade secreta, o Apostolado, que começou a funcionar no dia 2 de junho e de que fez chefe o Príncipe Regente."

Haverá quem pretenda affirmar que ahi se exerceu livremente a acção de José Bonifacio, sem a influencia dos outros patriotas...

A isto responde ainda o mesmo Barão do Rio Branco:

"Pelo livro de juramento, tambem exposto em 1881, ficou patente (e essa foi outra importante revelação para ficarem destruidas certas invencões) que Gonçalves Ledo e Nobrega TAMBEM PERTENCIAM AO APOSTOLADO."

Com relação ao Ypiranga, allega-se, como argumento de ultima hora, o facto de haver J. Bonifacio enviado ao Príncipe os ultimos decretos de Lisboa, com ordem ao portador para que *reventasse tres cavallos na viagem*.

O facto parece verdadeiro; mas, além de demasiado tardio para assegurar ao autor o ti-



JOSE' CLEMENTE PEREIRA

Presidente do Senado da Camara do Rio de Janeiro, nos dias memoraveis do movimento emancipador.

tulo de patriarcha (e é isto o que se lhe contesta) é para notar que naquelle momento já o illustre estadista tratava de defender interesse proprio, porque os decretos mandavam responsabilizal-o duplamente, isto é, como ministro de D. Pedro e como signatario da representação de S. Paulo.

De tudo se infere que as figuras maximas da Independencia foram Joaquim Gonçalves Ledo e José Clemente Pereira, nomes a que devem ser immediatamente ligados os de Januario Barbosa, Nobrega, frei Francisco de Sampaio, Azevedo Coutinho, Domingos Alves Branco, José Joaquim da Rocha, etc.

Não deve, porém ficar esquecida a leal e sincera confissão de Luiz Francisco da Veiga,

acerca do verdadeiro papel dos Andradas nas lutas que se travaram de 1821 a 1822:

"Os tres irmãos Andradas foram paladinos distinctos, valentes e dignos, da LIBERDADE do Brasil, pugnando pela perfeita EGUALDADE da sua patria em união com o REINO UNIDO DE PORTUGAL E ALGARVE. Nesse pleito preliminar da Independencia, honrosissimo para todos os Brasileiros militantes, FOI, PORÉM, ANTONIO CARLOS O VULTO MAIS BRILHANTE E MAIS HEROICO."

No que concerne ao papel de D. Pedro, ainda mais deturpado por escriptores aulicos ou sem descortino, que fazem historia de accordo com os seus interesses ou as suas sympathias, em vez de deixarem falar apenas os archivos, convem consultar ainda o mesmo autor d'O Primeiro Reinado, que admiravel e irreprehensivelmente o definiu.

Que D. Pedro não queria a independencia do Brasil, mas apenas a autonomia do seu governo, e que só a violenta reacção das Côrtes de Lisboa o obrigaram, por interesse e por despeito, a collocar-se ao lado dos patriotas brasileiros, prova-o uma serie de documentos, relativos todos ao periodo de 1821 a 1822. Examinemos alguns:

1.º) Quando, em 4 de outubro de 1821, appareceu no Rio de Janeiro a celebre proclamação declarando o Brasil independente e conferindo a D. Pedro o titulo de imperador, escreveu o Príncipe a seu pae uma carta, da qual destaco as seguintes linhas eloquentissimas:

"Queriam-me e dizem que me querem acclamar Imperador. Protesto a Vossa Magestade que NUNCA SEREI PERJURO, que nunca lhe serei falso, e que elles farão esta loucura, mas será DEPOIS DE EU E TODOS OS PORTUGUEZES ESTAREM FEITOS EM POSTAS, o que juro a V. M., escrevendo nesta com o meu proprio sangue: juro sempre ser fiel a V. M., á Nação e á Constituição portugueza."

2.º) O decreto de 3 de junho (convocação da Constituinte) foi promulgado contra a vontade delle e de José Bonifacio, que queria enforçar os constitucionaes na praça da Constituição.

Só depois de destituído das funcões de Regente resolveu o Príncipe tomar o partido da independencia com a separação.

3.º) No Manifesto dirigido ás nações amigas (1), em 6 de agosto de 1822, isto é, exactamente um mez antes do grito do Ypiranga, affirmava ainda o principe D. Pedro:

"Eu seria ingrato aos Brasileiros, seria perjuro ás Minhas promessas e indigno do nome de Principe Real do REINO UNIDO DE PORTUGAL, BRASIL E ALGARVES, si obrasse de outro modo.

Mas, protesto ao mesmo tempo perante Deus e á face de todas as nações amigas e alliadas, que NÃO DESEJO CORTAR OS LAÇOS DE UNIÃO E FRATERNIDADE QUE DEVEM FAZER DE TODA A NAÇÃO PORTUGUEZA UM SÓ TODO POLITICO BEM ORGANIZADO."

(1) Redigido por José Bonifacio (Varnhagen, Historia da Independencia, pag. 174).

De tudo se conclue que só depois das ultimas violencias praticadas pelas Côrtes (e principalmente da que o destituiu da regencia e o intimava a regressar á Europa) resolveu D. Pedro esposar a causa da independencia do Brasil, tornada para elle uma *necessidade de occasião*.

Verdadeiros e incontestaveis são, pois, os motivos attribuidos por Luiz da Veiga á adhesão de D. Pedro á causa dos Brasileiros:

a) *temor de que a emancipação se fizesse sem elle;*

b) *despeito, em consequencia do amor proprio offendido;*

c) *desejo de gloria;*

d) *aspiração pessoal de independencia;*

e) *soffreguidão de herdeiro.*

A minha conclusão final é outra: é que acima de José Bonifacio e, muito mais ainda, acima de D. Pedro pairam as figuras gloriosas de Hyppolito José da Costa, Joaquim Gonçalves Ledo e de José Clemente Pereira.

OSORIO DUQUE-ESTRADA.

JOSÉ BONIFACIO

Discute-se hoje o patriarchado da nossa independencia e o direito ás glorias desse magno acontecimento, como si questões de tal vulto fossem de ordem a serem resolvidas, materialmente, por uma simples operação de confronto de datas.

Está em moda a depreciação do papel historico de José Bonifacio. Não tarda, talvez, que os seus adversarios lhe reduzam a figura politica ás mesquinhas proporções de um ministro aulico, adherindo á emancipação brasileira por comprazer ao seu amo e senhor, quando este se viu na contingencia de trocar o seu titulo de principe real do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, pela corôa do grande imperio sul-americano.

Data de alguns annos essa campanha demolidora, tão prejudicial, quanto injusta e infundada. Creio não errar fixando-lhe a origem na oração com que Barbosa Lima homenageou os martyres da revolução pernambucana de 1817, por occasião da commemoração do primeiro centenario do seu glorioso sacrificio.

Pintou, então, o eloquente tribuno a figura de José Bonifacio como a de um colono identificado com a administração e a politica da metropole, por ella nutrido tão intenso sentimento de lealdade, que o levava a fazer o panegyrico da rainha responsavel pelo esartejamento de Tiradentes, quatorze dias depois de proclamada a republica pernambucana, em 1817.

O sabio illustre, que cultivava o seu espirito com todas as luzes do seu seculo, é apontado no elogio de Domingos Martins e seus heroicos companheiros como inacessivel e insensivel, não só ás seductoras theorias de João Jacques Rosseau, mas ás proprias doutrinas organicas de Diderot e Condorcet.

Já tive ensejo de offerecer réplica (1) a esses injustos conceitos, ainda mais de lastimar pelas responsabilidades decorrentes do alto valor de quem os formulou.

Invoquei, então, em primeiro logar, o insuspeito testemunho de um portuguez, Latino Coelho, que nos affirma não se haver José Bonifacio ligado á terra portugueza, onde não lhe faltaram honrarias e posições de destaque, por não se esquecer da patria distante, cuja emancipação elle sonhava, e da qual fez eloquente panegyrico perante a douta sociedade a que pertencia.

Observei, a seguir, não se poder interpretar o elogio funebre da rainha D. Maria I como approvação do supplicio de Tiradentes, mesmo porque a responsabilidade daquella soberana na execução do heroico inconfidente está longe de attingir ás proporções que ainda hoje lhe emprestam muitos escriptores.

Accentuei tambem a injustiça da insinuação do indifferentismo de José Bonifacio pela sorte dos revolucionarios de 1817, entre os quaes se achava Antonio Carlos, seu dilecto irmão, que com elle se correspondendo, em data de 14 de Abril de 1817, dava conta da insurreição de 6 de Março e da parte que nella tomára.

Aliás, não pôde ser invocado como prova desse supposto indifferentismo o panegyrico de D. Maria I, pronunciado em Lisboa quatorze dias após aquelle levante, isto é, antes que delle tivesse conhecimento José Bonifacio.

Accrescentei, finalmente, que a melhor prova de não haver o patriarcha da nossa independencia se mantido inacessivel e insensivel ás doutrinas organicas de Diderot e Condorcet, temol-a eloquentemente affirmada nos seus escriptos sobre a civilização dos indios, a abolição da escravatura e varios outros, e, em mais do que em quanto disse e escreveu, na sua conducta na direcção de nossa emancipação politica.

A acção de José Bonifacio no governo patenteia, de facto, integral comprehensão das condições politicas e sociaes que complicaram o problema da emancipação brasileira. Bem comprehendeu o grande estadista não existirem, em relação ás diversas provincias em que se dividia o nosso territorio, os motivos que impediam a subsistencia da união entre Portugal e o Brasil, e que, antes, seria mesmo muito difficil, senão impossivel, assegurar a vida autonoma da antiga colonia, si esta se fragmentasse em varios estados, com o que até se facilitaria a tarefa de reconquista pela metropole.

Teve José Bonifacio a percepção nitida de que a independencia exigia a unidade politica da America portugueza, desideratum, aliás, difficil de conseguir em razão das proprias condições da formação brasileira, e que nem sequer havia sido entrevisto pelos dirigentes da revolução pernambucana de 1817, que só vizavam a independencia de algumas provincias, embora á custa da fragmentação do todo.

Egualmente não faltou ao venerando pa-

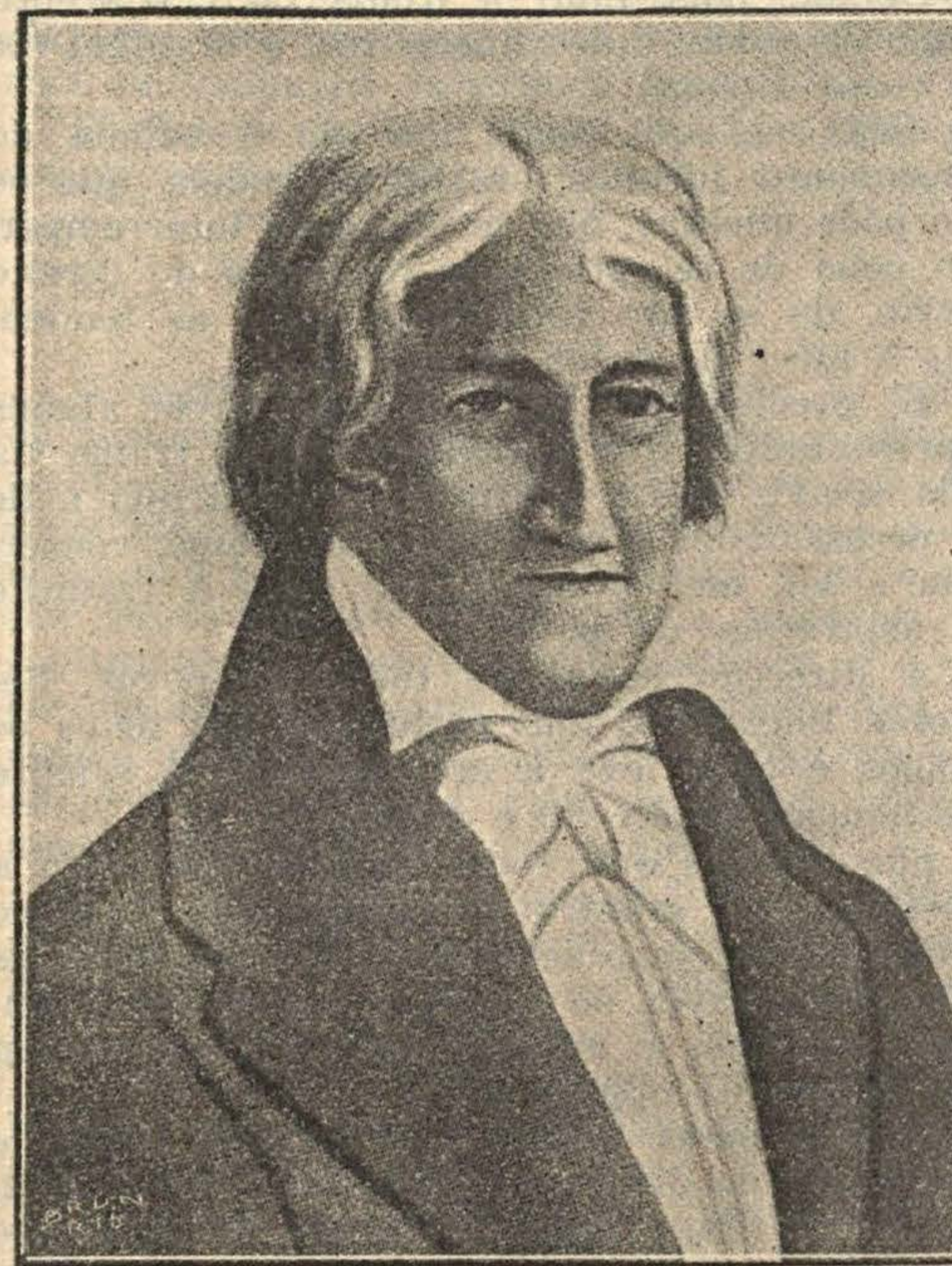
(1) Ignacio M. Azevedo do Amaral — José Bonifacio. Rio de Janeiro, 1917.

triarcha a comprehensão dos meios mais apropriados para assegurar a desejada e indispensavel unidade da que chamava "*a famosa peça inteiriça de architectura social*"; — si a independencia exigia a unidade, esta só poderia ser garantida pela continuidade das tradições politicas, collocando o principe regente á testa do movimento separatista e adoptando, como consequencia, o regimen monarchico.

Não escapou tambem á visão aguda de José Bonifacio que a emancipação do Brasil politicamente unido exigia tambem a unificação civica do seu povo.

Dividia-o profunda diversidade de condições ethnicas e sociaes, separando-se os brancos dos negros, em senhores e escravos, e distanciando-se uns e outros do indigena pela longa estrada que este tinha a percorrer da vida errante das florestas á civilização do seculo das luzes.

Fazia-se mister, portanto, preparar a fusão das duas castas em que se repartia a população



JOSÉ BONIFACIO DE ANDRADA E SILVA

O grande estadista da Independencia

civilizada, pela extincção da escravidão africana, e promover a incorporação do selvícola á communhão brasileira, por uma catechese racional.

José Bonifacio formulou do's admiraveis projectos, que submetten á Assembléa Constituinte para satisfazer a essa dupla necessidade.

Melhores titulos não precisa o patriarcha da nossa independencia para se affirmar o estadista de largo descortino, capaz de apparelhar a nossa patria para a vida autonoma de nação soberana.

Quem reflectir um pouco sobre a evolução politica brasileira, durante o primeiro seculo de nossa vida independente, immediatamente

perceberá a profundeza de vistas do politico eminente que presidiu a nossa emancipação.

Durante o largo periodo do regimen imperial todas as lutas politicas se travaram em torno do problema servil.

Pôde-se dizer que a nossa actividade politica se traçou, nessa phase, entre as impulsões abolicionistas e as reacções ostensivas ou encovertas das poderosas correntes escravocratas, ás quaes se associava até o prestigio emprestado pelo apathico indifferentismo do imperante.

A nossa propria politica externa é um reflexo da situação interna resultante do problema servil.

Não vem longe a época em que se documentará o character de meia diversão, da nossa famosa politica continental, que mais de uma vez nos arrastou aos campos de batalha.

Dissipamos, pois, as melhores energias da nação, protelando até 13 de Maio de 1888 a solução do problema que a clarividencia de José Bonifacio queria resolvido, desde os primeiros dias da nossa vida como potencia soberana, juntamente com o da civilização dos selvícolas.

Vingassem, pois, os projectos de José Bonifacio e o nosso progresso moral e material ter-se-á adeantado, pelo menos, de meio seculo, com a inestimavel vantagem de termos a nossa historia desonerada de paginas tristes, que não nos pôdem desvanecer nem honrar.

Merece, portanto, o emerito paulista as glorias do patriarchado que lhe compete, não por ter sido o chefe do gabinete ministerial que testemunhou o 7 de Setembro, e sim por ser o estadista que, de facto, presidiu a nossa independencia, solvendo, com vistas superiores, os grandes problemas que ella suscitava.

Esse glorioso papel historico não pôde ser diminuido pela circumstancia fortuita e secundaria de não haver José Bonifacio testemunhado o "Fico", por se achar ainda em viagem, de São Paulo para o Rio de Janeiro, onde vinha para representar ao principe regente contra a sua sahida do Brasil, e onde chegou sómente sete dias depois daquelle episodio.

Egualmente não lhe pôdem empanar as glorias de grande estadista da independencia o papel desempenhado, nos acontecimentos que precederam o desfecho do Ypiranga, por Joaquim Gonçalves Ledo e outros patriotas, nem o contraste entre a exaltação extremada destes e a sua prudente e medida reserva de homem de governo.

Julgar em contrario importaria na admissão de um criterio historico pelo qual os louros de Carnot, como organisador da victoria que salvou a França, iriam ornar as frentes dos exaltados declamadores da tribuna da Convenção, e Washington perderia o logar, que lhe compete como a figura maxima da independencia dos Estados Unidos, simplesmente, por não lhe caber, chronologicamente, a primazia entre os propugnadores da emancipação americana.

IGNACIO DO AMARAL.

EM PROL DO ENSINO PRIMARIO

DISCURSO PRONUNCIADO NA FACULDADE DE DIREITO DE MINAS GERAES, EM BELLO HORIZONTE, PELO DR. AFFONSO PENNA JUNIOR, COMO PARANYMPHO DOS BACHARELANDOS DE 1920.

Digna de ampla divulgação em todo o paiz é a oração proferida pelo Dr. Affonso Penna Junior, como paranympo dos bacharelandos mineiros de 1920. Numa hora em que todos os esforços devem convergir para a mais larga e efficiente difusão do ensino primario em nossa patria, como a primeira providencia para a elevação do nível intellectual da nacionalidade, merecem os mais vivos applausos contribuições como a que prestou em sua oração de paranympo o illustre Secretario do Interior do Estado de Minas Geraes.

E sobe de ponto o valor dos conceitos formulados pelo Dr. Affonso Penna Junior, pelo alto prestigio que lhes imprimé a efficaz acção pratica desenvolvida, em prol do ensino primario em Minas, pelo esforçado collaborador do eminente Sr. Dr. Arthur Bernardes, acção que tivemos ensejo de accentuar devidamente. (1).

Meus generosos Collegas:

Quando, ha tres annos e na intimidade de vosso gremio, resolvestes que me caberia a mim a honra deste posto, vivia eu, apenas, para os nobres deveres da Cathedra e as salutaras luctas do Pretorio.

Quando, porém, me déstes sciencia da honrosa escolha, já os pesados encargos da administração publica absorviam toda a minha actividade.

Tenho, assim, dito que dobrastes, ao ratifical-a, o erro inicial da eleição.

A ordenação medieval dos cavalleiros impunha ao gentilhomen e ao seu padrinho um retiro espiritual, no recinto dos templos, por toda a noite que antecedia a cerimonia das pranchadas symbolicas.

Esta solemnidade, em que se ordenam os

(1) Vide "A Escola Primaria", anno 5.º, n. 6, Julho de 1921, pags. 177, o artigo intitulado "O ensino primario em Minas".

cavalleiros do Direito, devera preceder-se, por igual, pelo recolhimento e pelas meditações de uma vigilia das armas.

Mas, bem sabeis que o posto, que occupo, não me deixaria vagar o animo assentado para oração á altura de vossos meritos e da solemnidade deste grande dia.

Atravessaes, ainda bem, a quadra em que o espirito é de bôa acolhida, o coração hospitaleiro e, ao calor dos graves compromissos de hoje, a semente da palavra, ainda menos bôa, poderá germinar, frondejar, florir e trazer o fructo evangelico de cem por um.

*
* *

Senhores Bachareis:

O titulo que recebeis desta Faculdade vos habilita e vos concita a bem servirdes o Brasil. Com elle o serviram e o estão servindo gerações de vossos predecessores.

Deixae, pois, falar a ironia facil, o scepticismo de moda, e desvaneei-vos, e orgulhai-vos do vosso diploma.

Solda-se, aqui, mais um elo á cadeia do pensamento juridico brasileiro, cadeia que se não pôde quebrar, que se não deve interromper, sob pena de se estiolar a formação do direito patrio, de se não reflectirem nelle as tendencias e idéas de todas as épocas.

E' preciso que cada geração envie alguns representantes que trabalhem nessa trama da vida social, que é o direito, transfiltrem nelle as necessidades e os anhelos do tempo, conservem a lei, melhorando-a, vinculem á tradição as aspirações do paiz.

A direcção social de todos os povos, Senhores Bachareis, tem pertencido em todos os tempos e tudo leva a crer pertencerá sempre aos homens do direito e da lei.

São elles os que, como juristas, conhecem a essencia e a ethnica do phenomeno juridico e, estudando, como sociologos, os agrupamentos humanos através do tempo e do espaço, apontam os perigos e males sociaes e lhes acodem com o remedio opportuno.

Sabeis, meus Collegas, a historia patria e a evolução do direito nacional; não vos é, pois, novidade a larga parte do jurista no progresso da nossa terra.

Na imprensa, no parlamento, nos comicios, no forum, onde quer que se erga uma tribuna e surja um problema que interesse ao paiz, ahí o temos orientando e decidindo, devotando ao serviço do Brasil seu conhecimento dos ho-

Officina de esculptura — Encarnação e concertos de imagens, batinas e vestes sacerdotaes.

Artigos religiosos, imagens, paramentos harmoniuns, oculos, pince-nez, binoculos, optica e artigos de fantasia.

A Luneta de Ouro

PINTO DA FONSECA & BALSEMÃO

Rua do Ouvidor n. 123 — Tel. N. 5583

Abre ás 8 — Fecha ás 6 — Caixa Postal 1.598 — Endereço Telegraphico "AURELIO"

Acaba de receber grande quantidade de todos os artigos que constituem sua especialidade. O maior sortimento em Harmoniuns allemães e francezes.

Rio de Janeiro

mens e das leis, seu espirito de ordem, sua intuição de equilibrio social, sua agudeza e serenidade de visão, sua capacidade de direcção e organização.

Tende, pois, orgulho da vossa laurea, para servil-o mais e melhor.

O Brasil precisa agora, como nunca, do tino e da acção de seus juristas.

O momento é, por todo o mundo, de renovação social, de intensa agitação politica, e problemas sociologicos, aos montes, desafiam o estudo e habilidade dos servidores da lei. Alguns delles, muito nossos e muito velhos, agora sob a luz intensa de um mais vivo sentimento de maioridade politica e consequentes responsabilidades perante o mundo; outros, universaes, surgidos da maior crise guerreira da humanidade, vardadeira muda psychologica para o homem do seculo XX, adstricto a novas cogitações e a novos deveres; outros, finalmente, do dominio da pathologia social, postos em equação em outros meios e para outras gentes, productos de factores historicos, a que somos extranhos, fermentos de luctas e erros seculares, que não são nossos, exacerbados ás colorias excepcionaes da grande guerra.

E' destes ultimos, meus Amigos, que primeiro vos hei de falar.

*
* *

O espirito nacional de imitação, a mania do moderno que brilhe e que retumbe, seductora embriaguez de vinho novo, ajudados dos residuos humanos da nossa immigração — que é trigo não joeirado, — já pelejam, aqui e alli, por implantar em nossa patria questões tão repugnantes á sua tradição historica e á sua estrutura moral, que menos absurdo fôra, na ordem physica, o implantar-se e cultivar-se a edelweiss, a mimosa flôr dos gelos alpinos, sob o sol escaldante do equador.

Fala um, aqui, em odiosas luctas de classes e as quer fomentar e acirrar. Discreteia outro, acolá, sobre o bolchevismo e clama pela experimentação de um regimen de soviets.

Ponde-vos em guarda, meus caros Collegas, contra esses e outros exotismos transplantados ás tontas e sem razão.

São tudo as *dicta pulchra, sed ab usu remota*, de que chasqueava o velho BACON.

Falar, no Brasil, em tyrannia de classes, em oppressão do operariado, com a mesma accepção européa desse jargão socialista e, sobretudo, com os mesmos intuitos do dogmatismo socialista, é commetter um dos peccados que, segundo a letra sagrada, são bradantes ao céu.

E' claro, meus Senhores, que eu não nego a existencia de desigualdades entre os brasileiros, a realidade da riqueza e felicidade de uns, do infortunio e miseria de outros.

Fôra isto contra a essencia de todo o creado e, mais particularmente, contra a essencia da creatura humana.

O que eu nego, o que os factos negam é a inacessibilidade aos bens de fortuna ou aos postos de mando, é a existencia de recintos fechados, intransponiveis, em que se enclau-

surem, para o gozo exclusivo, quaesquer classes ou individuos, e, finalmente, que os ricos se tornem, fatalmente, cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres.

"O terreno social, o sólo politico da velha Europa, observou com eloquencia o Presidente GARFIELD, é todo feito em camadas e estratificações, immutavel e eternamente ordenadas e superpostas; ao passo que o sólo politico da livre America é constituído como as aguas do oceano, em que a gotta humilde, que, ainda ha pouco, andou pelo fundo a rolar na vasa, vem subindo, subindo sempre, até beijar na crista das ondas a luz fecundante do sol."

Si assim é em toda a America, assim é, mais assignaladamente, no nosso Brasil, terra de liberdades excessivas e de tão ingenito sentimento egualitario que, ainda imperio, já se reputava no mundo como uma verdadeira democracia.

Lançae o olhar em torno e vereis.

No terreno economico, vereis capitalistas a assignarem avultados cheques com a mão ainda callejada dos humildes e rudes misteres com que amealharam a fortuna. Vereis o homem que, não ha muito, vos engraxava as botinas, crescer em bens e na estima publica.

Na esphera politica, AFFONSO PENNA, filho de modesto immigrante portuguez, ascende desde a humildade de sua origem até a suprema magistratura do paiz.

Não ha ambiente mais amplo, mais arejado e mais livre para a proveitosa actividade de todos. Nenhuma hostilidade de classe, nenhuma guerra de partido, nenhum preconceito, que impeçam as justas ascensões humanas.

Longe de mim, meus nobres Collegas, a idéa de afastar das vossas cogitações e da vossa acção social de juristas o trabalho pelo bem estar material e moral dos trabalhadores, a investigação e a applicação de leis que perpetuem o bom entendimento entre o capital e o trabalho.

Excluida toda a solidariedade com doutrinas subversivas dos fundamentos sociaes, cumpre ao legista impedir, desde já, que algum dia ganhem fóros no paiz a chamada "questão social" ou as reivindicacões proletarias hoje obstadas pela immensidade despovoada do territorio e pela tolerancia christã no trato de seus habitantes.

Não nos deixemos estar de braços cruzados á espera de que o conflicto se forme, para nos vermos, então, ante o enigma sangrento que assolou e ainda assola os Estados da Europa.

As crescentes facilidades de transporte tornaram, por assim dizer, a terra menor. Os homens e os valores se deslocam de um paiz a outro como liquidos em vasos communicantes.

Nosso Brasil, sem compromissos de sangue no passado e com as suas immensas terras á espera de quem as cultive, acena á humanidade com a paz e o pão, — esses dois resumos de felicidade humana.

Bom é que a multidão, que ha de vir e em que virão os intoxicados do meio trabalhista europeu, não encontre pretexto á propaganda de processos revolucionarios que uma avisada legislação do trabalho pôde, desde agora, prevenir.

Bem sabeis, — e manda a justiça que eu o consigne, — que o legislador brasileiro já enveredou por esse caminho no qual cumpre, apenas, proseguir com prudencia, mas com firmeza.

A tarefa é, entre nós, muito mais suave, nem só pela menos antiga e menos complexa formação capitalista, pela consequente condição incipiente da industria e pelo apontado menor contraste entre o homem que paga e o homem que trabalha, como, sobretudo, porque a decidida protecção que o Estado tem dispensado ás indústrias confere-lhe maior direito de pedir ao industrial renúncias e sacrificios.

Affeiçoe-se, pois, com a lei, a cera molle do industrialismo brasileiro, antes que elle se converta no granito do industrialismo europeu, sob a constante ameaça da dynamite.

Ahi tendes, Senhores Bachareis, um grave e proveitoso estudo que haveis de aprofundar na severa escola da vida pratica, durante o maior ou menor espaço de tempo que leva uma turma academica das portas da Faculdade aos postos de direcção e de responsabilidade.

Procurae os meios convenientes de prophylaxia social com que se previna a installação definitiva do problema operario e as explosões libertarias que elle sempre acarreta.

Lembrae-vos, porém, de que a regulamentação legal do trabalho não se ha de inspirar precipuamente no interesse do operario, mas, como toda a lei, terá em vista, acima de tudo, o interesse social, isto é, todos os indispensaveis e respeitaveis factores envolvidos no problema.

“Uma tendencia irresistivel, observa com justiça JOSÉ ENRIQUE RODÓ, inclinará sempre todos os espiritos nobres em favor da parte menos afortunada ou mais fraca em qualquer conflicto de paixões humanas. A causa do operario traz por isto em si mesma uma attracção que independe do que haja de justiça em cada uma de suas reivindicações.

“Mas, na tarefa de legislar, que não é obra da espontaneidade do individuo, sinão cumprimento de uma delegação da communhão, essa inclinação individual tem que se subordinar ao respeito e equidade devidos a todos os interesses legitimos, de cuja articulação harmonica promana a ordem social, e cujo equilibrio compete aos órgãos do poder publico o manter com a alta imparcialidade de quem sobrepara ás competições de classes.

“E cumpre ajuntar-se a essa consideração de dever e de responsabilidade uma outra inspirada em um sentimento de justiça; e vem a ser que, si ha um genero de capital que mereça particular respeito, é este, sem duvida, o capital empregado na industria; porquanto, longe de subtrahir-se com pusilanimidade e ava-

reza ao movimento da vida, para grangear um beneficio sem riscos, representa um espirito de iniciativa e emprehendimento, que contribue para o fomento dos interesses geraes affrontando, não raro, a contingencia da ruina.”

*
* *

Meus Amigos:

Acho infinito encanto ás parabolae.

Nosso Senhor JESUS CHRISTO confiou quasi sempre a parabolae a immortalidade de seu verbo divino.

Dae, portanto, que eu vos narre uma, colhida da tradição oral por um grande peregrino budhista:

Foi ha muitos, muitos annos já, no coração da India mysteriosa.

Um velho rei de um enorme reino se desolava e definhava na desgraça de ter um filho irremediavelmente cego.

Em vão se haviam tentado todos os recursos, humanos e sobrenaturaes. Até que um dia compareceu perante el-rei um santo cenobita, venerado pela sua sciencia nas cousas da terra e do céu e pelas suas virtudes sublimadas:

“Faze, Senhor, com que venham á tua presença todos os tristes e amargurados de todas as tribus.”

Assim mandou el-rei e, na data aprazada, todo o infeliz do reino, munido de um vaso a que se recolhia o seu pranto, desfilou aos pés do throno e narrou, ao velho monarcha, por entre lagrimas, a causa de sua desventura.

Todas essas lagrimas, ajuntava-as o cenobita em um grande vaso de ouro para que o filho do rei banhase nellas seus olhos sem luz.

E o ponto foi banhal-os e enxergar de novo, com grande alegria para el-rei e proveito para os do seu povo.

O senso da allegoria, meus Collegas, é transparente e profundo.

Aquelles que governam ou dirigem os povos, que fazem ou applicam as leis, hão de conhecer de perto as amarguras e necessidades do povo. E não de qualquer povo, sinão do povo que governam ou para o qual legislam.

Si vós outros, bachareis do Brasil, conscios de vossa nobre missão e dos vossos altos deveres, banhardes os vossos olhos no pranto derramado pelas desgraças e magoas brasileiras, não encontrareis nesse pranto a lagrima do syndicalista europeu, nem a do *moujik*, nem a das victimas do *knout*, nem a da “Casa dos Mortos”, que DOSTOIEWSKY celebrou em paginas dantescas.

Convocae para o choro lustral, não os afflictos de outras terras, mas os tristes e opprimidos do nosso adorado Brasil.

Sêde americanos, meus Amigos. Sêde, acima de tudo, brasileiros.

Nosso habitat, nosso passado, tornam exóticos os problemas europeus.

Ao que se entretém das desgraças de outras terras e cerra os olhos ás de sua patria, caso é de lhe clamarem os versos camoneanos:

Deixas crear ás portas o inimigo.
Por ires buscar outro de tão longe.

Ordenae, pois, o desfile das dôres e dos males brasileiros e direis si a quem os soffre tantos e tamanhos sobra vagar para o trato com miserias alheias.

A maior dessas dôres, os primeiros desses males, causa do gravame de todos os mais, — vós o dissestes, meu generoso Collega (*), — é a feia praga que, na phrase do Sr. Presidente de Minas Geraes, “cancera a Nação nas fontes da vida”.

Existem na patria brasileira vinte milhões, — ouvi bem, — vinte milhões de creaturas analphabetas!

A ellas se ajuntam, cada anno, milhares e milhares de seres fadados ao mesmo destino!

Gravae na vossa mente, Senhores Bachareis de 1920, o negro horror dessa sinistra certeza.

Não, para vos tomardes de pavor e desanimo, mas para investirdes contra o grande, ia quasi dizer o unico inimigo do nosso Brasil, como bons e leaes cavalleiros do direito que vos fizestes hoje.

Os da nossa milicia, meus caros Collegas, devemos assistencia, protecção e conforto a todos os opprimidos e desamparados.

Nosso mote é aquelle do proverbio do Rei Sapientissimo: *Aperi os tuum muto et causis omnium qui pertranseunt* — Abre tua bocca pelo mudo e pelo direito de todos os que desfallecem.

E que maior mudez, que maior desfallecimento que os do triste e desvalido analphabeto da nossa terra?

Sahi a este inimigo, com certeza de que combatareis nelle todos os inimigos da nossa grandeza, todas as causas de debilidade do colosso brasileiro.

Deixae que alguns desassissados phantasiem os odios de classe, envenenem as irremoviveis desigualdades sociaes, e atacaes, vós outros, de rijo, a unica desigualdade que nos envergonha e nos avilta, — o contraste, num regimen que se diz de egualdade, entre esses poucos brasileiros que se illuminam com o ensino e esses milhões delles que se abandonam a apodrecer nas trevas da ignorancia.

Deixae que aquelles continuem a demencia de alindar zimborios e cuspides a um edificio sem alicerce e cuidae, vós outros, da solidez dos fundamentos.

Patrocinae, com sagrado entusiasmo, o primeiro dos direitos do cidadão em uma democracia organizada.

Estão privados delle milhões e milhões de nossos patricios.

Defendereis nesse direito e com esse direito o proprio reino da legalidade e da justiça.

(*) O orador da turma.

E levareis um dique á criminalidade e ao banditismo dos nossos sertões, pois só a profunda bondade da nossa gente, a commovedora doçura e o espirito de conformidade da sua indole explicam que o Brasil do interior não esteja ainda transformado em uma Turquia dos bachi-buzuks.

Poreis um termo á crise da repressão legal e á insubmissão á lei, pois não pôde ter grande influencia a lei onde vinte por cento, apenas, dos cidadãos pôdem fazer a sua leitura.

Dareis assento e dignidade á nossa democracia, moralidade e prestigio á nossa politica, pois o credo democratico é uma burla e a representação politica cousa mentirosa e manca desde que o analphabetismo entrega a cousa publica ao meneio de insignificante minoria.

Vêde, meus Collegas, que dilatado e magnifico campo para uma acção energica e fecunda.

E' toda a immensa Patria a construir de véras.

E' acabar e resumir numa só todas as grandes campanhas pelejadas pelos nossos maiores, — a da independencia, a da abolição, a da Republica, — todas deixadas a meio porque o colosso descança, ainda, sobre pés de barro.

Ouvi, ainda hoje, que um de vós, entre serio e risonho, clamára aos companheiros: “Vamos, nós quinze, salvar a Republica”.

Pois ahi tendes vós, na guerra de morte ao analphabetismo, o generoso e efficiente lemma do partido que ha de salvar a Republica.

Ah! Senhores. Quem me déra nesse nobilissimo partido, quem me déra nessa cruzada bendita todos os bachareis em direito do Brasil, com a mesma ardente fé constructora com que o glorioso HORACE MANN, um homem da lei, imprimiu o movimento a que deve a America do Norte a refulgencia sem par de suas instituições educativas!

E que consolo e que orgulho, si o guião do bom combate estiver em mãos dos filhos desta casa!

Eia, meus nobres amigos.

Dae a esta empresa de salvção publica um esforço escoimado das impacencias do exito immediato, aquelle esforço glorioso de que fala RODÓ, “que põe a esperança para além do horizonte visivel.”

Levae-o, si preciso, até o quichotismo. Nessas campanhas de altruismo o riso de hoje é sempre compensado pelas benções de amanhã.

Tendes a força da vossa juventude, os thesouros da vossa fé de moços, a fonte viva do vosso entusiasmo.

Invertei-os nessa obra que vos ha de sobreviver, que falará de vós aos homens de outras gerações, que ha de guardar um pouco da vossa alma, para attestar que ella foi sobranceira ás limitações do presente e habitada pela generosa preocupação do porvir.

Meus generosos Collegas:

Daquelle a quem a bondade de seus pares tem conferido as honras de fundador desta Casa, daquelle cujo nome sem mancha eu tenho a difficil honra de trazer sem deslustre, ouvi, muita vez, que mais tivera em vista, nesta fundação, a formação ethica do jurista que a sua illustração ou cultura technica.

OSCAR MACHADO
Joalheiro



Teleph. n. 2367
Endereço Telegraphico
AGEMO-RIO

Rua do Ouvidor, 101 e 103 (canto da rua Sachet) — Rio de Janeiro

A Faculdade de Direito, em que ainda vive o seu nobre e austero espirito, tomou o vosso juramento de sacerdotio e fica certa de que vos ha de inspirar e alentar, fóra daqui, o triplice fanatismo — pela ordem, pelo trabalho, pelo dever — assegurado por vosso brilhante orador.

Si, como pensava MICHELET, o verdadeiro conceito da educação não abrange apenas a cultura do espirito dos filhos pela experiencia dos paes, mas ainda e, não raro, muito mais a do espirito dos paes pela inspiração innovadora dos filhos, — a Faculdade, que educou vossa intelligencia e vosso character de juristas, despede-se de vós, mas não vos perde de vista, pois dia virá em que ella se remire, se ufane e aprenda na vossa acção de legionarios do direito.

Ide, meus Amigos, ide confiantes, pela clara e larga estrada do ideal, aonde vos levam a vossa generosidade e as vossas esperanças, pela causa da Justiça e pela gloria do Brasil!

Bello Horizonte, 19. XII. 1920.



LIGA DE BONDADADE

A bondade é a mais dominadora de todas as forças.

RUY BARBOSA.

O Dr. Afranio Peixoto, proecto professor da Faculdade de Medicina, membro dos mais illustres da Academia Brasileira de Letras e apreciadissimo escriptor, exercia, em 1917, o espinhoso cargo de director da Instrução Publica Municipal.

Os seus multiplos encargos, desempenhados sempre com o maior brilhantismo, não lhe impediram, entretanto, de colaborar assiduamente nesta revista, fundada durante o tempo de sua fecunda administração e com o seu effizaz e valioso auxilio.

No numero 5, anno I (Fevereiro de 1919), mal se encobrando nas iniciaes de seu illustre nome, o Dr. Afranio Peixoto, n'uma pagina magnifica, divulgou os estatutos da Liga da Bondade, do Grupo Barão do Rio Branco, da cidade de Bello Horizonte, incitando os professores do Districto Federal a crearem em suas escolas instituições semelhantes.

"O Districto Federal, — disse o eminente escriptor, — é, com certeza, o unico dos estados da União que não tem esse espirito regional chamado bairrismo, ás vezes capaz de emulação proficua, muitas outras estreito e pernicioso. Por isso mesmo, não se recusa nunca a ser o

sensorio commum, onde vêm todas as impressões da periphéria: boas ou más, elle as recolherá, para emenda ou proveito. Desta vez chega-nos de Minas de uma escola de Bello Horizonte, iniciativa digna de imitação.

Leiam os nossos professores e fundem em suas escolas instituições como esta, cujos estatutos lhes offerecemos."

Este conselho não podia deixar de ser attendido: os estatutos foram lidos pelos professores e ahí estão as Ligas de Bondade, creadas em varias escolas de differentes districtos, prestando excellente auxilio ás Caixas Escolares e, muitas vezes, substituindo-as com grandes e reaes vantagens.

Utilissima é, sem duvida, a instituição da Caixa Escolar, que facilita e estimula a frequencia das escolas, protegendo as creanças pobres, fornecendo-lhes roupa, calçado e merenda; dando-lhes assistencia medica e dentaria; concedendo premios aos alumnos assíduos e applicados.

Mais preciosa é, a meu vêr, a Liga de Bondade, que, protegendo igualmente os alumnos pobres, podendo preencher todos os fins da Caixa Escolar, tem sobre esta a vantagem de impellir a creança a praticar o bem, que passa a ser a sua grande preocupação, ao mesmo tempo que lhe dá proveitosas noções praticas de instrução civica e moral.

A Caixa Escolar, da qual pódem, é certo, fazer parte os alumnos, é dirigida e administrada pelos professores; ao passo que a Liga de Bondade, fiscalizada pelos professores, é administrada pelos alumnos, que, por eleição directa, escolhem elles proprios os membros da sua directoria.

Melhor do que a Caixa Escolar, a Liga beneficia não sómente as creanças que protege, mas, principalmente, ás que, protectoras, lhes fornecem os recursos necessarios para sua obra de assistencia.

Conheço casos interessantissimos de creanças mal procedidas que, para serem socias da Liga de Bondade, se transformaram, quasi repentinamente — em modelos de obediencia e disciplina.

Não ha muito tempo, installada a Liga, em certa escola do 9.º Districto, uma menina de 12 annos e de bom procedimento esquivava-se de ser associada da bella instituição.

Indagando a professora qual a razão de tão estranho procedimento, quasi chorosa, confessou a pobre creança que não desejava fazer parte da Liga porque não tinha muita confiança em si mesma e receiava dizer alguma pequena mentira..., grave crime, severamente punido.

Este numero da "Escola Primaria" vae pe-

MAPPIN & WEBB LTD.

100. Ouvidor

RIO DE JANEIRO

JOALHERIA

Prataria, «Prata Princeza»

Objectos de arte, etc.

netrar em todas as escolas do Brasil. Aproveitando a feliz oportunidade, tenho immensa satisfação de offerecer aos professores dos Estados o modelo que se segue de tão util instituição.

A. ALVIM.

ESTATUTOS DA "LIGA DE BONDADADE"

DA DENOMINAÇÃO, FINS E SÉDE DA ASSOCIAÇÃO

Art. 1.º — Com a denominação de "Liga de Bondade", fica creada nesta escola..., onde terá sua séde, uma associação escolar, cujo fim é desenvolver no espirito da creança o amor da bondade para tudo que vive, ensinar-lhe o horror da violencia e da mentira, a belleza da misericórdia e, ao mesmo tempo, todas as virtudes que formam o character, tendo por lemma — bondade, justiça e piedade — para com toda creatura viva, inoffensiva, humana ou animal.

Art. 2.º — E' facultativo aos alumnos a sua inscripção como socios da "Liga de Bondade".

Art. 3.º — E' illimitado o numero de socios, podendo adherir á mesma alumnos de outros estabelecimentos de instrução.

DA ADMINISTRAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Art. 4.º — A "Liga de Bondade" é administrada por duas directorias (meninos e meninas) compostas de:

a) de um director geral; b) de dois presidentes; c) de dois secretarios; d) de dois thesoureiros.

Art. 5.º — Todos os membros das directorias serão eleitos por maioria absoluta de votos, durante o mandato um anno lectivo.

Paragrapho unico. — O director geral será pessoa idonea eleita pelos alumnos por maioria absoluta de votos.

Art. 6.º — As eleições terão lugar á hora do recreio, em dia préviamente determinado.

DOS SOCIOS E SEUS DEVERES

Art. 7.º — Os socios da "Liga de Bondade" pódem ser contribuintes e benemeritos.

Paragrapho 1.º — São contribuintes os que pagarem a mensalidade de \$200.

Paragrapho 2.º — Benemeritos os que praticarem algum acto de reconhecido valor moral ou que doarem á caixa da "Liga de Bondade" a quantia de 10\$000.

Art. 8.º — Os membros da "Liga de Bondade" são convidados a não deixar passar e a procurar, na escola e fóra da escola, todas as occasiões de interirem em favor de tudo quanto vive ou soffre ou possa ter necessidade de auxilio.

Art. 9.º — O membro da "Liga" compromette-se a não mentir e a proceder sempre com a maxima lealdade e correção em suas mutuas relações.

Art. 10. — Uma caixa collocada na sala de aula recebe as cartas ou communicações, em que, da maneira mais simples e sem assignatura, são referidos os actos de bondade praticados por seus membros.

Paragrapho unico. — Esses actos, classificados pela professora, segundo o interesse que apresentam, são commentados á hora da lição de moral.

DO PATRIMONIO E SUA APPLICAÇÃO

Art. 11. — O patrimonio será constituído:

a) pelas contribuições pagas pelos socios;

b) pelos donativos feitos á "Liga".

Art. 12. — Constituem despesas para a "Liga":

a) a aquisição de passes de bond para os alumnos pobres de optimo procedimento, ou de objectos escolares que não possam ser fornecidos pela Caixa Escolar;

b) a aquisição de roupa, calçado e merenda para os alumnos reconhecidamente pobres.

DAS ATTRIBUIÇÕES DAS DIRECTORIAS

Art. 13. — Ao director geral compete:

a) convocar as directorias e presidir a todas as reuniões; b) dirigir a associação.

Art. 14. — Ao presidente compete:

a) diffundir a associação;

b) deliberar sobre a entrada de socios;

c) aconselhar aos socios quando não procederem de accôrdo com os fins da "Liga";

d) distribuir semanalmente pelas salas de aula a correspondencia depositada nas caixas, pelos membros.

Art. 15. — Compete ao secretario:

a) fazer toda a escripta da "Liga";

b) lavrar as actas das reuniões.

Art. 16. — Ao thesourceiro compete: fazer a arrecadação das mensalidades e escriptural-ás em livros proprios.

Art. 17. — Os thesoureiros deverão entregar mensalmente as importancias arrecadadas ao director geral, que as depositará em qualquer Banco ou Caixa Economica.

DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 18. — Haverá reunião geral no dia.... e todas as vezes que fór convocada pelo director geral.

Art. 19. — Terão seus retratos no salão da escola os alumnos que, por sua bondade e exemplar procedimento, forem considerados, pela directoria, dignos dessa honra.

Chocolate e café

Só

ANDALUZA

FABRICA — Rua dos Andradas, 23 — RIO DE JANEIRO

Um Precursor da Independencia

(Marcellino José Alves Macamboa)

O historiador que não omite, jámais, os feitos dos seus patriotas, tem o direito de considerar-se honesto.

Si precursor é todo aquelle que ousa defender e propagar, com evidente enthusiasmo, uma idéa qualquer, a qual, uma vez realzada, proporciona grandes vantagens á communiidade social; si o precursor das melhores idéas pôde ser assemelhado aos antes gnanos — valentes soldados das milicias romanas, que pelejavam á frente do labaro sagrado, defendendo-o com denodo e sacrificio da própria vida, Marcellino José Alves Macamboa, bacharel em canones e em leis pela legendaria Universidade de Coimbra, portuguez de origem, mas, que se devotou, lealmente, ás grandes aspirações nacionaes, merece, sem favor ou sympathia, ser considerado um dos grandes precursores da radiosa tarde de Sete de Setembro de 1822.

Seus feitos são de natureza a aureolar-lhe a existencia, merecendo dos estudiosos a mais ampla divulgação, afim de que se tribute o merecido apreço, mórmente agora que se aproxima o centenario da nossa emancipação politica.

Não quero deter-me em considerações outras, nem é meu intuito discutir a theoria de Carlyle, consoante a qual não é o meio que favorece o desenvolvimento das facultades intellectuaes, por isso que o homem de genio não carece das influencias mesologicas para se tornar util e notavel; quero, apenas, recordar o que de bom e util fez aquelle licenciado em leis e em sciencias canonicas ao nosso amado torrão natal.

Filho legitimo de José Matheus Alves Macamboa e de Dona Joaquina Maria de Assumpção, o padre Macamboa nasceu aos 6 de Abril de 1793 em Lisboa e foi baptisado na freguezia de São Pedro aos 13 dias daquelle mesmo mez e anno. Coursou a Universidade de Coimbra:

1800 — 1801 — 1.º anno juridico.

1806 — 1807 — 2.º anno juridico.

1807 — 1808 — 3.º anno de canones.

1809 — 1810 — 4.º anno de canones.

1811 — 1812 — 5.º anno de canones.

Prestou provas do 4.º anno aos 8-6-1810 e foi approvedo *nemine discrepante*; conferiu-lhe o gráu de bacharel o presidente do Jury Dr. Luiz da Cunha de Abreu e Mello; tirou carta aos 14-7-1810.

Fez exame do 5.º anno em o dia 20-6-1812 e logrou approvação *nemine discrepante*; tirou carta de formatura em 22-6-1812.

Procedimento e costumes — approvedo por 6 e reprovado por 3; merecimento litterario — Bom por 7 e sufficiente por 2. Prudencia, probidade e desinteresse, approvedo por 5 e reprovado por 4.

Não colhi minuciosas informações acerca da época do seu desembarque na formosa bahia da Guanabara; mas, o que não padece duvida é que o padre Macamboa gosava da amizade

do principe Dom Pedro, tanto assim que era admittido nos aposentos particulares daquelle ardoroso principe, e recebia, continuamente, na sua residencia visitas de politicos influentes, que iam ouvil-o acerca da marcha dos negocios publicos. Elle nunca foi um cortezão; e, desde que se identficou com a causa da independencia politica do Brasil, agia desassombradamente, suggerindo alvitres praticos e presidindo reuniões, que se realizavam na sua residencia, quando não era possivel ao principe Dom Pedro receber os seus camaradas no proprio Paço de S. Christovão.

Taes reuniões, informa Mello Moraes, Pae, eram frequentadas pelo conde dos Arcos, padre Góes, João Bernardo Cauper, diversos officiaes da divisão naval portugueza, alguns commerciantes brasileiros, e realizavam-se, geralmente, numa sala, que ficava em baixo da sala dos passaros.

Não me parece, portanto, razoavel, que o professor Viveiros de Castro, em se servindo de uma expressão do grande Tobias Barreto, afirmasse que o horizonte de Macamboa não passava da torre da freguezia (isto é, curteza de vistas); não, um homem estrangeiro, que é chamado a participar das confabulações politicas daquelles que anceavam por sacudir a tutela estrangeira, e em cuja lealdade e experiencia todos os factores daquelles movimentos confavam bastante; um homem estrangeiro que é escolhido para interpretar as aspirações populares no dia 26 de Fevereiro de 1821 e consegue do rei Dom João VI a nomeação de um gabinete, que correspondesse á confiança popular, não é, evidentemente, um aproveitador de situações, nem um malabarista politico. Macamboa revelou naquella conjuntura uma coragem civica que fazia lembrar as proezas de Viriato, e sua attitude energica naquelles successos, que aprobeitaram aos mais astutos, constitue um immarcessivel padrão de gloria da sua carreira politica.

O decreto de 18 de Fevereiro de 1821 — fructo genuino das suggestões de Silvestre Pinheiro e de Thomaz Antonio — desagradou bastante os partidarios da independencia, por isso que o regresso do principe Dom Pedro a Portugal, naquella epocha em que se acentuavam as manifestações favoraveis áquella idéa, ha muito acariciada pelos brasileiros resolutos, prejudicaria, enormemente, a realização do sonho, que levou Felipe dos Santos e Tiradentes a soffrer a pena maxima. A penetrante intelligencia e a lealdade do padre Macamboa não passaram despercebidos os fins verdadeiros daquelle decreto: era conveniente afastar do Rio de Janeiro, já agitado pelas violentas correntes politicas, o principe Dom Pedro, dono de immensa sympathia popular, e cujo temperamento cavalheresco se não subordnava ás descabidas exigencias dos aulcos que cercavam seu velho Pae. E, logo que cahiu na publicidade aquelle decreto, que visava tão só arrefecer o enthusiasmo popular, o padre Macamboa, então residente num sobrado da rua do Ouvidor, convocou uma reunião, na sua casa, na qual se assentaram diversas providencias, tendentes a frustrar a vigilancia dos soldados do intendente Paulo Fernandes Vianna.

O padre Góes foi despachado para o Paço de S. Christovão, onde esteve em palestra amistososa com o principe Dom Pedro, e os militares, que participavam daquelle conluio, retiraram-se dispostos a respeitar os compromissos assumidos e a policiar a cidade para evitar qualquer perturbação da ordem!

Convém, ainda, recordar que o padre Macamboa e mais onze portuguezes, que haviam comparecido áquelle conciliabulo, juraram o seguinte lemma: — *constituição de Portugal ou a morte.*

Na manhã de 26 de Fevereiro de 1821 o padre Macamboa foi dos primeiros a apparecer no Largo do Rocio, isto é, o ponto de reunião dos conjurados que, indignados com as medidas de caracter politico, adoptadas por Portugal para serem cumpridas no Brasil, estavam preparados para exigir de Dom João VI algumas providencias em favor da terra que José de Achieta amou desinteressadamente. O brigadeiro Francisco Joaquim Carretti, tambem seduzido pelas suggestões do padre Macamboa, appareceu, fardado, no local indicado e não censurou o procedimento dos seus subordinados: accitou e assumiu logo o commando supremo das tropas revoltadas.

Dom João VI, logo que soube das occurrencias, mandou o principe Dom Pedro, que, recebido sob frenet eas aclamações, se dirigiu para a varanda do theatro São João (actualmente theatro São Pedro de Alcantara), onde leu um decreto, datado de 24 de Fevereiro, no qual declarava o rei Dom João VI que approvava a Constituição portugueza, que estava sendo discutida pelas Côrtes de Lisboa, afim de fazela cumprir no Re no do Brasil e demais dominios da Corôa Portugueza.

Macamboa não se conteve quando o principe Dom Pedro finalizou a leitura daquelle decreto antedatado; proferiu uma eloquente allocução, reclamando a demissão do ministerio e outras providencias, que reputava necessarias ao engrandecimento moral e material do Brasil; e as suas palavras, sabem-n'o os que conhecem aquelles acontecimentos, repercutiram de tal fórma, que a multidão, allí aglomerada, ovacionou o padre Macamboa e applaudiu enthuasiasticamente as suas palavras.

Assim, exigiu ella do rei Dom João VI:

I) que se jurasse immediatamente, e sem restricção alguma, a constituição que as Côrtes de Portugal promulgassem;

II) que fossem demittidos os ministros e demais funcionarios que não inspiravam confiança ao povo, os quaes deveriam ser substituidos por individuos, cujos nomes constavam de uma lista, que o dito padre Macamboa entregou ao principe Dom Pedro.

O velho rei Dom João VI, cansado das infidelidades conjugaes e receoso, tambem, que os exaltados quizessem imitar os revolucionarios francezes, aguardava o regresso do seu filho, nas alamedas da Quinta Imperial, torturado por uma alluvião de pensamentos sinistros, que lhe acudiam á imaginação.

Não se sabe o que se passou entre pae e filho; relatam, porém, os historiadores que as

reclamações do energico padre Macamboa foram immediatamente acceitas e satisfeitas, por conseguinte, as aspirações dos que queriam a grandeza politica do Brasil.

E o principe Dom Pedro novamente assumindo a varanda do theatro São João leu em voz alta, para que a multidão o ouvisse, o decreto que dispensava os antigos ministros e funcionarios graduados, substituindo-os por aquelles que mereciam a confiança e o apreço do publico:

Talvez para inspirar maior confiança ao publico allí concentrado, o principe Dom Pedro beijou o crucifixo de marfim e *prometteu fidelidade de todo seu coração á Constituição Portugueza.*

Não é facil descrever-se a alegria que se apoderou daquelle gente, que via approximar-se o dia em que poderia gritar: somos uma nação livre e temos o direito de applicar, em nosso proveito, as nossas riquezas e as nossas rendas.

O Senado da Camara pretendeu erguer um monumento para perpetuar a lembrança daquelles acontecimentos, que marcavam o inicio da regeneração politica do Brasil, tal idéa não se corporificou pela carencia de meio; mas, o Senado da Camara, que era então presidido pelo grande José Clemente Pereira, deu a denominação de Praça da Constituição, ao então largo do Rocio.

O almanack da Côrte do anno de 1823 considerou o 26 de Fevereiro dia de gala, "porque foi o Dia em que S. M. I. abraçou e deu ao Brasil o *systema constitucional*". O padre Macamboa tambem se salientou nas eleições da Praça do Commercio, pugando pela adopção de medidas salutareas e combatendo, com rara coragem, os inimigos occultos do Brasil, os quaes suggeriam planos que difficultavam a nossa independencia politica.

Na sua Historia da Independencia, o Visconde de Porto-Seguro salienta os serviços do padre Macamboa, e na nota XIV ao capitulo I, referindo-se aos acontecimentos politicos de 1821 e 1822, encontram-se as seguintes palavras: como desempenharam papel muito saliente nos acontecimentos do anno anterior ao da nossa emancipação politica da metropole luzitana, bem merecem Duprat e Macamboa alguns dados mais que os sobre elles fornecidos pelo Visconde de Porto Seguro. Mais tarde, Macamboa foi preso e desterrado para Lisboa; e, para contentar as tropas, foi publicado um decreto, equiparando os vencimentos do exercito do Brasil aos mesmos que percebiam os officiaes e praças em Portugal.

Ora, essa simples narração, que visa tão só recordar os fatos de um portuguez valeroso, que, sinceramente, amou a nossa Patria e concorreu, efficientemente, para a sua independencia politica, basta para o incluir na galeria dos que não conheceram difficuldades para o esplendor do dia Sete de Setembro de 1822. Não fosse elle um cidadão, desoccupado de vaidades e ambições de mando, e teria, por certo, applicado aquelle prestigio, que alcançou com a sua lealdade, em seu beneficio proprio, em se esquecendo dos compromissos que contraira com os seus companheiros.

Macamboa não mereceu, ainda, dos nossos historiadores uma analyse da sua conducta naquello movimento reivindicador das nossas liberdades; no entanto, é impossivel desconhecer a valia daquelle seu serviço politico, que serviu para mostrar ao rei Dom João VI e aos seus perfidos conselheiros o gráu de patriotismo dos brasileiros.

Macamboa, investido da confiança popular, prestigiado nos circulos militares e amparado pela opinião publica, que começava, então, a esboçar-se, quiz, apenas, revelar o seu enthusiasmo pela emancipação politica do Brasil e jámais tremeu das ameaças dos poderosos.

Então, o exigir a demissão collectiva de um grupo de funcionarios graduados, que embaraçavam as legitimas aspirações nacionaes e substituí-los por outros que eram, francamente, sympathicos aos desejos de uma população fatigada de um regimen oppressivo, que a não deixava adiantar-se, não constitue um passo agigantado para a victoria definitiva daquelle sonho?

Então, o expôr-se o padre Macamboa, com risco de sua vida, numa praça publica, afim de solicitar umas quantas providencias politicas em favor de uma terra, que não era a sua, mas que lhe infundia grande amor, não é, evidentemente, uma acção heroica, que deve despertar nas gerações novas o mais legitimo enthusiasmo?

Então, o querer sómente a administração de individuos rectos nos negocios publicos, e recusar, em seguida, qualquer remuneração, qualquer posto de destaque, não é signal de desprezimento pelas coisas terrenas?

Macamboa ha de merecer dos brasileiros os merecidos encomios pelos seus relevantes serviços, e não tardará o dia em que se inscreverá seu nome numa escola publica, afim de que a sua memoria seja recordada com carinho á creança, que começa a aprender a amar o Brasil e áquelles que trabalharam pelo seu engrandecimento.

O pintor Hersonier, nos funeraes de Alexandre Dumas Filho, disse que a ingratição da Patria tem por limite o cemiterio; é tempo, portanto, de resgatar a divida que os brasileiros contrairam com aquelle sacerdote digno.

ALFREDO BALTHAZAR DA SILVEIRA.

Da Escola Normal do Districto Federal.



PEDRO I E A SUA OBRA

A doutrina de Carlyle, attribuindo aos grandes homens, que elle chama heróes, toda a obra da civilização, ou seja todo aperfeiçoamento attingido pelos diferentes nucleos humanos, no dominio esthetico, é, sem duvida, falsa no seu ponto de vista geral.

As instituições de um povo, no que ellas têm de fundamental, são sempre obra do esforço e do pensamento collectivos, e por isso mesmo anonyma no seu conjunto. Ellas são o attestado da capacidade ou da incapacidade da raça.

Quando cessa a força creadora, pôde apparecer ou não o homem superior, mas este limita-se ao trabalho de organização e distribuição das forças accumuladas.

No meio d'uma tribo selvagem um homem superior, a menos que fosse antes de tudo um grande guerreiro, passaria completamente despercebido; poderia pregar idéas novas, mas não conseguia, pela inaptidão do meio, organizar a ordem social, tendo por fundamento instituições politicas de accôrdo com a sua propria cultura.

Annibal foi um dos maiores genios da guerra, sinão o maior; tinha concebido o plano de angustiar a Republica Romana, a poderosa inimiga de sua Patria, mas, quando chegou o momento de dar o golpe decisivo, o senado de Carthago, composto de p.gmeus, negou-lhe os meios necessarios, com receio de que o general victorioso fosse empolgar o governo com prejuizo dos incapazes que dirgiam os destinos da collectividade.

Isso prova que o povo carthaginez não estava na altura do seu heróe.

A mesma sorte teve o imperio de Alexandre, cuja unidade quebrou-se com a morte do heróe.

Carlos Magno, allado ao pontifice romano, empenhou-se na resurreição do velho imperio dos Cezares, mas, a despeito do valor que a historia lhe attribue, a obra desmoronou-se com a morte do architecto, afundando-se para sempre no mesmo tumulo em que desaparecia o fundador da dynastia carlovingia.

Nestes exemplos, como em muitos outros, salva-se a grandeza pessoal do heróe, mas a sua obra limita-se a uma tentativa fallha, porque a resistencia negativa do meio não permittiu que ella se tornasse uma realidade.

No caso de Pedro I, considerado heróe da nossa independencia, não era o meio que resistia, era a mediocridade, a falta de heroismo do homem que as circumstancias fizeram conductor dum povo no segundo cyclo da sua formação e que não teve visão sufficiente para lhe aplanar o terreno, cortando pela raiz os obstaculos que lhe deviam diffcultar a marcha para a unidade politica, como consequencia da unidade territorial.

A divisão geographica deixada pelo regimen colonial era a mais absurda possivel e cheia de perigos para a vitalidade do imperio, mas justificava-se na sua origem, porque o governo da metropole, ao cuidar do povoamento do sólo por meio de captanias hereditarias, viu-se na contingencia de fazer as concessões de terras de accôrdo com a fortuna e o prestigio dos donatarios.

Esse vicio arraigou-se, e embora o governo colonial pudesse modificalo depois do resgate das terras pela Corôa, o certo é que a distancia, a diffcultade de conhecer com precisão os limites, diffcultou essa obra, na qual não havia tambem interesse immediato.

Mas o principal factor da independencia não tem como fugir perante a historia á responsabilidade do grande erro em que incorreu na organização do imperio, deixando que prevalesse essa divisão inconveniente e ridicula do territorio nacional, em provincias de enorme extensão, umas, outras de tamanho microscó-

pico, diffcultando assim a obra de unidade nacional, e perpetuando o espirito de bairrismo que nos ha de conduzir, mais cedo ou mais tarde, ao desastre da separação.

Desse erro são tambem responsaveis os organizadores da Republica, que diffcultaram ainda mais a solução do problema, criando novos elementos de dissolução com o estabelecimento do regimen federal, que é, da facto, o regimen da dupla cidadania, sobretudo quando é levado ás suas extremas consequencias, como no Brasil, onde o direito, que é um dos mais decisivos elementos de unidade, passou a contribuir para a obra separatista com a consagração da justiça dual.

Assim, o espirito regional, que devia ser com-



D. PEDRO I

Primeiro imperador do Brasil

batido por todos os meios, passou a ser um instituto de direito, por isso que as Constituições estadoaes exigem a dupla cidadania para os cargos representativos.

Mas, não é esse o unico erro politico do grande factor da independencia, mantido pelo segundo reinado e agravado pelos organizadores da Republica. D. Pedro I, homem destituido de virtudes moraes, sem nenhuma qualidade de estadista, não percebeu que a velha questão da Cisplatina era de interesse vital

para a grandeza do imperio e, sobretudo, para a sua defesa contra vizinhos irrequietos e saturados de odio de raça e esqueceu-se de defender o dragão que vigiava o thezouro do deserto.

Nesse ponto o governo colonial mostrou-se muito superior ao primeiro monarcha.

Os portuguezes estiveram sempre preocupados com os limites do Brasil; e o limite natural, pelo extremo sul, estava justamente ali; era a Cisplatina, disputada pelos hespanhões e defendida, durante um seculo, com arrojo e bravura, pelos portuguezes, que nessa obra de previsão derramaram rios de sangue.

A D. Pedro I, homem de vista curta, nem mesmo a insistencia com que os homens do seu tempo haviam defendido aquella nesga do territorio, teve bastante virtude para fazello comprehender a sua importancia futura na conservação e defesa do imperio. Independente disso, elle devia saber que os proprios paes estiveram envolvidos em tentativa de grande monta para aquelles lados, conforme se deprehende da obra de Alfredo Varella (*Dois Grandes Intrigas*), na qual o illustre escriptor, com o seu espirito pesquisador, revelou o que estava escondido na poeira dos archivos, ou seja uma phase importantissima de diplomacia clandestina na America do Sul.

Depois, não era difficil prever quaes seriam as consequencias, mais ou menos remotas, da perda daquelle territorio, nas condições em que o perdemos. Seria, fatalmente, como foi, causa efficiente de discordia no continente e de perturbações e sacrificios para o imperio, tanto na ordem interna como externa, conforme observação criteriosa de Antonio Claro, na sua obra — *Brasil Politico*.

Si a fraqueza de Pedro I não houvesse impedido a conservação intacta daquillo que nos legaram os nossos maiores, um Brasil dentro dos seus limites naturaes, ou seja do Amazonas ao Prata, não teriamos tido occasião de intervir na Republica constituida do territorio perdido, dando pretexto para a guerra contra o Paraguay, nem o imperio teria antes de lutar contra o espirito separatista que reinava no Rio Grande do Sul e que explodiu com toda a violencia de que era capaz a população que ali se formou e de cuja bravura por pouco não resultou o desmembramento do territorio nacional.

Isto constitue a prova cabal da incapacidade do imperador como homem politico. Sob o ponto de vista moral não ha como defendello.

O homem, não obstante a facilidade do meio, deixou impressas na sua obra todas as fraquezas de que era constituido.

SILVA MARQUES.

CASA DAS NOVIDADES

LUVARIA GOMES

Meias, luvas, leques, bolsas, carteiras, rendas, fitas, colares, pulseiras, brincos e chapéos para meninas e senhoras.

A's Exmas. professoras municipaes faz-se o desconto de 10 %.

38, Travessa S. Francisco, 38

A proposito de uma Reforma de Instrucção

Antes de tratarmos dos pontos principaes da recente reforma do ensino primario do Estado de Minas, excellente nos seus traços geraes e portadora de innovações uteis, seja-nos licito destacar uma creação, que se nos afigura inconveniente e injusta.

Dispõe o art. 9.º da nova lei estadual que "as nomeações para o magisterio primario recahirão de preferencia sobre normalistas solteiras ou viúvas sem filhos."

A' primeira vista parece razoavel o espirito da lei, tendendo a encaminhar para o magisterio official pessoas, que, sem encargos domesticos, se possam especialmente dedicar ao ensino, e procurando restringir ao lar a actividade das mães de familia.

Um exame mais detido do assumpto colloca, porém, em evidencia os defeitos do dispositivo legal que redundam em protecção ao celibato e á infecundidade, em um paiz cuja população está muito longe de corresponder á vastissima extensão do seu territorio, e onde existe ainda precisamente necessidade de immigração estrangeira para alimentar o trabalho agricola, valiosa fonte de riqueza nacional.

Assim, sem o querer, vem o legislador, pelo seu ardente zelo em favor da causa da instrucção, acoroçoar indirectamente o néo-malthusianismo, que se vae por toda a parte infiltrando nos meios civilizados, repletos de egoismo e assaltados pela miseria, factores principaes da restricção voluntaria da natalidade. Não convém se agravar a situação, de character geral, afastando-se dos officios lucrativos as mães, quando no Brasil já se faz notar a repressão criminosa dos nascimentos, facto gravissimo de que muito se tem occupado ultimamente a Academia Nacional de Medicina, e que, sem duvida, concorreu para a modificação legislativa que fez passar, da alçada do jury, quasi sempre benevolo, para a dos juizes de direito, o julgamento de certos delictos. Demais, não será prejudicial ao ensino a circumstancia da professora ser casada ou ter filhos, desde que ella saiba dividir o tempo entre

os cuidados da familia e os da escola, havendo ainda a possibilidade de substituição nas funcções domesticas durante as horas de aula.

E' possivel que nem todas consigam desempenhar satisfatoriamente o duplo mister de donas de casa e de mestras, mas, para estas, como para todas as que mal cumprirem os deveres escolares, deve offerecer a lei correctivo adequado, e não será impossivel afastal-as do magisterio. O que se não justifica é procurar-se, de modo geral, impedir as mães de familia do trabalho fóra do lar. A sociedade ideal, onde se encontrem as mulheres exercendo exclusivamente occupações domesticas e os homens no desempenho privativo das funcções sociaes ou dos trabalhos mais rudes, como agentes unicos de producção economica, nunca existiu: a necessidade, conforme a justa ponderação de Leroy-Beaulieu, destróe brutalmente o equilibrio que parece existir no plano da natureza. Assim é que, no momento presente, constitue o trabalho feminino um dos pontos mais importantes da questão social, incluido no tratado de paz, de que foi parte o Brasil, ficando nesse importante documento internacional garantida a egualdade de salario para os operarios, sem distincção de sexo.

Não é, pois, opportuna a occasião para se limitar a capacidade profissional feminina, por causa do casamento ou da maternidade, mórmente tendo-se em vista que a nossa legislação impõe á mulher o dever de concorrer com o marido para o sustento e educação dos filhos (Codigo Civil, art. 231, IV) e confere-lhe, desde a promulgação do Decr. n. 181, de 24 de Janeiro de 1890, o patrio poder, no caso de viuvez (Codigo Civil, art. 382). E' francamente contradictorio que a lei crie para a mulher obrigações cujo cumprimento depende em grande parte de recursos pecuniarios e depois lhe retire os meios de adquiril-os.

Encaremos, afinal, a questão sob o ponto de vista pedagogico, para que se possam conciliar com os interesses do ensino e das docentes as funcções maternas; tratemos de harmonizar com a necessidade do trabalho exigencias imperteriveis da hygiene.

Já na instrucção municipal do Dis-

tricto Federal, em virtude do Decreto 1.416, de 9 de Abril de 1920, art. 81, c, têm as professoras direito a 20 faltas por motivo de parto. Deficiente, porém, é ainda este prazo, que deveria ser elevado ao dobro, não só em beneficio das condições physiologicas especiaes da mulher, como por conveniencia do magisterio.

A simples observação demonstra que não são raros os casos de senhoras, que, obrigadas a voltar á missão escolar em tempo relativamente proximo do parto, mal a desempenham: com visivel abatimento physico e consequente depressão intellectual e moral repetem automaticamente a lição á classe considerada em conjunto, de que não procuram ou não pódem distinguir unidades. N'este caso o mestre, que precisa ser sempre um observador, buscando comprehender as condições individuaes dos alumnos, para lhes ministrar processos de ensino adequado, converte-se em simples phonographo, e, como tal, não póde ir além da repetição, sem cuidar da disciplina, que se não consegue sem autoridade, dependente em muito da attitudo e do character de quem a exerce.

Dir-se-á, sem duvida, que a concessão que pleiteamos para uma parte do magisterio primario feminino constitue um favor ou, antes, privilegio para determinadas pessoas. Mas, não se trata aqui de exclusivo interesse individual: faz-se obra de solidariedade social, por meio da protecção ás gerações futuras, e defende-se a propria causa do ensino. Além d'isso, a mesma lei estadual, que procura afastar as mães do magisterio, comprehendeu bem o interesse da collectividade nas questões que se referem á geração e á infancia, incluindo no ensino das escolas primarias femininas noções de puericultura, a qual, como se sabe, estende-se até a assistencia materna.

Nem são mais cabiveis os impedimentos oppostos á actividade profissional da mulher numa época em que, segundo

o justo conceito de Ellen Key "a linha do progresso encaminha-se para uma nova sociedade, em que todos serão obrigados a trabalhar, todos encontrarão trabalho, todos trabalharão moderadamente, em condições hygienicas e mediante remuneração sufficiente" (Le Siécle de l'Enfant, pag. 72).

Myrthes de Campos.

UMA OBRA PATRIOTICA

O Sr. Franklin Belfort de Oliveira editou, em Bello Horizonte, um opusculo intitulado "Leituras Cívicas", no qual se encontra uma collecção de escriptos patrioticos, da lavra de Olavo Bilac, Daltro dos Santos e Dom Aquino Corrêa.

A renda liquida proveniente desse folheto destina-se á organização e publicação de um livro, a que se refere a seguinte circular, e para a qual chamamos a attenção dos nossos leitores, secundando os intuitos do autor, por se tratar de uma obra incontestavelmente patriótica:

"Ilmo. Sr.

Sob o titulo de **Culto á Bandeira**, estou organizando uma collectanea de producções litterarias e artisticas sobre o Pavilhão Nacional, propria para os nossos estabelecimentos de ensino e particularmente adequada ás commemorações da Festa da Bandeira (*).

Conterá:

— discursos, narrativas, poesias, hymnos, musicas, photographias, gravuras, etc., que, não só enalteçam e expliquem o nosso Pavilhão, mas, principalmente, evôquem lances de amor e de

(* Esta iniciativa tem merecido calorosos applausos da imprensa, corporações e altas personalidades de todo o paiz, cumprindo destacar, dentre elles, os do "Minas Geraes", órgão official do Governo Mineiro, em 6-6-1919; os da Liga da Defesa Nacional, no "Jornal do Commercio", da manhã e da tarde, e n' "O Imparcial", de Rio de Janeiro, em 12-8-1919; e os do senhor Conde de Affonso Celso, no "Jornal do Brasil", tambem do Rio de Janeiro, em 21 desse ultimo mez.

— O "Jornal do Commercio", da manhã, do Rio, em 24-9-1919, publica um communique da Liga da Defesa Nacional, pelo qual se vê o valor e prestigio das collaborações até então obtidas para o livro.

MOAGEM S. RAYMUND

Deposito de cereaes e sal — Especialidade em Fubás de Milho e Arroz, Cangica, Araruta e Polvilho
Movida por tracção electrica

CARVALHO LEME & C

Telephone 799-Norte — Rio de Janeiro — 84, RUA ACRE, 86

heroísmo por elle, em quaesquer períodos da nossa historia;

— fac-similes coloridos das nossas bandeiras, desde o regimen colonial; actos officiaes, instituindo-as; reprodução, a côres, das bandeiras das nossas revoluções, com a celebração aos seus heroes; historico da actual Festa da Bandeira; etc.

Em vista disso, rogo-lhe a fineza de enviar-me, com a possível urgencia, quaesquer elementos de collaboração, seus ou alheios, sobre o assumpto, — principalmente dados, emboa resumidos, ou mesmo uma simples menção, sobre acontecimentos militares e outros, em que hajam figurado as nossas Bandeiras, por mais obscuros e singelos que sejam.

Antecipando-lhe os mais vivos agradecimentos, sou

De V. S.

Cr.º Att.º e Obr.º

Franklin Belfort de Oliveira.

Bello Horizonte (Minas), 6 de maio de 1919."



BIBLIOGRAPHIA

Recebemos:

"A Educação", anno IV, n. 2, 1 de Agosto de 1921. Orgão do Gremio Normalista da Escola Normal de Natal, Estado do Rio Grande do Norte. O presente numero traz o seguinte summario: "Dr. Nestor Santos Lima"; "Pedagogia"; "Educação popular"; "A caridade"; "Professor Ivo"; "O divorcio"; "Uma lagrima"; "O ensino no Rio Grande do Norte"; "Alma ferida"; "A' Maria A. de Moura"; "Discurso"; "Professor Theodulo Camara"; "Noticia-rio".

"Liga Maritima", Revista mensal da Liga Maritima Brasileira, anno XIV, n. 169.



CORRESPONDENCIA

E. M. — A questão já foi oficialmente resolvida, pois sobre ella já se pronunciaram o Poder Legislativo, por ocasião da discussão do Codigo Civil, e o Poder

Executivo, por circulares dos Ministerios do Interior e da Marinha; todas as deliberações a que alludimos mandam escrever Brasil, com s, e não Brazil, com z.

B. B. B. — Não ha motivos para confusão entre desconto por fóra e desconto por dentro. Qualquer obrigação — nota promissoria, lettra de cambio ou outra, — tem, em cada dia, desde a data da emissão, dois valores diversos: o valor nominal e o valor real. Aquelle é o valor que deverá ser pago no dia do vencimento, e este é o valor a pagar, si a liquidação se antecipar ao vencimento.

A differença entre os dois valores, em um dado dia, é a importancia do desconto, que terá o pagador, si liquidar a sua obrigação em tal dia.

Esse desconto corresponde a um certo juro que deveria vencer o valor da obrigação antecipadamente liquidada, desde o dia da liquidação até o dia em que elle se deveria vencer. O calculo desse juro, isto é, o calculo do desconto, presuppõe dados a taxa, o tempo e o capital, que é o valor da obrigação.

Quando tal valor é o valor nominal, tem-se o desconto por fóra, tambem chamado desconto commercial; quando, pelo contrario, é feito o calculo sobre o valor real, tem-se o chamado desconto por dentro.

O. O. — Na dissolução de um corpo solido, em um liquido, não ha mudança de estado do corpo solido.

Quando dissolvemos assucar n'agua, não obtemos assucar liquido: — temos sómente agua com assucar, achando-se este num gráo de extrema divisão, mas em estado solido.

L. S. — A passagem de um corpo do estado gazoso para o estado liquido pôde ser obtido pelo abaixamento da temperatura, desde que o corpo se não ache muito afastado do ponto de condensação; quando isso se verificar, a mudança de estado pôde ser obtida pelo augmento da pressão.

HANAN E SON

CALÇADO DE LUXO PARA HOMENS

Chegou novo sortimento dos ultimos mode os

CALÇADOS NACIONAES PARA SENHORAS — CHA É S FINOS PARA HOMENS

CASA OUVIDOR

RUA OUVIDOR, 171 RIO DE JANEIRO

EXPEDIENTE

—«»—

"A Escola Primaria". revista mensal pedagogica, sob a direcção de inspectores escolares da Prefeitura do Districto Federal, destinada á divulgação do ensino primario pela vulgarizaçáo de todos os estudos e trabalhos concernentes a esse gráo de instrucção publica, é organizada de modo a comportar escriptos doutrina-rios relativos a — "Ideas e factos" —, os quaes são publicados na secção subordinada a esse titulo, ao mesmo tempo que estudos pedagogicos, mais directamente interessando á vida profissional do professor na — "A Escola" — e incluidos em secção sob esse titulo, e — "Lições e exercicios — terceira e ultima parte, onde são reunidas as lições e exercicios das differentes disciplinas do ensino primario, na concatenação traçada pelo programma vigente na capital da Republica.

"A Escola Primaria" circula em todo o Brasil.

Os pedidos de assignaturas devem vir acompanhados da respectiva importancia e endereçados á

Redacção d'"A Escola Primaria"
Rue Sete de Setembro, 174 — 1.º andar

As collecções dos annos anteriores, de 1916 - 1917, 1917 - 1918, 1918 - 1919 e 1920 - 1921, são vendidas na mesma redacção, ao preço de 15\$000, cada anno, em avulsos, e 18\$000, em volumes encadernados. Os pedidos de collecções, pelo correio, deverão vir acompanhados da respectiva importancia e de mais 1\$000 por collecção annual, para o registro postal.

Os numeros avulsos dos annos de 1916, 1917, 1918, 1919 e 1920 serão vendidos, na redacção pelo preço de 1\$500 por exemplar.

Os pedidos de numeros avulsos, pelo correio, deverão vir acompanhados da respectiva importancia e mais o valor dos sellos para expedição, á razão de 10 réis por exemplar.

Só se acceptam annuncios compatíveis com o caracter desta Revista.

Pedimos aos nossos assignantes o obsequio de nos enviarem, por escripto, tanto as communicações de mudanças de endereço, como quaesquer reclamações relativas á remessa da revista.

Os Snrs. assignantes, annunciantes e quaesquer pessoas que tenham negocios a tratar com a administração desta revista poderão procurar o gerente na redacção, das 15 ás 17 horas, nos dias uteis.

As reclamações dos nossos assignantes, por irregularidades na distribuição da "A Escola Primaria", deverão ser enviadas por escripto á redacção dentro do mez que se seguir á distribuição, para os assignantes do Districto Federal, e dentro do trimestre seguinte á mesma distribuição para os assignantes dos estados.

Fóra desses prazos não serão acceptas reclamações.

Aos professores primarios que tomarem desde já a assignatura do anno de 1922-1923 d'"A Escola Primaria", offerecemos, a titulo de bonificação, um abatimento de 50% nos numeros 9, 10, 11 e 12 (Outubro, Novembro, Dezembro e Janeiro), que faltam para completar o 5.º anno da revista.

Para esse fim, deverão os srs. professores remetter-nos, além de 9\$000 da assignatura do anno, mais 2\$000 pelos quatro numeros avulsos.

DA ESCOLA PRIMARIA AO COMMERCIO

Feito o curso primario, o alumno pode facilmente encaminhar-se para o commercio, se procurar uma escola de ensino pratico commercial. A ESCOLA REMINGTON, rua 7 de Setembro, 67, por onde já passaram 8.000 alumnos, ministra esse ensino pratico. — MATRICULEM-SE.

A ESCOLA

OBJECTO INDIRECTO

Complemento *objectivo*, *objecto directo* ou, mais praticamente, *objecto*, tem sido até hoje, na opinião consensual dos grammaticos e professores, antigos e modernos, a expressão que completa o verbo transitivo, significando a pessoa, coisa ou facto em que recae a acção material, espiritual ou moral desse verbo, cujo effeito a torna, por isso, *passiva* de um agente, que é o *sujeito*. Assim temos:

Paulo matou sua esposa com um punhal. A sua esposa, a morta, a victima, que recebeu o golpe do punhal, é o OBJECTO, e o agente do crime, o matador, é Paulo, o SUJEITO da proposição.

Os alumnos estimavam muito o velho professor. A estima dos alumnos, quem a tinha, quem a recebia ou della gosava, era o velho professor, o OBJECTO, portanto, sobre o qual recae o effeito do sentimento que o verbo *estimar* exprime.

O sol ainda illuminava a Terra com os seus ultimos raios. O effeito da luz do sol, que o verbo *illuminar* produz, é a Terra que o soffre, sendo esta, por isso, o OBJECTO da acção do *sol*, que é SUJEITO.

Ninguém discorda dessa theoria grammatical, que já veio do latim (com o *accusativo*) e a conservamos com a mesma denominação, que é muito boa e expressiva, uma vez que será muitas vezes uma phrase ou uma proposição, que lhe sejam equivalentes, como se vê nos seguintes exemplos:

Ouvimos como que um rumor de gemidos. Não gosto de moças que têm tantos não me deixes.

O agiota estendia-lhe o papel exigindo o deo que pagarel.

Cumpriremos a promessa sómente depois de ver o preto no branco.

Os soldados suppunham que o seu commandante havia sido morto.

Contavas então estarmos aqui antes do meio-dia?

Já sabem quem será o novo presidente? Ninguém poderá dizer si houve mortos no desastre.

O menino não conta com que vai fazer o seu papagaio.

Poucos perceberam de quem é que se tratou.

Vamos descobrir onde se metteu o nosso amigo.

Todos indagavam porque não veio o padre, e quando poderá vir.

Não quizeram confessar com quem tinha sahido a menina.

Escrevo para saber como vaes de saude.

Essa noção de *objecto*, entretanto, não tem tido acceitação uniforme dos mesmos grammaticos e professores, quando se trata do *objecto indirecto*, isto é, da expressão *objecto*, precedida de preposição. Ora, *objecto* (*objectum*) do

latim) *coisa lançada na frente*, o que quer dizer o complemento que vem em seguida ao verbo, por elle exigido para inteirar a sua significação, deve ser sempre a mesma coisa, quer seja ou não precedido de preposição, porque não será pela fórma, mas pela expressão, que se tem idéa do *objecto* do verbo. Ao contrario, tal complemento sómente poder a ser expresso por substantivos, e nunca tambem por phrases e proposições, que é tão commum.

Objecto, em qualquer fórma, ha de ser, em todos os tempos, a coisa *passiva*, coisa, pessoa ou facto, que participa da significação do verbo, na expressão de um *agente* e um *paciente*, este soffrendo o effeito, ou sendo o alvo, o producto ou resultado daquelle — *sacar a espada* ou *sacar pela espada*, será sempre tirar a espada da bainha — *cumprir o dever* e *cumprir com o dever*, significam sempre o dever cumprido — *tomar a taça* ou *tomar da taça*; *pegar a penna* ou *pegar da penna*, significam, em qualquer das fórmas, ter na mão a taça, a penna — *Encontrei o Francisco na rua*, ou *encontrei-me com Francisco na rua*, é, num e noutro caso, o Francisco visto no meu caminho, pela rua. — *Em agradar os amigos* e *agradar aos amigos*; *em obedecer o mestre* e *obedecer ao mestre*, são os *amigos*, sempre, que recebem o agrado de outrem, e é o *mestre* a pessoa obedecida. Mais preocupados com a fórma do que com a expressão, os grammaticos deram a este *objecto*, que é o legitimo *directo*, o nome extravagante de *objecto esporadicamente preposicional*.

Em todos os exemplos que vimos observando, é patente a *função objectiva*, quer se trate de expressão *directa* quer da *indirectamente* annexada ao verbo. O que se verifica, entretanto, em alguns casos da fórma *indirecta*, é o apparecimento de uma differença de significação, modalidade apenas ou modificação da original, attestando a variedade de expressão que se obtem, aggregando preposições a alguns verbos da nossa lingua — *sacar a espada* é o acto ordinario de tiral-a da bainha, mas *sacar da espada* já será o de tiral-a com energia, ameaçando ferir; — *pegar a penna* é simplesmente tel-a na mão, e *pegar da penna* é uma expressão de gosto litterario, para significar emphase ou elegancia nesse gesto. Assim tambem — *atirar com o dinheiro á cara* lembra uma aggressão mais offensiva do que *atirar o dinheiro á cara*.

Com tal propriedade de mudarem de significação, por influencia da preposição, esses verbos, quando *transitivos* — a) pedem, naturalmente, o seu *objecto* de accôrdo com a nova acceção; b) e podem se transformar em *intransitivos*. O verbo *dar* offerece exemplos para os dois casos — *Quando o commerciante deu pelos gatunos, desceu ao armazem e ahí deu com* (encontrou, descobriu) *um delles junto do cofre; mas os dois outros haviam saltado pela janella que dá para* (fica, está voltada) *a rua*.

No exemplo supra, *deu pelos gatunos*, o *objecto os gatunos* são os individuos *percebidos* e *não dados*; *deu com elles*, o *objecto elles* são individuos *encontrados* ou *descobertos*, mas *não dados*; *dá para a rua*, é o verbo *dar* sem *objecto*, tendo agora significação *intransitiva*.

Inversamente, temos tambem casos da preposição tornar *transitivos* os verbos que o não são, na sua significação original — *correr com os visitantes* (despachal-os, maltratal-os); *o touro investiu com a praça* (affrontou, atacou a praça. Este verbo já perdeu a sua significação *transitiva directa*).

Pelo que até aqui tem sido exposto, como preliminar para a noção exacta do *objecto*, grammatical, não se poderá admittir que todo complemento pedido pelos verbos *transitivos*, por meio de preposição, seja sempre *objecto indirecto*, nem tão pouco que um segundo complemento, que certos verbos *transitivos* exigem além do seu *objecto directo*, seja tambem *objecto indirecto* — *O pobre homem cedeu ao infortunio* (o *infortunio* não é a coisa concedida) — *Paulo offereceu um charuto ao seu amigo* (ao seu amigo não é o *objecto*, porque não é a coisa offerecida) a qual neste exemplo é um *charuto*, o *objecto directo*.

Tratando-se, especialmente, desse segundo complemento dos verbos *transitivos*, o qual corresponde, ás mais das vezes, ao *dativo latino*, a pratica de o qualificar de *objecto indirecto*, nas classes de portuguez, tem sido uma tolerancia absurda, admittida irreflectidamente, sem ponderar que ella destróe a noção exacta e tradicional do *objecto*, a qual os estudantes precisam conservar, para mais seguramente se haverem nos seus exercicios de interpretação das expressões, do que a lingua é riquissima, pela variação das suas fórmas.

Sobre esta expressão, grammaticos e professores legislam e leccionam, distinguindo-a e classificando-a sob o unico criterio de ser ella exigida pela significação do verbo, sem indagar si a sua função é *objectiva*, isto é, si ella é *effeito*, *producto* ou *resultado* da acção do verbo *transitivo*. E os estudantes, machinalmente, chamam-lhe *objecto indirecto*, pela simples verificação da preposição *a*, que a precede mais commumente.

As fórmas pronominaes de complemento, porque não trazem preposição, são as que mais se prestam ao ensino mechanico da sua classificação em *objecto indirecto*. A não serem as fórmas *o, a, os, as*, que são caracteristicas do *objecto directo*, todas as variações pronominaes passam por *objecto indirecto*, toda vez que o estudante, machinalmente, precisa distinguil-o, accomodando-lhe o *a* da expressão *dativa*. Com a fórma *lhe, lhes*, nem já se toma esse trabalho, porque esta é conhecida, geralmente, como tendo, intrinsecamente, aquelle *a* infalível, que toda a classe applica sem receio de errar.

O facto é que os alumnos, e não raras vezes o professor, ficam satisfeitos com a simples e pura classificação de *objecto indirecto*, dispensando-se do exame e verificação de qual é, no caso, a significação das muitas que esse pronome pôde trazer nas d'ções em que funciona.

Alguns exemplos com *lhe* e as outras fórmas

pronominaes deverão elucidar o facto, que temos em vista lembrar aos senhores professores das escolas primarias, na presumpção de que não poucos estarão de accôrdo com a opinião aqui expendida:

Eu bem lhe conheço as manhas (as manhas delle).

Não me dirigiram uma só palavra (dirigiram a mim).

Todos lhe ouviram essas mesmas phrases (ouviram delle).

Nunca lhes falamos (falamos a elles, ou com elles).

Paulo nos offereceu um jantar (offereceu a nós).

Sahiam-lhe as palavras como perolas em fio (sahiam delle).

Não te vejo defeitos (não vejo em ti).

Quizeram-lhe roubar as joias (as joias della).

Porque nos levam os filhos para a guerra (os nossos filhos).

Vieram-lhe as desgraças em cima (em cima delle).

Ouvimos-lhes todas aquellas blasphemias (ouvimos delles).

Não se cabiam de contentes (não cabiam em si).

A sorte nunca vos sorriu (sorriu para vós).

Verifica-se, por esses exemplos, que não é a de *objecto* a expressão mais commum com as fórmas pronominaes de complemento; pois que elles podem exprimir circumstancias variadissimas de *posse*, *attribuição*, *directão*, *origem*, *lugar*, etc., equivalentes ao *genitivo*, ao *dativo*, ao *objectivo*, *latinos*, que se esclarecem applicando-lhes a preposição conveniente. E o do *genitivo* (expressão possessiva), tão usada e expressiva com *lhe*, é commum tambem com os substantivos e com os adjectivos, precedidos da preposição *a*, com apparencia de *dativo*, pelo que os estudantes a classificam imprópriamente de *objecto indirecto* — *Elle bem sabe o nome dos bois* (nome dos bois) — *Homem a quem não se conhece a origem* (cuja origem). — *Por o Senhor a mão nos olhos a este cego* (deste cego) — (VIEIRA). — *Beijo a V. Mcê. muitas vezes a mão* (a mão de V. Mcê.) — (id.).

Quem observar o que se dá com o pronome *lhe* na lingua popular, que o emprega como *objecto directo* — *Eu vim lhe visitar* — *Nós lhes conhecemos*, — e na litteraria, que assim tambem o emprega nas locuções verbaes com os verbos *fazer*, *ver*, *mandar*, *ouvir*, *deixar*, seguidos de infinito — *Fizeram-lhe perder o equilibrio* (HERC.) — *Ouvi-lhe um dia estabelecer a porcentagem das curas no quadro das enfermidades* (RUY BARBOSA). — *Os excessos que lhe via fazer de barbara crueldade* (FR. SANTA MARIA). — *Mandou-lhe descalçar os sapatos* (VIEIRA), e com o verbo *querer* — *Por muito que lhe eu devesse, mais lhe queria ainda* (RUY BARBOSA); quem comparar as duas linguagens não dirá que a primeira seja puro *brasileirismo*, e que a segunda seja uma heresia grammatical. Essa lingua popular tem talvez a mesma tradição, que se verificou ultimamente com a fórma *nomi-nativa elle, ella*, que o portuguez antigo empregou tambem como *objecto*; e a litteraria explica-se e justifica-se com o emprego que se

faz com os mesmos verbos, dando-lhes por objecto substantivos precedidos da preposição *a*, que o pronome *lhe* encerra — *A mais de um combatente se ouviu contar as bellezas tragicas da luta* (MACHADO DE ASSIS — “*A Semana*”). *Mandastes erguer do sepulchro a Lazaro* (CAMILLO CASTELLO BRANCO). — *Oh! si V. S. ouvira rir aos mais santos e mais doutos homens do mundo* (VIEIRA).

Mas não nos mettamos com esses assumptos de fundo historico, que pôdem provocar a intervenção dos eruditos em tal materia. Voltemos a tratar de cousa mais pratica para os nossos alumnos primarios, como é essa da classificação do *objecto indirecto*, que está exigindo dos professores mais precisão e exactidão em interpretal-os, nas classes de portuguez.

Por isso mesmo que são tão varias as expressões que se dão com as fórmulas pronominaes de complemento, cada uma dellas necessita ser estudada e interpretada, particularmente, em cada caso, substituindo-a por uma locução equivalente, de modo a ficar o alumno conscientemente inteirado daquillo que o complemento exprima, em vez de classificá-lo desde logo, aereamente, pela fórmula.

Não chamemos *objecto* ao que essencialmente não o é, e façamos que este complemento do verbo, tão expressivo, indispensavel no esclarecimento da sua significação, se distinga dos outros, quer na fórmula directa quer na indirecta, pelo seu character de integralizal-o, consubstanciando-se em uma mesma idéa, e, muitas vezes, produzindo com o verbo uma só locução.

Os demais complementos *adverbiaes* (o *objecto* tambem o é) não merecem menos o estudo e verificação do que signif. quem e exprimam, na sua função de esclarecer o verbo, por meio das circumstancias varias com que possam ocorrer os factos. Em vez de, unicamente, apontal-os pelos nomes que a grammatica lhes deu, seria de toda conveniencia que os estudantes fossem levados a se referir á significação de cada complemento, procurando explicar com clareza e precisão o modo e condições em que elle concorre para a expressão do pensamento. A praxe seguida nas classes é distinguir os complementos *adverbiaes* pelos termos vagos de — *modo, tempo, lugar, condição, etc.*, sem entrar no âmago de cada expressão, para pôr em evidencia a nota descriptiva da mesma, a esclarecer, a restringir, a ampliar, modificando de qualquer modo o facto expresso pelo verbo. O caso é que os alumnos intelligentes adquirem, em pouco tempo e mechanicamente, a technica de classificá-los com presteza, observando apenas a fórmula do complemento; mas bem poucos são os que se tornam capazes de interpretar, traduzindo para a sua linguagem, as sentenças de pensamento mais complexo.

Para exemplo, supponhamos que uma classe de portuguez analysa o seguinte trecho de RUY BARBOSA:

“No anil do céu, no setim azul do mar, na transparencia verde-crê da beira da enseada, nas flôres de prata em que se desmancha o rôlo das ondas, nas vibrações da areia refulgente á claridade do meio-dia, na poesia que deste scenario se eleva em silencio, contemplada pela immobildade

eterna destas montanhas, nessa magnificencia do firmamento, da terra e do pé-lago mysterioso, rebrilhava e cantava uma dessas horas de festa: na natureza, nas quaes a vista humana se deslumbra, e o coração do homem se sente mergulhar no infinito.”

Os sete complementos dos verbos *rebrilhava* e *cantava* não mereceriam, talvez, mais do que a simples leitura de cada um e a denominação generica, uniforme, de *adverbial de lugar* para todos. Entretanto, pelo descriptivo, pelo colorido dos cinco primeiros, no aspecto do scenario dos dois ultimos, esmerilhada, percebida e sentida a expressão de cada cousa bellissima, que todos elles encerram, é que os dois verbos, de significação alás commum, dão ao leitor a impressão do esplendor e grandosidade dessa hora deslumbrante, em que se deu á vista um trecho da natureza da nossa formosa Guanabara.

Os processos de analyse, que cada dia se complicam nos compendios de grammatica, pelo excessivo de classificações e nomenclaturas, não poderiam ter outra causa e fim senão a interpretação cabal das composições literarias. Entretanto tornaram-se, na pratica, meios artificiaes de memorização para o ensino mechanico, com os quaes se preparam alumnos para os exames, em que essa arte de citar nomes arrevezados é exhibida aos examinadores, que tambem a professam e applaudem. Dahi não ser pouco commum haver estudantes habéis e applicados, que analysam correctamente o proprio CAMÕES, mas são incapazes de interpretar a maioria das estancias do grande epico portuguez.

Interpretar o que se lê transferindo-o quanto possivel para a propria linguagem, esse é que é o objectivo ideal na pratica da analyse, nas classes de portuguez, seja qual fór o processo a adoptar. Para tanto, os termos das classificações são secundarios, porque elles vão ser applicados depois de verificado e entendido o conteúdo de cada expressão. Eis porque insistimos tanto em reivindicar para o *objecto indirecto* a sua função legitima, racional, de modo a tornal-o mais considerado pelo seu valor expressivo. Descriminando-o dos demais complementos *adverbiaes*, onde se confundiu, o *objecto indirecto* se restringirá ao seu papel e obrigará o estudo individual e intelligente, que reclamamos para as demais expressões da sentença, por meio da sua interpretação, antes que pelos nomes scientificos que lhes querem dar os grammaticos.

Não se ha mister muita logica para convencer aos que vão lêr estas notas, quando a sua experiencia já lhes deve ter dictado que o professor não se pôde conduzir de outro modo no ensino primario da lingua patria.

A. JOVIANO.

A INDEPENDENCIA

Mobiliario completo para uma casa com 36 peças; 2:300\$000 á Rua do Theatro, 1—Teleph. Central 476.

DIMINUTIVO

(Resposta)

.....
Não têm razão os que estranham o emprego dos diminutivos na linguagem usada em publico.

Desde que se torne necessario o termo, devemos desassombradamente empregal-o, que nisto não vae nem um dezar.

Todos os bons escriptores assim o fizeram, e Camões, no seu poema, usou, com grande propriedade, dessas expressões carinhosas:

“A estas criancinhas tem respeito.”

.....
“Aos peitos os filhinhos apertaram”

Garcia de Rezende, lançando o ridiculo nas modas das mocinhas do seu tempo, as satirisava, dizendo:

“Agora vemos capinhas,
Muitos cintos pelotinhos,
Golpinhos e sapatinhos,
Fundas pequenas, mulinhas,
Gibõezinhos, barretinhos.

.....
E' bem da indole da lingua o diminutivo, pois temos muitos positivos que são diminutivos organicos, são diminutivos na fórmula, mudando ás vezes de significação.

Positivo	Diminutivo
Agno (anho)	Agnello
Ala	Axilla
Mala	Maxilla - ar.
Alvo (ventre)	como se vê em
Alvino	alveo - alveolo.
Arto	Articulo (artigo).
Auris	Auricula (orelha)
Acus	Acucula (agulha)
Capsa (caixa)	Capsula.
Caro	Carinho, caricia.
Casa	Casulo.
Castro (campo)	Castello, etc.
Circo	Circulo, etc.
Clavis (chave)	Clavicula - cravelha
Collis	Collina.
Cór (saber de cór)	Córculo (embryão)

Corona (corôa)	Corolla, corollario.
Corpo	Corpusculo.
Crepe	Crepusculo.
Cubo	Cubiculo.
Estampa	Estampilha.
Janua	Janella.
Grão (grano)	Granito.
Latro (ladrão)	Latrunculo.
Lopo (lupo)	Lupulo.
Lua (luna)	Lunula, etc.
Maça	Macella, macêta.
Malha	Malhete.
Os (bocca)	Osculo (boquinha).
Palma	Palmito.
Porco	Procello (porcellana).
Porta	Portella.

Assim muitas, provando que o diminutivo não é antipathico ao falar ordinario e solenne.

Roda tem as fórmulas rodinha, rodilha; e rosa — rosita, roseta; palha — palinha, palheta; pada — padilha, padinha, etc.

Com o dictionario de Moraes, cuja orthographia se recommenda, pôde a professora ir, pouco a pouco, tornando corrente na sua classe o vocabulario estudado quanto á fórmula e ao sentido.

Não se esqueça, porém, que vocabulo e vernaculo são tambem diminutivos.
Setembro de 1921.

Hemeterio dos Santos.

CARTAS SERRANAS

XV

Prezada Collega:

Um anno mais e commemoraremos o centenario da nossa independencia politica, e daremos expansão a todo o nosso justo regosijo, ao completarmos o primeiro centenario de vida autonoma, dentro do qual se affirmou a soberania do paiz livre, da nação dona de si mesma e senhora do seu alto destino.

Foi pensando nesta data e imaginando toda a grandeza moral de sua celebração que me veio á lembrança um facto significativo, entre os muitos que recorde, quando me volto em espirito ao tempo da minha actividade de professora. Certo d.a, antes do inicio das aulas, e enquanto os alumnos, formando no jardim, deante do nosso pavilhão desfraldado, entoavam o Hymno á Bandeira, duas alumnazinhas,

estrangeiras, hollandezas, permaneciam caladas, contrastando com as demais, adestradas e convencidas.

Eram novas na escola, falavam mal o português, e, por isso, comprehendí-lhes a situação. Estranhas á lingua, em que mal titubeavam, não lhes seria facil fazer côro com as crianças brasileiras, na empolgante harmonia do Hymno á Bandeira.

Tratei então de dar-lhes um impresso, não só deste, como do Nacional, para que pudessem estudar-lhes a letra — com o que lhes dava eu, ao mesmo tempo, tres vantagens: a acquisição de maior vocabulario, a sensação das harmonias do verso brasileiro e a expansão do sentimento amigo á terra bôa, a que a sorte as trouxera.

Pois bem, minha amiga, a empreza não foi tão facil quanto se me afigurara. Entendiam ellas que se poderiam furtar a conhecer o nosso hymno, por serem estrangeiras e saberem o da sua patria. Foi preciso que lhes dissesse, com calma, mas com firmeza, que, numa escola brasileira, todos eram obrigados a entoar o hymno brasileiro, para que ellas, comprehendendo o prejuizo de se privarem das vantagens do nosso ensino, accedessem em se irmanarem ás nossas crianças, no mesmo louvor á bandeira que as acolhia, e á terra que lhes dava, a ellas, a mesma instrucção que reparte com os proprios filhos.

E agora, bôa amiga, em vespera de completar-se o centenar da nossa independência, quando todos procuram contribuir para o maior esplendor dos seus festejos, quando, pela sua approximação, ha como que uma affirmacão mais forte de nacionalidade, no afan patriotico dos preparativos e na ansia de melhorar sempre e querer mais e mais, agora, prezada Collega, parece ser tempo de pôrem as professoras um cuidado ainda mais meticuloso na educação civica dos alumnos.

Essa educação começa pela pratica dos deveres comezinhos, mas ás vezes esquecidos, em relação aos sagrados symbolos da Patria, a Bandeira e o Hymno. Digo ás vezes esquecidos, minha Amiga, porque, por occasião das festas ao rei Alberto, e no trajecto que as alumnas fizeram de trem para a Quinta da Boa Vista, tive ensejo de presenciar as crianças cantarem sentadas o Hymno Nacional. Comprehendi que o não poderiam fazer de outro modo, estando em movimento, como estava, a locomotiva; mas não deveriam as professoras determinar-lhes tal hymno, quando não podia ser entoado pelos alumnos de pé e respeitosa.

Assim como ensinamos aos nossos discipulos a saudarem as Mestras e lhes acatarem, as palavras, a ouvirem os Paes e respeitarem os mais velhos, porque não os obrigaremos á pratica dos deveres pelos quaes podemos provar a nossa veneração aos emblemas nacionaes?

Tanto mais que a sua observancia desperta a lembrança de obrigações maiores, que só são comprehendidas com vantagem e praticadas com segurança pelos que receberam uma util educação civica.

As mestras devem exigir que todos os discipulos saibam cantar, e cantem, o Hymno Nacional e o da Bandeira. Todos, minha Amiga,

pois não são raros os estudantes que permanecem mudos e indifferentes, nos minutos destinados aos canticos escolares.

Ou estas crianças são brasileiras e consequentemente encontram-se no dever de conhecer, de côr e de coração, os nossos hymnos; ou são estrangeiras e, por isso mesmo, devem saber dizer o hymno da terra que as recebeu e que lhes dispensa a mesma assistencia educativa com que acode ás necessidades dos seus filhos.

Nas escolas brasileiras todos são obrigados a cantar, com respeito e enthusiasmo, o Hymno Nacional e o da Bandeira.

Urge que a geração futura, a constituida pelas crianças de hoje, receba a educação que não teve a actual.

Considere, minha Collega, que, na sua maioria, os Brasileiros adultos não são capazes de solfejar, á me'a voz, o nosso Hymno, do principio ao fim. E não sei por que preconceito de gravidade mal comprehendida, nas festas patrioticas, a execução deste cabe apenas ás crianças das escolas. Entretanto, seriam tão mais significativas as notas admiráveis de Francisco Manoel, si sacudissem mais fortemente em nós as fibras patrioticas, tendo o poder de irmanar, na mesma voz, a todos os Brasileiros que as ouvissem.

Mas, si não o conhecemos como deveriamos, evitemos a mesma situação deprimente aos nossos discipulos, quando forem adultos.

E teremos feito alguma coisa por esta nobre terra, que é nossa, e que exige que por ella ponhamos empenho no cumprimento do dever de educadoras, installando nas personalidades, cuja formação moral nos cabe, o germen do amor á Patria, como elemento primordial para as grandes dedicações e os constantes labores, capazes de elevar a á culminancia entre as nações mais cultas.

Comtudo, o hymno, prezada Amiga, é, a letra e a musica, mas principalmente a musica, por ser a que tem o poder de nos falar mais espontanea e fortemente á alma, capaz, como é, de inspirar ou despertar sentimentos extraordinarios.

A musica de Francisco Manoel já era nossa muito antes de termos os versos para acompanhar-lhe as harmonias. O Hymno á Bandeira, porém, foi-nos offertado, perfeitamente integrado, pelo genio de Bilac aliado ao engenho de Francisco Braga. São certamente delictosos e vibrantes, na sua singeleza, os versos do nosso amado poeta. Mas não constituem, por si só, o hymno ao nosso pendão; e subtrahí-los ás vibrações expressivas e felizes do grande artista, que é Francisco Braga, é attentar contra a essencia mesma daquillo que devêra merecer todo o nosso zelo.

Entretanto, — parece incrível, minha Amiga! — entretanto, ouvi eu, ali na Capital, cantadas alegremente por algumas meninas as quadras de Olavo Bilac com outra musica! E essas creaturinhas felizes, que me surprenderam conjugando a letra de Bilac á uma musica diferente da de Francisco Braga, affirmaram-me, orgulhosas e sorrindo, que "na sua escola se cantava o Hymno da Bandeira "moderno"; e o disseram pondo na phrase a ironia

de quem queria accrescentar: — A senhora está atrozada, só conhece o antigo...

Mas, será possível, prezada Collega, que isso se verifique em uma escola publica municipal? Haverá escola, ou escolas, em que se deturpe e menoscabe assim o nosso expressivo e eloquente Hymno á Bandeira?

Si isso se dá, é o caso de appellarmos para as autoridades da instrucção, zeladoras do nosso bom nome de povo que sabe cultivar os symbolos da Patria.

Ou estarei eu, sem saber, atrozada, não conhecendo, — nem nas notas musicas, nem no nome do incognito autor, nem na adopção official que acuso tenha tido, — a nova composição musical em que entenderam de vasar os versos patrioticos de Bilac?

Mas, si foi rejeitada e substituida a musica

ESCOLA NORMAL

GEOGRAPHIA

Ponto N. 8

Sumario. — A atmosphera. — Pressão atmospherica. — Os ventos. — As chuvas. — O clima. — Classificação dos climas.

A atmosphera é constituida pela espessa camada de ar, que envolve a Terra e cuja altura não tem sido possivel medir; o estudo directo da massa atmospherica não tem ido, de facto, além de 10.000 metros de altitude, e as explorações por meio de balões-sondas ainda não ultrapassaram 17 kilometros.

Tem sido feitos, entretanto, calculos varios á respeito da espessura da atmosphera; Laplace a admittia com 42.000 kilometros, distancia maxima além da qual as moleculas do ar atmospherico não seriam arrastadas na orbita terrestre; Biot e Gay-Lienac não lhe admittiam espessura superior a 48 kilometros, e, entre as estimativas extremas de Laplace e de Biot e Gay-Lussac, varias outras se intercalam, sem que mereçam fundamentadas preferencias.

Deve-se a Lavoisier o reconhecimento da existencia no ar atmospherico do oxigeno e do azoto, que nelle figuram na relação approximada de 21 volumes de oxigeno para 79 de azoto; além desses gazes, muitos outros corpos entram, em menor proporção, na composição do ar, fluido movel, e pesado, cujo peso foi constatado graças á invenção do barometro, por Torricelli.

Esse instrumento permite verificar que, ao nivel do mar e em dadas condições, a pressão exercida pelo ar é igual ao peso de uma columna de mercurio de cerca de 76 centimetros de altura, o que corresponde a uma pressão de 1,033 kilogrammos por centimetro quadrado ou 10.333 kilogrammos por metro quadrado.

Deve-se notar que essa proporção decresce á proporção que o observador se elevar na

de Francisco Braga, quando o teria sido? e por quem? e com que direito?

Fica a resposta a quem possa dal-a; a Você mesma, si acaso tem elementos para dirimir-me esta duvida perturbadora e má.

Desculpe as impertinencias de velha... que sente o seu coração moço ainda, na força com que sabe amar a formosa terra a quem deram tudo os nossos avós, e a quem se dedicarão os nossos filhos, desde que sejam guados pelas energias com que as educadoras lhes saberão orientar os sentimentos e affirmar-lhes as responsabilidades.

Um abraço da
MARIA STELLA.

Mendes, Setembro de 1921.

atmosphera, o que permite o calculo das altitudes por meio da medida de pressões atmosphericas.

O Sol, a nossa fonte de vida e calor, aquecendo a atmosphera, modifica-lhe o estado thermico ou a temperatura; esta não é a mesma em todos os logares da Terra, e, em cada logar, ella varia no correr das horas de um mesmo dia e na successão dos dias de um mesmo anno.

Em cada instante e num mesmo logar, diferentes serão ainda as temperaturas dos diferentes corpos. Assim, o ar, a agua e a terra, aquecendo-se desegualmente, terão, em cada momento, temperaturas diversas, circumstancia que não deve ser esquecida para a bôa comprehensão das causas dos movimentos do ar atmospherico.

E' conveniente tambem não esquecer que a distribuição das temperaturas na superficie da Terra, dependendo, principalmente, do maior ou menor aquecimento do ar, pelos raios solares, os pontos mais proximos do equador deverão, em geral, accusar temperaturas mais altas, diminuindo os valores representativos desse elemento caracteristico do estado thermico á proporção que o observador se approximar dos polos terrestres.

Deve-se notar, entretanto, que os pontos da Terra accusando uma mesma temperatura, isto é, os pontos que se acham sobre uma mesma linha isothermica, nem sempre estão situados sobre um mesmo paralelo; casos ha em que as linhas isothermicas, longe de se confundirem com as paralelas, sensivelmente approximam-se dos meridianos, como pôde ser verificado, por exemplo, em certas regiões da Europa.

Os ventos são movimentos de translação do ar, tendo por causa principal a differença de temperatura entre duas camadas differentes da atmosphera. O ar mais aquecido, torna-se mais leve e tende a subir, e o ar mais frio, sendo mais pesado, tende a descer; por esse motivo, sempre que duas camadas de ar se acham desegualmente aquecidas, a de mais

alta temperatura se eleva, formando uma corrente ascensional, e a camada de ar mais frio desloca-se, para tomar o lugar do ar mais quente, que se eleva.

Este, elevando-se, vai cada vez mais resfriando-se e tornando-se mais pesado, o que o faz, por seu turno, deslocar-se, para ocupar o lugar de outras camadas de maior temperatura.

É fácil, pois, verificar a íntima relação que existe entre a distribuição das temperaturas, as circulações da atmosfera e as pressões por ellas exercidas; as modificações da temperatura do ar são devidas aos ventos, sejam elles constantes, periodicos ou variaveis.

Os ventos constantes ou regulares, são os alizios e os contra-alizios, determinados pela corrente ascendente da atmosfera, que se forma na região equatorial, onde maior é o aquecimento do ar; o vazio deixado pelo ar, que ascende, é occupado por correntes de ar frio, vindas de um e outro hemispherios. As massas de ar accumuladas nas altas regiões da atmosfera, pelas correntes ascendentes da zona das calmas equatorias, por sua vez deslocam-se para um e outro hemispherios, em correntes superiores ou contra-alizios.

Ha, assim, em cada hemispherio, uma circulação atmospherica regular, formada por uma corrente baixa, os alizios, soprando das regiões subtropicais para o equador, e uma corrente alta, os contra-alizios, soprando do equador para os polos, a continuidade entre ellas se estabelecendo por uma corrente quente, ascensional na zona equatorial, e uma corrente fria descensional, nas regiões subtropicais.

Os alizios e contra-alizios podem ser bem observados nos oceanos Pacifico e Atlantico, onde no pico de Tenerife (Canarias), por exemplo, o alizio se faz sentir na base e o contra-alizio no vertice, á semelhança do que se verifica no Pacifico, no vulcão Mauna-Roa, das ilhas de Hawaii.

Os typos mais característicos dos ventos periodicos são as brisas e as monções, as primeiras tendo o seu periodo no curso de um dia astronomico, e as segundas no intervallo de uma estação do anno.

O regimen das brisas resulta da desigualdade das condições de aquecimento da terra e das aguas do mar, aquella aquecendo-se e resfriando mais rapidamente que estas ultimas.

Por esse motivo, em certa hora do dia, a terra achando-se mais aquecida do que o mar, sobre ella se forma uma corrente aerea ascensional, que acarreta um deslocamento do ar, do mar, em direcção á terra: — é a brisa

maritima, a qual sopra do mar para a terra até que esta se esfrie. Durante a noite passa-se facto inverso.

A terra, resfriando-se mais rapidamente que o mar, em certa hora da noite começa a formar-se sobre este uma corrente aerea ascensional, o que determina um deslocamento do ar de terra para o mar: — é a brisa terrestre ou terral.

É ainda a influencia do desigual aquecimento dos continentes e mares a causa das monções do oceano Indico, as quaes sopram do nordeste, ou da India para o Cabo da Boa Esperança, de Outubro e Abril, e de sudoeste, ou do Cabo para a India, de Abril a Outubro, isto em razão do maior aquecimento do continente africano, durante o primeiro periodo (Outubro a Abril) e do continente asiatico no segundo (Abril a Outubro).

Além dos ventos constantes e periodicos, temos a considerar os ventos variaveis e locais, entre estes devendo ser mencionados o Simun, do Sahara, soprando de sul para norte, e o Mistral, descendo das geleiras alpinas para as terras da Provença (França).

O calor solar, determinando a evaporação das agoas existentes sobre a Terra, é tambem a causa determinante das chuvas, que resultam da condensação do vapor d'agua em suspensão na atmosfera, quando as massas, em que elle se congrega, ou as nuvens, penetram em camadas de ar mais frias.

Dependem, pois, as chuvas da distribuição das temperaturas no ar, e, portanto, dos ventos e das pressões atmosphericas.

“A resultante da acção e da reacção reciprocas, harmoniosamente ordenadas, da temperatura, dos ventos e da chuva”, é o que constitue o clima; depende este de varios factores, entre os quaes, porém, predominam a latitude, definindo o afastamento do equador, a altitude, caracterizando a elevação acima do nivel do mar e o regimen dos ventos dominantes.

Differenciam-se, vulgarmente, os climas em frios, temperados ou quentes, conforme a temperatura, que os caracteriza, e em humidos ou seccos, segundo o estado hydrometrico; a classificação mais usual, porém, em meteorologia, divide os climas em maritimos e continentaes, sendo aquelles mais humidos e mais constantes, isto é, caracterizados por uma menor differença entre as temperaturas medias do verão e do inverno, enquanto que os climas continentaes, embora mais seccos, offercem exemplos typicos de excessiva differença entre aquellas temperaturas.

I. A.

LIÇÕES E EXERCÍCIOS

EDUCAÇÃO DO HOMEM E DO CIDADÃO

O Culto Civico dos Grandes Homens

A melhor preparação civica da infancia das escolas primarias, para a condigna commemoração do primeiro centenario da nossa independencia, será, sem duvida, realisada pelo culto civico da memoria dos vultos eminentes, que se esforçaram pelo engrandecimento da nossa patria, collaborando de modo directo ou indirecto na obra ingente de nossa emancipação politica.

Não se reduzem os que por taes serviços fazem jús a nossa gratidão aos personagens do episodio do Ypiranga e dos acontecimentos a elle directamente ligados; a glorificação dos obreiros da nossa emancipação politica deve abranger a quantos contribuíram para o desenvolvimento do espirito da nacionalidade, assim preparando o movimento libertador, que nos levou á affirmação da nossa inteira autonomia de nação soberana, pelo episodio do 7 de Setembro de 1822.

Devemos, pois, recordar, em primeiro lugar, os agentes da expansão civilisadora em nossa terra, que podemos admittir como admiravelmente representados pelos vultos apostolicos de Manoel da Nobrega e José de Anchieta.

A essas figuras merecem, certamente, ser associados os valentes desbravadores dos nossos sertões — os bandeirantes paulistas, que conquistaram o nosso “interland” — e os heróicos “insurgentes” pernambucanos, que primeiro affirmaram a pujança da nossa nacionalidade na repulsa do estrangeiro invasor.

Como precusores do movimento autonomista, caracterizado na precisão de objectivos nitidamente politicos, devem ser recordados os dirijentes e propugnadores das differentes agitações nativistas, entre as quaes se destacam, pela sua importância, as lutas dos “mascates” e dos “emboabas” e a revolta maranhense encabeçada pelos irmãos Beckman.

A evocação das insurreições da região mineira, em que o espirito de liberdade se despertava em manifestações de reacção contra a tyrannia fiscal da metropole e as demasias de seus agentes, deverá particularizar o levante de Villa Rica, onde surge a figura do verdadeiro precursor de Tiradentes, o primeiro martyr das liberdades patrias, Philippe dos Santos Freire, executado naquella cidade em 16 de Julho de 1720, como inconfidente chefe de rebeldes vencidos e dominados.

A inconfidencia mineira de 1789 e a revolução pernambucana de 1817 deverão ser lembradas como os antecedentes que mais efficaçamente prepararam o espirito nacional para o desfecho do episodio do Ypiranga; foi, de facto, o exemplo de Tiradentes multiplicado no sacrificio dos revolucionarios de 1817 que

despertou a consciencia brasileira, apontando-lhe a estrada da liberdade.

Na commemoração do primeiro centenario da nossa independencia a melhor mêsse de gloria deve ser, portanto, reservada aos martyres da liberdade, sacrificados por um ideal que não lograram alcançar.

Philippe dos Santos Freire, Joaquim José da Silva Xavier e Domingos Martins e seus mallogrados companheiros de sacrificio são os grandes quinhoeiros das glorias de nossa independencia, em cuja historia escreveram com o seu sangue as mais bellas paginas da nossa evolução nacional; seus nomes devem ser lembrados e transmitidos ás gerações vindouras como os dos martyres da liberdade de nossa terra, como os dos genios tutelares de nossa nacionalidade.

Devemos á sua memoria um imperecível culto civico, como o mais alto testemunho da nossa immorredoura gratidão, e o mais eloquente ensinamento para edificação da posteridade.



LINGUA MATERNA

1.º anno — Recitação

A José Bonifacio de Andrada e Silva

De um patriota,
honrado e sério,
de alto criterio,
vou me occupar;
do Patriarcha
da Independencia,
sem eloquencia,
venho falar.

Um dos Andradas,
sabio, sizado,
— habil p'ra tudo —
quiz libertar
toda esta terra,
a nossa Gente
que, descontente
vinha a penar.

Ao joven principe
aconselhando,
sempre ajudando,
sem vacillar,

bello futuro,
felicidade
é liberdade
aos seus vae dar.

Já o Ypiranga,
rio formoso,
ouve, ditoso,
Pedro gritar:
“Independencia!
ou mesmo a morte!”
que esta má sorte
deve findar.

.....
Foi em Setembro,
No mez das flôres,
que as nossas dôres
fez terminar.
Criança! Ao Bravo,
Agradecidos,
vamos, unidos,
flores levar.

PALAVRAS A EXPLICAR

Patriota — amigo da terra onde nasceu, dedicado á patria.
de alto criterio — de grande valor moral, de muita aptidão.
sem eloquencia — singelamente, despreziosamente.
sabio — que tem saber, conhecimentos profundos.
sizudo — sensato, habil, ajuizado.
habil para tudo — tendo muitas habilitações, capaz de grandes cousas.
penar — soffrer.
sem vacillar — sem hesitações, constantemente, com grande firmeza.
ditoso — feliz.
má sorte — infelicidade, desgraça.
findar — terminar, acabar.
unidos — juntos, incorporados.
Bravo — valente, audaz, benemerito.

QUESTIONARIO

Quem é o patriarcha a que se refere esta poesia? Que qualidades possuia José Bonifacio de Andrada e Silva? Por que se diz aqui “um dos Andradas”? Não era feliz esta terra e sua gente? Por que? Que fez José Bonifacio pela nossa liberdade? Quem era Pedro? Que fez elle de notavel? Quem foi o principal inspirador dos actos

de D. Pedro? Que victoria alcançou José Bonifacio para o chamarmos “Bravo”? Tem esse “bravo” menos valor que um general? Em que dia se fez a Independencia do Brasil? Que significa independencia? E’ em Setebbro a primavera? Que devem as crianças levar aos nossos “bravos” para testemunhar-lhes amor e grãtidão?

2º anno — Leitura

O PEQUENO PATRIOTA

Ha um grande reboliço em casa do Zezé, mimosa criança de sete annos.

Seus maninhos, Lulú e Belinha, prepararam-se para a festa escolar, no dia 7 de Setembro.

— Quem faz annos nesse dia, Mãezinha, indaga Zézé.

Riem-se os maninhos.

— Oh! Zézé, diz Belinha, pensas então que é uma festa de anniversario? Não; é uma commemoração civica que vamos fazer.

— Filhinha, intervém a mãe, o Zézé não sabe o que significam as tuas palavras. Fala de modo que elle te comprehenda.

E Belinha, intelligente e bôa menina de doze annos, assim falou ao maninho:

— Nossa terra, Zézé, o nosso Brasil amado não pertencia aos Brasileiros, antigamente. Os donos destas verdes campinas, sempre floridas, destas bellas matas, deste céu purissimo, das nossas minas, dos nossos rios, os donos de tudo eram os portuguezes.

Mas um dia os brasileiros, indignados com tão grande sujeição, resolveram trabalhar para desligar o Brasil de Portugal, para fazer a nossa Independencia, e conseguiram.

Coube ao Principe D. Pedro e a José Bonifacio de Andrada e Silva realizar essa aspiração, no dia 7 de Setembro de 1822.

Ficámos assim donos do nosso Brasil, tão rico e tão bello. Desde então tornámonos “senhores” nesta terra, onde tinhamos sido “escravos”.

E’ este acontecimento importantissimo da vida do povo brasileiro que vamos hoje festejar na escola, Zézé.”

E o pequenito com enthusiasmo e a sorrir, bradou:

— Viva o Brasil!

E continuou: — Mamãe, já sei cantar aquelles versos bonitos que falam das flores dos nossos campos e da nossa vida cheia de amores. Hoje, na escola, entoarei com grande alegria aquelle lindo Hymno ao nosso Brasil!

— “E jogarás flores sobre os retratos d’Aquelles que aplainaram as estradas por onde placidamente caminhamos hoje, accrescentou Lulú.”

Como sabiam estas crianças amar!

OBSERVAÇÕES

Feita a leitura expressiva do trecho, a mestra, commentando-o, falará sobre o patriotismo, mostrando o dever de todos amarem esta terra boa do Brasil, mãe de todos os que trabalham, e que fartamente dá o pão em troca dos suores sobre ella derramados. Mas não basta dizer que se ama, é preciso dar testemunho desse amor, affirmal-o publica e solemnemente, cumprindo todos os deveres que contrahimos para com o objecto amado. Aos filhos do Brasil cabe, pois, o dever de esforçarem-se sempre por engrandecel-o. Diga aos pequeninos que na Virtude e no Dever está a felicidade da Patria.

O Dever impõe o trabalho, que traz a fartura, a riqueza e exige a defesa da terra e dos seus frutos, do lar, da familia, da Patria, que é tudo isso.

A Virtude faz crer no Bem, na Justiça, no Amor.

Amar a Patria é, em resumo, amar aos paes, aos irmãos, aos amigos e até aos inimigos; é amar o lar, as arvores, as sombras, os campos fertes, o ar, a luz, as gottas de orvalho, o céu, o trabalho que nos dá o pão, tudo o que nos dá vida e ventura.

O amor fortalece o espirito, gera enthusiasmo e alegrias, inspira a energia capaz de produzir grandes cousas. O amor retempera a alma dando-lhe coragem para supportar os máos dias, confiando sempre na victoria que ha de vir. O amor traz o Perdão, que consola e faz esquecer as idéas malfazejas e as épocas infelizes, o Amor perdoa o Mal e faz crer no Bem, revive o que ha de bom no Passado para termos esperança no Futuro.

Affirme a mestra que no amor dos Bra-

sileiros estão as esperanças do Brasil, assim como no amor dos filhos se firma a felicidade dos paes. E que todos saibamos amar este paiz sem igual, esse Brasil immenso, com amor tão grande e bello quanto é bella e grande esta terra em que nascemos.

3.º anno — Recitação

A PATRIA

Ama, com fé e orgulho, a terra em que nasceste!

Criança! não verás nenhum paiz como este!
Olha que céu! que mar! que rios! que floresta!
A Natureza, aqui, perpetuamente em festa,
E’ um seio de mãe a transbordar carinhos.
Vê que vida no chão! vê que vida ha nos ninhos,
Que se balançam no ar, entre os ramos inquietos!
Vê que luz, que calor, que multidão de insectos!
Vê que grande extensão de mattas, onde impera
Fecunda e luminosa, a eterna primavera!
Bôa terra! jámais negou a quem trabalha
O pão que mata a fome, o tecto que agazalha...
Quem com o seu suor a fecunda e humedece,
Vê pago o seu esforço, e é feliz, enriquece!
Criança! não verás paiz nenhum como este:
Imita na grandeza a terra em que nasceste!

OLAVO BILAC.

Diante dos alumnos deve a professora ler esta poesia, dando-lhe toda a expressão.

Após os commentarios convenientes, antes de ser o trecho copiado pelas crianças, é conveniente falar-lhes sobre o autor, o immortal poeta e grande patriota Olavo Bilac, tão prematuramente roubado ao amor e á admiração dos seus compatriotas.

Olavo Bilac, nascido no Rio de Janeiro, em 1865, e fallecido nesta mesma cidade, em 1918, foi literato, jornalista, inspector escolar, membro de nossa Academia de Letras.

Celebrisou-se principalmente na Poesia, em que foi artista impecavel. Cultor esmerado da fórma, cinzelava os seus versos de modo que, como confessa, a obra

“Do ourives, saia da officina
Sem um defeito.”

Mas, acima de tudo, Bilac foi um incansavel patriota; um grande amigo de sua

terra a cujo serviço dedicou os ultimos annos da existencia, trabalhando muito efficaçmente para alevantar o civismo no Brasil.

A' sua intelligente propaganda devemos hoje o enthusiasmo com que a mocidade se entrega á obra do engrandecimento da Patria, o ardor com que os jovens brasileiros procuram servil-a.

M. EUGENIA DE ALVARENGA COSTA.

4.º anno — Exercício de composição

O AMOR DAS CRIANÇAS AO BRASIL

A professora mostrará que todos que amam têm deveres a cumprir em relação ao objecto amado. Desde que amamos a nossa Patria somos obrigados a dar prova desse amor. Os que amam o Brasil desejam vel-o prosperar rapidamente, tornando-se cada vez maior o seu valor entre as nações cultas. Mas para isso é preciso que todos trabalhem pela grande terra, que é nossa, e que exige o nosso esforço, a nossa dedicação, o nosso labor constante. O trabalho é a fonte de todas as riquezas, a força impulsora de todos os progressos. Pelo trabalho dos homens os campos produzem frutos, cereaes, materias texteis e medicinaes, e uteis á industria; as florestas dão as madeiras, a borracha, além de outras substancias aproveitaveis; pelo seu labor o homem vae buscar ás entranhas da terra os metaes preciosos, e transforma a força bruta do despenhar das aguas em energias de tracção e productoras de luz e calor; pela actividade humana a industria vae se aprimorando cada vez mais, o commercio alarga-se, as cidades surgem maravilhosas, a engenharia faz prodigios, os livros apparecem em profusão e as escolas multiplicam-se em toda parte. O que torna as nações adiantadas é o trabalho alliado á honestidade e á cultura de seus filhos.

A melhor prova de amor á nossa Patria é trabalhar por ella. Os meninos hoje só poderão esforçar-se pelo Brasil, se forem educados, se aprenderem a ser honestos e diligentes, e estudarem nos livros e nas lições dos mestres, a sciencia que torna as creaturas capazes de um trabalho proveitoso. As crianças, que amam o Brasil,

estudam, procuram ser fortes, e cultivam os bons sentimentos, promettendo, assim, serem homens dignos desta Patria, muito amada, que Deus nos deu para que por ella trabalhemos.

5.º anno — Exercício de redacção

O DIA 7 DE SETEMBRO

Formoso dia aquelle, plenissimo de luz, de uma vibrante luz, em que parecia patentear-se todas as magnificencias da natureza.

Intensamente brilhava o sol no alto espaço escampo, derramando em profusão os raios de oiro sobre o casario modesto da então cidade de S. Paulo e tornando mais vivido o verde vario das montanhas.

O céu azul, muito azul, sem uma nuvem a perturbar-lhe o matiz purissimo, parecia um grande manto de bençãos sobre a terra feliz de Santa Cruz.

Era o dia 7 de Setembro de 1822. O principe D. Pedro voltaria á cidade, regressando de Santos. Pouco antes chegavam a S. Paulo dois cavalleiros, partidos do Rio de Janeiro e portadores de gravissimas mensagens.

Eram elles o correio do paço Paulo Bregaro e o major Antonio Cordeiro, e levavam ao principe Regente os ultimos despachos de Lisboa e cartas de José Bonifacio e da Princeza D. Leopoldina.

Após pequeno percurso, encontraram a comitiva do Principe que, em descanso, esperava sob a sombra vasta que projectava a fronde protectora de uma arvore, á margem do ribeiro Ypiranga. Não podiam deter-se, porém, e proseguiram até a presença de D. Pedro.

Este mostrava a physionomia abatida e cansada.

Mas ainda assim, o seu aspecto era imponente, sobre um cavallo ardego e escuro, o busto apertado numa farda azul, de chapéo armado e calçando botas altas de verniz. Acompanhavam-n'o cinco fidalgos, além de um sacerdote, amigo e conselheiro.

Recebidas as cartas, abriu-as impaciente e logo se lhe viram nos olhos os signaes de uma irritação irrepresa, cuja causa alli estava nos despachos da côrte portugueza e nas missivas do seu minis-

tro José Bonifacio e de sua esposa, a Princeza Leopoldina, que foi depois a primeira imperatriz do Brasil. Proferiu algumas palavras aos que o cercavam e partiu a galope, ao encontro da comitiva que, ao vel-o, prestemente formou, em continencia. E todos, espantados ante a sua attitude, ouviram de seus labios, tremulos talvez de indignação, as seguintes vibrantes palavras:

— “Camaradas! as Côrtes de Lisboa querem mesmo escravizar o Brasil; cumpre, portanto, declarar já a sua independencia: estamos definitivamente separados de Portugal!”

E estendendo a espada, num gesto largo de impetuosidade, clamou:

— Independencia ou morte!

O momento foi rapido. Fremiu dentro de todos aquelles Brasileiros a mesma força, que fez tambem arrancar das espadas para se juntarem ao Principe, no mesmo movimento decisivo, em que se condensava o maximo desejo de todos elles. Repetiram o brado, que traduzia a vontade do Brasil inteiro. E logo D. Pedro, fitando os chapéos, em que dominavam as côres portuguezas, tomou subitamente do seu, o laço azul e branco e, atirando-o fóra, impoz á comitiva: — Laços fóra!

Eram 4 1/2 horas da tarde daquelle sabado de esplendores.

O Brasil estava livre, era independente, constituia uma nação á parte, inteiramente emancipada. Cahira por terra o emblema da metropole. Teriamos o nosso, a nossa bandeira, com côres nossas. Quaes seriam estas, porém?

O sol doirava os altos montes e a opulencia da vegetação verde, muito verde, parecia dizer toda a promessa de um futuro sem par para a nação que surgia; e dir-se-ia que a inspiração divina dictara ao Principe as côres felizes da nossa Bandeira: verde como as campinas sem fim, como as montanhas altaneiras, como a vegetação opulenta; amarella como o sol que fecunda a terra e a torna uberrima e dadivosa, da côr do oiro de que é rico este mesmo solo abençoado.

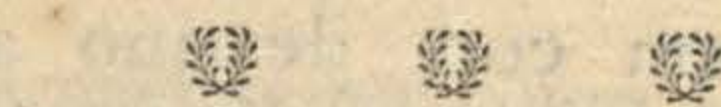
Foi assim que, naquelle momento mesmo, D. Pedro ordenou que todos substituíssem o laço portuguez por outro em que se juntassem as côres do Brasil. E tivemos o nosso auri-verde pendão, bem-

dita flammula que hoje veneramos, porque é o symbolo do Brasil, a Patria formosissima e grande, para que se volta, ufano de ser della, o coração de todos nós que nella temos a melhor dadiva e a mais consoladora affirmação do nosso alto destino entre as nações.

Julgamos acertar dando neste numero, para assumpto de redacção em aula, esta passagem da nossa historia que nos recorda o dia mesmo em que foi proclamada a nossa independencia politica.

A mestra lel-a-á em classe, com as explicações necessarias para a boa comprehensão do assumpto, e os commentarios capazes de mais fortemente impressionar os alumnos, que a reproduzirão, por escripto, em fórmula de narração.

MARIA AMELIA DALTRO SANTOS.



GEOGRAPHIA

O episodio da Independencia e suas relações geographicas

O destino especial deste numero, — proporcionar ao professorado das escolas primarias do Brasil elementos para a mais condigna commemoração do centenario da nossa independencia, — justifica a indicação da orientação pedagogica a ser seguida no desenvolvimento de algumas lições sobre os factos geographicos que se relacionam com o episodio de 7 de Setembro de 1822.

Taes lições teriam por fim facilitar ás creanças uma mais perfeita evocação do episodio do Ypiranga e factos a elle relacionados, para um melhor conhecimento dos accidentes geographicos, que caracterisam os seus scenarios.

Deverá o professor iniciar tal ensino lembrando, de modo summario, o desenrolar dos acontecimentos que precederam o 7 de Setembro, recordando haver o principe regente D. Pedro partido do Rio de Janeiro em 14 de Agosto de 1822, chegando a São Paulo a 25 do mesmo mez. Recordará tambem que, na manhã de 23 de Agosto, emquanto Dom Pedro viajava do Rio de Janeiro para São Paulo, o conselho de ministros, tendo a sua frente José Bonifacio, reunia-se, sob a presidencia da princeza Dona

Leopoldina, depois a nossa primeira imperatriz, no Palacio de São Christovão, e nessa reunião resolvia a independencia do Brasil, escrevendo, nesse sentido ao principe D. Pedro, tanto sua esposa como José Bonifacio.

Lembrará também o professor que, ao terminar essa reunião memoravel, os despachos que ella provocou foram entregues por José Bonifacio a Paulo Bregaro, mensageiro que, immediatamente partiu para S. Paulo (11 e meia horas da manhã de 23 de Agosto), em procura do principe D. Pedro. Quando Bregaro chegou a S. Paulo, (7 de Setembro), lá não se achava mais o principe, que havia partido para Santos no dia 5 de Setembro; por esse motivo o mensageiro Paulo Bregaro, então acompanhado do sargento-mór Antonio Ramos Cordeiro, proseguiu em sua viagem com destino a Santos, encontrando-se, porém, junto á collina do Ypiranga, com o principe e sua comitiva (4 e meia horas da tarde de 7 de Setembro).

Proximo ao regato Ypiranga, no sopé da collina do mesmo nome, a pequena distancia da cidade de São Paulo, teve, então, logar o episodio historico, escolhido para assignalar a nossa independencia politica.

Concluida a summaria recordação historica, que fica indicada, o professor assignalará aos seus alumnos as difficuldades de comunicação entre o Rio de Janeiro e São Paulo, ao tempo da nossa independencia, mostrando-lhes que o trajecto por via terrestre exige a transposição das gargantas da Serra do Mar, para alcançar o valle do Parahyba, e, além disso, de outros obstaculos de menor importancia na divisoria das aguas das bacias do Parahyba e do Tieté.

Assignalará também que as communicações por via maritima não ficavam isentas de analogas difficuldades, pois, para attingir a capital do estado de São Paulo, faz-se mister um percurso terrestre de cerca de oitenta kilometros, desde o porto de Santos, percurso em que se deparam as alturas da Serra do Cubatão.

Examinadas as condições em que se effectuaram as viagens do principe Dom Pedro e do mensageiro Bregaro, — salientando, que, embora seja apontada a

deste ultimo como muito rapida, prolongou-se por 15 dias, emquanto que a do principe não excedeu a onze dias, — deve ser feita uma summaria indicação sobre a situação da capital paulista, cidade construida sobre varias collinas, e que hoje se prolonga até quasi a collina historica, celebrizada pelo episodio do 7 de Setembro.

Deve o professor reduzir o curso do Ypiranga ás suas verdadeiras proporções, de um dos mais modestos regatos da bacia do Tieté, regato que corta a velha estrada, percorrida por D. Pedro em sua viagem de São Paulo a Santos (5 de Setembro) e de Santos para São Paulo (7 de Setembro).

Dirá, também, o professor, que essa estrada, denominada — “Caminho do Mar” — transpõe as ultimas ondulações do planalto onde se assenta a capital paulista e desce pelos contrafortes da serra do Cubatão até a planicie littoranea fronteira á ilha de São Vicente, onde também se levanta a cidade de Santos.

Referindo-se a esta ultima cidade, donde partio o principe D. Pedro para proclamar a independencia, o professor indicará a sua situação na planicie da parte oriental da ilha de São Vicente e a fórma por que actualmente se mantêm as communicações entre essa cidade e a capital do estado, pela São Paulo Railway, cujos comboios galgam a serra de Cubatão, graças a uma notavel obra de engenharia.

Tratando dos actuaes meios de comunicação entre a capital do estado de São Paulo e a cidade do Rio de Janeiro, observará o professor que ellas ainda se fazem pelos valles do Tieté e do Parahyba, por onde se desenvolve a nossa principal via ferrea, a Estrada de Ferro Central do Brasil, a qual transpõe a Serra do Mar para alcançar a capital da União.



HISTORIA

4.º e 5.º annos

A INDEPENDENCIA DO BRASIL

Observações

Approxima-se o dia das festas pela nossa Independencia — cujo primeiro

centenario pretendemos commemorar de modo grandioso e pouco vulgar — e convém que todos os brasileiros, moços e velhos, que todas as nossas crianças, comprehendendo a significação desses actos officiaes, acompanhem e auxiliem com a expontaneidade que caracteriza o verdadeiro patriotismo, as iniciativas daquelles que bem avaliam a importancia desse facto historico que commemoramos.

Aos mestres cabe a tarefa de instruir o povo nos deveres civicos, de incutir na massa popular um patriotismo consciente e são, bem diverso do nacionalismo vão com que muita gente julga dar provas de acendrado amor á Patria.

E só podemos amar, com amor imprecivel, aquillo que consideramos puro e grande, digno do nosso constante affecto e da mais alta consideração.

Tratem, pois, os mestres de mostrar a seus alumnos, adultos ou infantes, a nossa Terra tal qual é: opulenta e bella na sua grandeza material e moral.

Quando todos os brasileiros recordarem com emoção os factos mais importantes de nossa evolução e conhecerem melhor o meio em que se desenrolam as lutas, perceberão toda a belleza de nossa curta mas edificante Historia, e em cada peito crescerá o amor da Patria, amor util e fecundo em beneficios á terra que, dignificada, se tornará o objecto de um culto elevado e nobre, activo e efficiente.

Os esforços de todos os mestres devem, pois, fazer convergir os seus esforços para a formação da alma civica brasileira, impondo a nossos patricios, pelo estudo consciente de nossa Historia, esse amor firme, inabalavel, que se não restringe, antes, se avoluma e expande nas horas amargas e difficeis, o verdadeiro Patriotismo — força moral que eleva, produz e cria.

O BRASIL E O SEU ADEANTAMENTO

1500 — 1822 — 1922

A independencia

Fale a mestra no estado de atrazo em que os Portuguezes encontraram esta terra quando a descobriram em 1500.

A's praias arenosas, aos rochedos escarpados da costa batidos pelo mar, suc-

cediam-se extensões illimitadas de terras cobertas de vegetação abundante e ricas florestas povoadas de passaros de mil matizes diversos, de reptis peçonhentos, de quadrupedes pacificos ou feras carniceras, e, dominando a floresta e os animaes — o Homem, no seu estado selvagem.

Mostre a differença entre os dois estados de civilização: o do europeu, conquistador, e o do selvagem, conquistado.

A superioridade do primeiro: cultura intellectual, conhecimento das artes e industria, o commercio, a navegação, os progressos materiaes — a bussola, a polvora, o papel. Todos esses elementos concorreram para dar aos “fortes” o direito de conquista sobre os “fracos”.

Mostre que desse “mal” — o direito da Força — vem um “bem”: a civilização rapida deste pedaço de terra que é a nossa Terra.

Faça comprehender como é lenta a marcha para o progresso. Si fossem respeitados os direitos dos selvagens estaríamos ainda hoje muito longe de emparelhar com os povos civilizados daquellas épocas. Entretanto, após o descobrimento, foi o Brasil aproveitando-se das lições de experiencia dos outros povos cultos, e rapidamente, em poucos annos, transformou-se substituindo os filhos selvagens por outros filhos civilizados.

Muitas nações levaram milhares de annos para chegarem ao estado de adeantamento que possuíam os Portuguezes daquelles tempos. Mas, o Brasil, descoberto em 1500, já em 1800, isto é, apenas 300 annos depois, igualava-se a Portugal, a ponto do rei, que aqui viera residir, eleva-lo a “reino”, considerando que tão bem ficava aqui a Côrte como lá estivera até então.

Esse acto do rei, que tão grandes alegrias trouxe aos Brasileiros dessa época, grandes descontentamento produziu nos Portuguezes, ciosos da sua conquista e da superioridade que sobre nós mantinham como descobridores e senhores do Brasil.

E desde então redobraram as exigencias e perseguições de Portugal: a volta do rei D. João VI, a destruição de tudo quanto de bom nos deixara o monarcha. Foram dias de amargura, de grande humilhação para o Brasil, mas foi um “mal” que num “bem” se tornou, que gosamos — a nossa Independencia.

Os homens nascidos nesta Terra já não

eram pobres selvagens, fracos, ignorantes e desprezíveis, como suppunham os conquistadores. Os filhos do Brasil eram então homens cultos, inteligentes, de capacidade administrativa superior á dos Portuguezes.

A' exigencia, á arrogancia dos conquistadores oppoz-se o Patriotismo dos Brasileiros, e em 7 de Setembro de 1822 ficamos separados de Portugal, livres, emfim, da escravidão que tanto nos prejudicava; e essa liberdade devemos principalmente a José Bonifacio de Andrada e Silva, figura heroica de politico firme e resoluto, e cuja memoria será sempre abençoada pelos Brasileiros.

Faça a mestra referencias á indole do povo brasileiro, aspirando a liberdade constantemente e cite os nossos martyres: Tiradentes, Domingos Martins, Padre Roma, Theotônio Jorge, Frei Caneca e muitos outros.

Indique as principaes causas da excitação dos animos contra a metropole, em 1822, após a retirada de D. João VI. A indecisão do principe Regente D. Pedro: Vacilla entre obedecer ás ordens das Côrtes Portuguezas ou attender ás solicitações dos brasileiros. A' representação da Junta Provisoria de São Paulo, e ao manifesto do povo pedindo ao Principe que permaneça no Brasil, responde D. Pedro, a 9 de Janeiro de 1822, com as palavras repetidas por José Clemente Pereira: — "Como é para bem de todos e felicidade geral da nação, diga ao povo que fico."

Fale a mestra no entusiasmo dos patriotas com a decisão do Principe, no movimento das tropas portuguezas logo expulsas do paiz.

A exaltação dos animos, a excitação de paixões politicas nessa sociedade mal formada, poem em perigo as nossas idéas.

Surge então o vulto eminente de José Bonifacio de Andrada e Silva, espirito grandemente culto, sabio, professor, philosopho, que se transforma em habil politico e estadista de valor. D. Pedro, reconhecendo-lhe a grande capacidade, tomou-o para amigo e conselheiro.

Guiado por José Bonifacio, pôde D. Pedro dominar as tropas portuguezas, sufocar as revoltas e firmar o Imperio em nosso paiz.

Conte a mestra como passou-se o facto

mais importante dessa phase de nossa historia: o Principe, em S. Paulo, onde fôra apaziguar os animos, recebe, do Correio enviado do Rio de Janeiro, os despachos de Portugal — ordens de partir immediatamente e annullação de todos os seus actos, no Brasil. O local em que se achava D. Pedro: a chapada da collina por onde corre o riacho Ypiranga, a indignação e o gesto do Principe, arrancando o laço portuguez, e o celebre brado "Independencia ou morte", grito que resume em si a declaração de nossa emancipação politica, desde 7 de Setembro de 1822.

A Independencia é o facto mais importante de nossa Historia, pois marca o inicio de nossa vida como Nação. E' por isso que nos esmeramos na commemoração dessa data e tão grandes homenagens temos prestado aos que para ella cooperaram: as estatuas a Pedro I e a José Bonifacio, o monumento do Ypiranga, em São Paulo, o bello palacio edificado ás margens do riacho celebre, sempre visitado e admirado, não tanto por sua belleza architectonica mas pelo importante facto historico que nos recorda.

Diga que, apesar de nos considerarmos, em 1822, um povo civilizado, as condições em que Portugal nos deixou eram precarias. E' verdade que muitas cidades se haviam fundado no littoral e no interior, muitos collegios se abriram á mocidade brasileira, a agricultura, a mineração, o commercio se expandiram; o Rio de Janeiro, a capital do Imperio fundado após a Independencia, ufanava-se de possuir as instituições creadas por D. João VI e de hospedar em seu seio eminentes artistas e sabios europeus. Mas, que positivamente, não passava de uma pequena cidade, muito pobre e muito desprovido de recursos e de conforto.

Não havia uma só rua calçada, não possuía esgoto, nem canalização d'agua; as ruas não se varriam, o lixo e as imundicies eram atiradas á praia. Peór ainda do que tudo isso foi a torpe herança que nos legaram os portuguezes — a escravidão.

Uma das praias da cidade se convertera em mercado de carne humana, e são de arrepiar as descripções das scenas de ferocidade e barbaria que, ahi e nas ruas, se presenciavam.

A isso se junte o atrazo da população e

a excitação das paixões politicas desperfadadas e se terá uma idéa do que seria a vida em um meio como esse, onde tambem abundavam rixas e malfeitores e escassas eram as distracções: apenas, um theatro, poucos jardins e algumas egrejas, pois era muito o fervor religioso.

Compare as nossas condições actuaes com as da época da Independencia, em 1822, demonstrando que muito mais fizemos em 100 annos, apenas um seculo de liberdade, que durante os 300 annos de escravidão sob o dominio portuguez.

Mas — não maldigamos o passado. Elle nos desvenda paginas horriveis de soffrimento e de erros causados pela ignorancia, e pela má comprehensão de principios moraes já conhecidos; em compensação, porém, outras nos apresenta cheias de beneficios, que desfrutamos.

Amemos, pois, os nossos colonizadores, que vieram trazer a essa terra, dominada por selvagens, e ahi implantar — com rapidez — os primeiros conhecimentos uteis de sciencia, artes, industria, religião e moral, lenta e pacientemente enthesourados por milhares de povos que viveram e soffreram antes de nós.

Honremos os nossos grandes homens, que erraram sim, como todos erramos hoje, mas que, na luta para a conquista de um Ideal puro e santo, deixaram um pedaço da sua alma ou a sua propria vida.

Ensinemos a amar o Brasil, estudando-lhe a Historia, — a respeitar aquelles que por Elle trabalharam ou trabalham ainda; façamos com que nas almas juvenis não penetre o "pessimismo" destruidor das melhores energias; que todos os corações se encham de esperanças para que bemdigam o Passado e abençoem o Presente — gerador dos bons frutos de amanhã.

Os erros e os males passados, corrigem-se; só o que é bom permanece, perpetua-se.
1.º de Setembro de 1921.

M. A.

ARITHMETICA

Classe elementar

1.º anno

Obtidas e firmadas as razões constantes das lições anteriores e que devem occupar

proximamente o primeiro semestre do anno lectivo, faltam apenas para terminal-o a organização das taboadas que servem ás operações estudadas e a resolução de pequenos problemas correspondentes com o auxilio d'essas taboadas.

Não havendo propriamente materia nova a aprender, não haverá necessidade de dividir a classe em duas secções, uma vez que estamos aqui figurando o caso de crianças de mediana intelligencia. Cada caso particular, entretanto, guiará o professor relativamente á conducta a seguir a tal respeito quando chegar a este ponto do programma.

Ao encetar esta ultima phase do anno inicial, o professor proporá aos alumnos addições e subtracções e multiplicações a effectuar, sempre subordinadas a casos concretos, e ante a fatal lentidão de contagem, que do contrario será errada, dir-lhes-á que é possivel encontrar muito rapidamente os resultados, organizando-se umas tabellinhas ou taboadas onde elles já se acham promptos. Vai ensinar como se faz isso.

Traça no quadro negro um quadrado, que divide por meio de linhas horizontaes e verticaes em 100 quadriculos. Chama, então, um alumno e manda-o escrever de zero a nove na primeira linha horizontal, não sem fazer préviamente perguntas que sirvam a recapitular materia.

Exemplos: — Que é que se pôde escrever na primeira ordem? Quaes são as unidades simples ou de primeira ordem? — Antes de escrever essas unidades, ponha um zero. — Que significa o zero? etc.

Passará á segunda linha, fazendo juntar 1 ou uma unidade a cada numero escripto na primeira, arguindo todos os alumnos. Ex.: Si eu já tinha uma laranja e F. deu-me mais uma, quantas tenho? etc. Os resultados vão sendo escriptos á proporção, e no fim o professor repete, apontando: zero mais um, um; um mais um, dous; etc., de maneira a ficar bem comprehendido que a 2ª linha é, numero por numero, igual á primeira mais uma unidade.

Obtida a 3ª linha, pelo accrescimento de uma unidade a cada um dos numeros da segunda, deve o professor mostrar aos alumnos que ella corresponde á primeira mais duas unidades.

Processo identico será seguido com as demais linhas até a decima e ultima, que

corresponde á primeira mais nove unidades.

E' conhecida de todos a tabella de que se trata e que é a seguinte:

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
4	5	6	7	8	9	10	11	12	13
5	6	7	8	9	10	11	12	13	14
6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
7	8	9	10	11	12	13	14	15	16
8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
9	10	11	12	13	14	15	16	17	18

Todas as sommas de numeros simples, dous a dous, são encontradas neste quadro a cujo uso o professor habituará os alumnos, fazendo-os servirem-se a principio, de ambas as mãos para apontar as parcelas dadas, e do movimento vertical de uma e horizontal de outra para achar a somma. Dentro em poucos dias, espontaneamente, elles apontarão apenas a primeira parcella, e com o olhar procurarão a segunda na primeira linha horizontal e descerão até a linha apontada a encontrar a somma.

Tambem sem esforço e em um curto periodo a taboada estará de cór, tornando rapidos os calculos.

Em uma das lições anteriores condemnei a organização das taboadas e o seu uso na classe inicial, por ser habitualmente tudo isso feito logo que as crianças sabem contar até uma ou duas dezenas, interrompendo-se por tal modo a sequencia das ordens e impedindo-se o alumno de apanhar a analogia, a semelhança na sua formação.

Desde, porém, que taes conhecimentos se achem bem firmados e que o "espírito das operações esteja bem comprehendido", não ha inconveniente no uso das taboadas, que sempre servem a tornar mais rapidos os pequenos calculos.

Para a pratica da subtração, tomará o professor um exemplo concreto, e dispostos os dados e o signal da operação, trabalho já familiar aos alumnos, fará procurar o numero menor na primeira linha vertical e d'ahi seguir horizontalmente á direita, até encontrar o numero maior; subindo verticalmente, achar-se-á o resultado.

A taboada da multiplicação, chamada taboa ou tabella de Pythagoras, do nome do seu pretendido auctor, é tambem de uso facilimo ás crianças, exigindo os mesmos ensinamentos que a da somma.

Para organizal-a, todos o sabem, traçado o quadro e dividido por linhas horizontaes e verticaes em 81 quadriculos, mandarà o professor escrever os nove primeiros numeros na 1.^a linha horizontal; a 2.^a linha será constituída, numero por numero, da somma de cada um dos da primeira comsigo mesma; a 3.^a, nas mesmas condições, da somma de cada um dos da 1.^a com o seu correspondente da 2.^a; e, assim, successivamente, sommando a 1.^a linha com a ultima obtida, até chegar á nona, que encerra o quadro.

Comprehende-se que a 1.^a linha vertical á esquerda do quadro fica, forçosamente, constituída pelos nove numeros simples, pois que o numero 1, que a inicia, vai sendo sempre sommado, primeiro a si mesmo, depois e successivamente a cada numero que começa uma nova linha. Por outro lado, é evidente conter a 2.^a linha horizontal todos os productos dos numeros simples por 2, visto o modo por que foi obtida; conter a 3.^a todos os productos dos numeros simples por 3; a 4.^a os productos por 4; em resumo, constar cada linha horizontal dos productos dos numeros simples pelo numero que a inicia á esquerda.

Estas explicações seriam ociosas, si não se dirigissem aos que começam a ensinar, e não só no Districto Federal como em pontos onde, infelizmente, a instrução primaria da nossa terra ainda se encontra em lamentavel atrazo; ás nossas professoras diplomadas pela Escola Normal só interessam propriamente os processos de ensino e ainda assim como simples auxilio ás doudas lições de Methodologia recebidas naquelle estabelecimento.

Tomado o exemplo concreto e dispostos os factores e o signal da operação, trabalho já conhecido dos alumnos, fará o professor procurar um dos numeros na 1.^a linha vertical á esquerda, o outro na 1.^a linha horizontal, e o movimento já indicado, para a somma, fará encontrar o resultado.

Como a tabella contém todos os productos dos numeros simples, dous a dous, e como não ha necessidade de exigir dos

alumnos productos de numeros compostos, a solução dos problemas propostos será sempre encontrada.

O uso frequente da taboada levará os alumnos, espontaneamente, a apontar apenas um factor, procurando com o olhar o outro e descendo a achar o producto.

Insistimos na recommendação de não abandonar nunca o professor as noções já obtidas; antes, ao contrario, não perderá ersejo de repassal-as, associando sempre a lição do dia ás anteriores.

Por exemplo: Um alumno encontrou na sua taboada o producto de 5 por 4, resolveu o pequeno problema proposto e escreveu: $5 \times 4 = 20$.

O professor aproveitará a oportunidade para perguntar — quantos grupos de dez ha em vinte, quantas são nesse numero as unidades, qual a ordem preenchida, com o zero, e assim nos demais casos.

Exercicios

— Paulo é o melhor alumno de arithmetica da classe; obteve na semana passada 3 notas optimas e nesta 2.

Quantas notas optimas já obteve Paulo?

— Lucia cabiu da escada e rolou 5 degrãos; si tem rolado mais 2, rolava a escada inteira. Quantos degrãos tem a escada?

— Colhi no jardim 7 violetas, que offeci á mamãe; minha irmã Luiza só achou 4 e a pequena Marita encontrou 2. Ambas levaram tambem as flores á mamãe, que recebeu, assim... quantas violetas?

— Somos 5 pessoas na familia: mamãe, papae, eu, que me chamo Paulo, Luiza e Marita; a copeira põe, por isso, 5 talheres á mesa, á hora do jantar; hoje, porém, vêm jantar connosco D. Idalina e suas filhas Rosa e Francisca. Quantos talheres são necessarios á mesa?

— Luiza é pequenina, tem só 5 annos; mamãe diz que Annita, a mais velha, tem mais uma dezena do que ella. Quantos annos tem Annita?

— Ha 9 mangas na unica mangueira do meu pequeno pomar, e só 4 estão maduras. Quantas são as verdes?

— Paulo tinha 8 tostões; deu 2 a um pobre velho que lhe pediu esmola. Quantos tostões lhe restam?

— Maria está juntando moedinhas de prata, anciosa por chegar á conta das de Luiz, que já tem doze. Diz ella que só lhe

faltam 4. Quantas moedinhas de prata tem Maria?

— De um cestinho com duas dezenas de morangos tirei onze. Quantos morangos deixei na cestinha?

— Paulo tem 11 annos e Annita tem 15. Quantos annos tem Annita mais do que Paulo?

— Luiza tem 5 annos; a idade de Annita é tres vezes a de Luiza. Quantos annos tem Annita?

— Comprei tres ovos a 6 vintens cada um. Quantos vintens gastei?

— Uma semana tem sete dias. Quantos dias ha em 3 semanas?

— Mamãe diz que juntando a minha idade com a de Luiza 2 vezes dá a idade della. Eu tenho 11 annos e Luiza tem 5. Que idade tem mamãe?

— Maria é muito estudiosa, ella tem 6 vezes mais notas optimas do que a irmã. A irmã tem 7 notas optimas. Quantas notas tem Maria?

Estas e outras questões, muito singelas, serão proprias a firmar idéas sobre o destino das tres primeiras operações arithmeticas e habituarão os alumnos a uma linguagem clara e precisa, acompanhando e traduzindo actos mentaes bem definidos.

Por ultimo, e já tendo a classe a noção de unidade como denominação numerica das cousas quaesquer, será possivel propôr o professor estes mesmos pequenos calculos em abstracto. Por exemplo:

$$6 + 4 + 8 = ? \quad 11 - 6 = ? \quad 7 \times 9 = ?$$

Achados os resultados, o professor os applicará então a objectos varios, formulando hypotheses tambem variadas.

Encerrado, assim, o primeiro anno de estudos primarios de arithmetica, começaremos na proxima lição a orientação relativa ao segundo, a traços mais largos, por já haver base sufficiente a dispensar exageradas minucias.

(Continúa.)

O. C.



PHYSICA

4.^o anno

Efeitos do calor sobre os corpos

Ao iniciar o ensino deste ponto, faça a professora com que as crianças levem á chamma de uma véla ou de uma lam-

pada diversos objectos, como: pregos, chaves, uma haste metallica qualquer, e verifiquem que estes corpos ficam quentes.

Dirá logo aos alumnos que o aquecimento desses corpos foi produzido pelo calor da chamma.

Eis ahi um dos efeitos do calor sobre os corpos: o aquecimento.

Tomando, depois, uma esphera metallica e um anel tambem metallico, de diametro um pouco maior do que o da esphera, mostre que esta passa perfeitamente pelo anel.

Aquecendo, em seguida, a esphera, colloque-a sobre o anel, e então verá a classe que este não é mais atravessado pela esphera.

Que aconteceu á esphera?

Ficou maior, — dirão as crianças, — ensinando-lhes logo a mestra a dizer, em vez disso, que a esphera se dilatou, augmentou de volume.

No fim de algum tempo, resfriada a esphera, torna a passar pelo anel, porque fica menor, — dirão os meninos, — ensinando-lhes a mestra a dizer, em vez disso, que a esphera se contrahiu, isto é, diminuiu de volume.

Perguntará, então, em que estado physico está a esphera, accentuando, desse modo, que os corpos solidos se dilatam e se contrahem por effeito do augmento ou da diminuição do calor.

Tomando, depois, um balão de vidro com gargalo, encha-o de agua colorida e feche-o com uma rolha de cortiça atravessada longitudinalmente por um tubo fino de vidro.

Veem todas as crianças que a agua, comprimida pela rolha, sóbe um pouco no tubo, parando a uma certa altura.

Leve depois o balão a uma vasilha com agua quente; o liquido começará a subir no tubo, até derramar-se, provando, assim, que augmentou de volume, dilatou-se.

Retirado o balão da vasilha, a agua começará a descer, porque se contrahe.

Ficará verificado, portanto, que os liquidos tambem se dilatam quando aquecidos, e se contrahem quando perdem calor.

Tomando o mesmo apparelho, mas tendo apenas um pouco d'agua no fundo, e fazendo com que o tubo de vidro mer-

gulhe bem no liquido, pergunte a professora o que ha dentro do balão. Dirão as crianças: — agua colorida.

Lembre-lhes, então, que, além da agua, ha no balão um corpo gazoso, o ar. Segure, depois, o balão e mostre á classe que o liquido começa a subir no tubo porque o calor das mãos dilata o ar, que não tendo por onde sair, empurra o liquido, fazendo-o subir no tubo.

Retirando as mãos, mostre a professora que a agua desce, porque o ar se contrahe, isto é, diminue de volume.

Sendo o ar um corpo gazoso, ou melhor, uma mistura de gazes, conclue-se que o calor tambem dilata os gazes e que estes tambem se contrahem quando perdem calor.

Assim, solidos, liquidos e gazes dilatam-se, quando são aquecidos, e contraem-se, quando perdem o calor.

Que é que acontece quando levamos ao fogo um pedaço de cera?

A cera derrete-se, passa do estado solido para o estado liquido.

E quando deixamos no copo um pedaço de gelo?

Tambem, derrete-se; passa a ser agua.

Para que o gelo se derreta, basta o calor do ar, ao passo que, para a cera derreter-se é preciso que seja levada ao fogo. O chumbo tambem se derrete, assim como o ferro, sendo que, para este derreter-se, é necessario uma grande quantidade de calor.

Em vez de dizermos que a cera, o gelo, o chumbo e o ferro derretem-se, devemos dizer que se fundem, porque a passagem de um corpo do estado solido para o liquido chama-se **fusão**.

Si deixarmos exposta ao ar uma vasilha com agua, vemos que a quantidade d'agua vai, aos poucos, diminuindo, até que, no fim de alguns dias, a vasilha fica vazia. E' que a agua passa para o estado gazoso e vai para a atmospheria. Esta passagem dá-se lentamente e na superficie do liquido, por camadas successivas.

Levando ao fogo uma vasilha com agua, vemos que, no fim de alguns minutos, a agua começa a ferver e, si não a retirarmos do fogo, a vasilha ficará, no fim de algum tempo, enxuta. E' que a agua passa para o estado gazoso e vai para a atmospheria, mas esta passagem

dá-se rapidamente e opera-se em toda a massa liquida.

A' passagem de um corpo do estado liquido para o gazoso dá-se o nome de **vaporização**, mas, no primeiro caso, a vaporização tem, o nome especial de **evaporação** e, no segundo, de **ebulição**.

A evaporação tendo lugar na superficie do liquido dá-se tanto mais depressa quanto maior é esta superficie.

Assim, si tivermos quantidades iguaes de agua, em um copo, num prato, ou espalhada no chão, veremos que, a derramada no chão será evaporada mais depressa, seguindo-se-lhe a do prato, e desaparecendo, por ultimo, a do copo.

A evaporação da agua do mar, dos rios, dos lagos, da agua da chuva, da lavagem das casas, das roupas, etc., é devida á grande quantidade de vapor d'agua na atmospheria.

Para que a evaporação se dê, é, pois, bastante o calor do ar; ao passo que, para a ebulição da agua, ha necessidade de ser ella levada ao fogo.

Quando temos um pedaço de gelo em um copo, verificamos que este fica molhado por fóra.

Como poderemos explicar este facto? Muito facilmente. E' o vapor d'agua do ar que, encontrando fria a superficie do copo, passa para o estado liquido.

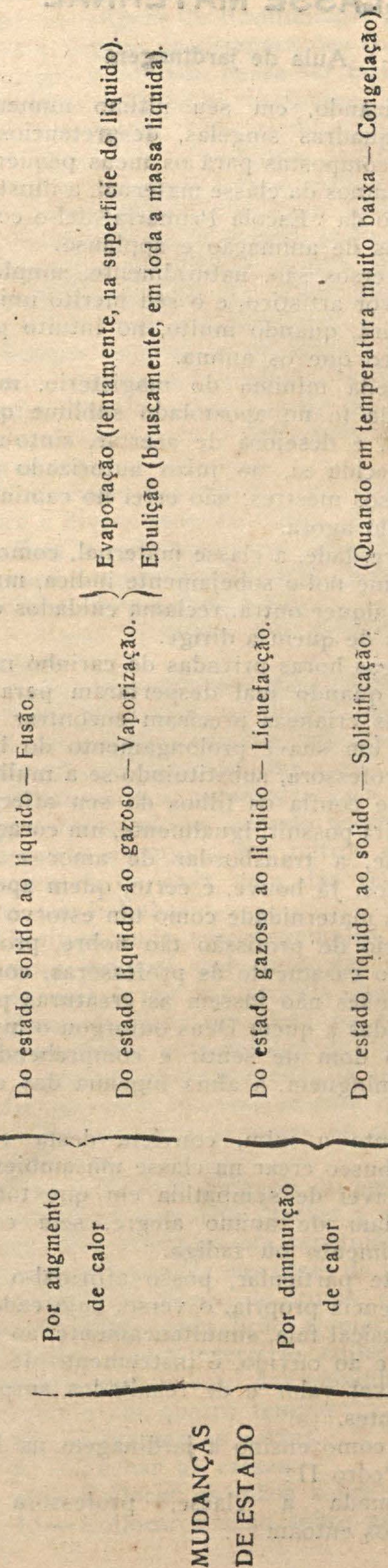
A passagem de um corpo do estado gazoso para o liquido chama-se **liquefacção**. (Devem ser dados muitos outros exemplos, afim de ficar bem comprehendida esta mudança de estado).

Quando retiramos do fogo a cera derretida, esta torna a endurecer, passa para o estado solido.

A esta passagem dá-se o nome de **solidificação** e é produzida pela diminuição de calor.

A agua, porém, é um corpo que, para passar ao estado solido, isto é, para transformar-se em gelo, precisa ser submettida a uma temperatura muito baixa. Neste caso a solidificação recebe o nome especial de **congelação**.

Depois de bem comprehendidas as diversas mudanças de estado, póde ser dado á classe o seguinte quadro synoptico:



CLASSE MATERNAL

Aula de jardinagem

Publicando, em seu ultimo numero, umas quadras singelas, despretenciosamente compostas para os meus pequeninos alumnos da classe maternal, a illustre direcção da "Escola Primaria" fel-o com palavras de animação e applauso.

Os versos são, naturalmente, simples, sem lavor artistico, e o seu merito unico consistirá, quando muito, no intuito pedagogico que os anima.

Parcella minima do magisterio, mas cheia de fé no apostolado sublime que abraçei, e desejosa de acertar, sinto-me desvanecida si, no juizo autorizado de generosos mestres, não errei no caminho encetado agora.

Na verdade, a classe maternal, como o seu nome nol-o sobejamente indica, mais que qualquer outra, reclama cuidados especiaes de quem a dirige.

Longas horas privadas do carinho materno, quando mal despertaram para a vida, as crianças precisam encontrar na escola um suave prolongamento do lar.

A professora, substituindo-se á mulher que lhe confia os filhos do seu affecto, necessita possuir, igualmente, um coração de mãe, a transbordar de amor e de meiguice. Já houve, é certo, quem apontasse a maternidade como um estorvo ao exercicio de profissão tão nobre, prohibindo o casamento ás professoras, como si as mães não fossem as creaturas privilegiadas a quem Deus outorgou o mysterioso dom de sentir e comprehender, como ninguem, a alma ingenua das crianças!

Quanto a mim, convicta desta verdade, busco crear na classe um ambiente inalteravel de sympathia em que todos aprendam de animo alegre, sem constrangimento ou fadiga.

Neste particular, posso affirmal-o de experiencia propria, o verso, cuja cadencia musical fala, simultaneamente, ao coração e ao ouvido, é instrumento de inestimavel valor e de resultados surpreendentes.

Eis como ensino a jardinagem na Escola Pedro II:

Formada a classe, professora e alumnos entoam

A Caminho

Das flôres lá nos canteiros
Já o perfume se evola,
Vamos todos, jardineiros
Joviae da nossa escola.

Tomemos dos instrumentos,
Pás, ancinhos, regadores,
Vamos passar uns momentos
Cuidando das nossas flôres.

A caminho, pois, cantando,
Que este trabalho convida.
Quanta riqueza inundando
A nossa terra querida!

Chegados ao local da jardinagem, as crianças cantam:

Comecemos sem demora
Toda a terra a revolver,
Que, em seu seio, vae agora
A semente receber.

Procede-se, em seguida, ao plantio da semente, cantando-se os versos já publicados.

A germinação, evolução, fenecimento e morte do vegetal, constituem objecto de outras tantas lições, de que nos occuparemos proximamente.

Zuleida Godinho Recife.

Professora adjunta da Escola Pedro II.



JARDIM DA INFANCIA

Dons de Fröbel

A abertura das caixinhas onde se acondiciona o primeiro dos dons de Fröbel constituirá assumpto de repetidos exercicios para a educação das crianças.

Tal exercicio, para o effcaz adestramento dos pequeninos educandos, será effectuado, methodicamente, podendo ser executado em cinco tempos, indicados por signaes da professora, e, assim, respectivamente, discriminados:

- 1.º — Collocar as mãos sobre os joelhos;
- 2.º — Collocar as mãos sobre a mesa.
- 3.º — Collocar as mãos sobre as caixas.

4.º — Abrir as caixas.

5.º — Collocar as tampas sobre a mesa.

O 1.º signal, advertirá as creanças, chamando-lhes a attenção e determinando-lhes uma posição inicial; o 2.º e o 3.º signaes, prescreverão movimentos preparatorios; o 5.º, finalmente, anunciará a terminação do exercicio, permittindo ás creanças uma attitude livre.

Esse exercicio deverá ser repetido, até que os pequeninos o executem com regularidade e precisão, coordenando perfeitamente os seus movimentos e attendendo, com promptidão e simultaneidade, aos differentes signaes da professora.

O exercicio de abertura das caixinhas pode ser tomado como o primeiro, para a educação de movimentos coordenados, em tempos, por signaes da mestra, emquanto que o de passagem das caixinhas deve constituir o typo do primeiro exercicio de coordenação de movimentos livres, coordenação executada pela cadencia da musica e do cantô, de que devem ser acompanhados os exercicios sem signaes da professora. Quando as crianças se tiverem desembaraçado sufficientemente no exercicio de abertura das caixinhas, a professora permittir-lhes-á que dellas retirem as bolinhas, que nellas se acham, não impedindo que as observem e comparem, á sua vontade, durante um certo tempo.

Quando a professora verificar que os seus discipulos já têm satisfeito a sua primeira curiosidade, procurará guiá-lhes a observação, chamando a attenção delles para a fôrma e côr das bolinhas; a respeito da fôrma, as suggestões da professora não irão além da evocação de fôrmas semelhantes, formulando perguntas, como as seguintes:

— Já viram vocês algum brinquedo parecido com esses que ahí estão?

— Lembram-se vocês de alguma coisa parecida com essas que ahí vêm?

As respostas das crianças, a respeito da fôrma das bolinhas, não irão além de comparações com outros corpos da mesma fôrma; assim, dirão alguns:

— Parece-se com a minha bola de borracha.

— Parecem umas frutinhas, e outras respostas de igual jaez.

Com ellas se satisfará a professora, guardando-se de dar ás creanças noções

mais preciosas sobre a fôrma das bolinhas, de origem de terminologia geometrica e mesmo de comparações com corpos cuja fôrma não possa ser facilmente percebida pelos seus discipulos.

O ensino das côres e educação da visão serão cuidadosamente feitos, prestando a professora toda a attenção, afim de verificar si as confusões de côres, que, a principio, frequentemente, farão os seus pequeninos discipulos, resulta de uma imperfeita retenção dos nomes das côres, ou de um vicio de daltonismo.

Sempre que tiver duvidas a tal respeito, poderá a professora recorrer ao medico escolar, cujo auxilio se tornará indispensavel para o esclarecimento das côres mais complicadas.

A attenção das crianças será provocada para a diversidade das côres, apresentando-lhes a professora as seis bolinhas eguaes, e só differindo pelas côres, e formulando-lhes as perguntas:

— Essas bolinhas são perfeitamente eguaes?

— Em que differem ellas entre si?

Taes perguntas, ou outras equivalentes, provocarão respostas em que se affirmará a diversidade das côres.

Confirmará a professora taes respostas, rectificando-as, quando necessario, e baseando exemplos, em outros objectos presentes, de cada uma das seis côres das seis bolinhas.

Multiplicando esses exemplos, a professora induzirá cada uma das crianças a apontal-as por sua propria observação.

Afim de fixar as côres na memoria dos pequenos educandos e de certificar-se a professora de que elles já as conhecem, mandará, successivamente, que cada um lhe apresente bolinhas de côres determinadas.

Não seria facil a tarefa do ensino das côres; para isso será preciso a multiplicação dos exemplos em repetidas lições, exemplos buscados nas côres de peças de vestuario, de flôres, de frutas, etc., etc. Ao terminar cada lição a mestra fará executar, como exercicio collectivo da classe, o fechamento das caixinhas, realizando-o em quatro tempos:

1.º — Levantar as caixas.

2.º — Fechar as caixas.

3.º — Collocar as mãos sobre a mesa.

4.º — Collocar a mão sobre as caixas.

Executado o quarto tempo do exercicio de fechamento das caixinhas, a professora ordenará a passagem das mesmas, a qual será feita pela forma já indicada

na primeira lição sobre o primeiro dos dons de Fröbel.

Nadyr M. Azevedo do Amaral.

LIBRARIA FRANCISCO AGUES

RIO DE JANEIRO. S. PAULO. BELLO HORIZONTE

Rua do Ouvidor, 166. Rua Libero Badaró, 129. Rua da Bahia, 1055

PAULO DE AZEVEDO & C. Livreiros, Editores e Importadores

VERA CLESER — O Lar Domestico....	4\$500
F. FERREIRA — Noções de Vida Domestica	1\$300
MIGUEL MILANO — O Lar.....	2\$500
O. SOUZA REIS — Previdencia	3\$000
F. FERREIRA — Noções da Vida Pratica	3\$500
MARIO BRANT — Catechismo Civico....	2\$000
SYLVIO ROMERO — Historia do Brasil	1\$500
JOÃO BARBALHO — Constituição do Brasil	1\$500
RODRIGO OCTAVIO — Festas Nacionaes	1\$500
R. PUIGGARI — Coisas Brasileiras....	3\$000
J. J. DA ROCHA — Fabulas.....	1\$000
R. THEOPHILO — Sciencias Naturaes em Contos	2\$000
GABRIELA FRANÇA — Contos Brasileiros	1\$000
E. M. A. — Passatempo Infantil.....	1\$500
BILAC E BOMFIM — Atravez do Brasil	4\$500
FABIO LUZ — Leituras de Ilka e Alba	2\$500
CHRYSANTHEME — Contos para Creanças	3\$500
JOÃO RIBEIRO E GABAGLIA — Exame de Admissão para os Gymnasios....	3\$000
COSTA BRITO — Exercicios de Analyse	1\$500
CARLOS GOES — Methodo de Analyse..	4\$000
" — Syntaxe de Concor-dancia	4\$000
BILAC E BOMFIM — Livro de Composição	4\$000
ALFREDO GOMES — Exercicios de Composição	3\$000
BELLEGARDE — Vocabulos e Locuções da Lingua Portuguesa	1\$500
FELISBERTO DE CARVALHO — Exercicios da Lingua Portuguesa	1\$000
COSTA E CUNHA — Grammatica 1.º gráo	1\$000
HILARIO RIBEIRO — Grammatica Elementar	1\$500
MENEZES VIEIRA — Grammatica Portuguesa	1\$500
FELISBERTO DE CARVALHO — Grammatica Portuguesa	1\$500
COSTA BRITO — Grammatica Portuguesa	3\$000
ADELIA ENNES BANDEIRA — Grammatica Portuguesa	2\$000
JOÃO RIBEIRO — Grammatica da Infancia	1\$500
" — Grammatica, 2.º anno	2\$500
" — Grammatica, 3.º anno	3\$500
ANTONIO TRAJANO — Lingua Vernacula	2\$000
VERISSIMO VIEIRA — Grammatica Preliminar	2\$000
" — Grammatica Elementar	2\$500
" — Grammatica Complementar	3\$500
M. MACIEL — Lições da Lingua Portuguesa	2\$000
" — Grammatica Descriptiva..	5\$000

ALFREDO GOMES — Grammatica Portuguesa	5\$000
HEMETERIO DOS SANTOS — Grammatica Portuguesa	3\$000
JULIO RIBEIRO — Grammatica Portuguesa	4\$000
PACHECO JUNIOR E ALMEIDA DE ANDRADE — Grammatica Portuguesa	5\$000
CARLOS GOES — Grammatica Expositiva Primaria	2\$500
MARIO BARRETO — Novos Estudos da Lingua Portuguesa	7\$000
" — Factos da Lingua Portuguesa	4\$000
HERACLITO DA GRAÇA — Factos da Linguagem	4\$000
PACHECO JUNIOR — Promptuario do Escriptor	1\$000
PAULINO DE BRITO — Brasileirismos	1\$000
CARLOS GOES — Diccionario de Gallicismos	4\$000
CASTRO LOPES — Neologismos	3\$000
" — Origem dos Annexins	3\$000
JOÃO RIBEIRO — Frazes Feitas, 1.ª serie	2\$000
" — " 2.ª "	2\$000
JOSE' VERISSIMO — Historia da Literatura Brasileira	10\$000
CHICHORRO DA GAMA — Miniaturas Biographicas	2\$500
COELHO NETTO — Compendio de Literatura Brasileira	4\$000
AZEVEDO COIMBRA — Arithmetica Elementar	1\$000
LINDOLPHO GOMES — Primeiros Exercicios de Arithmetica	1\$000
MARCONDES PEREIRA — Noções de Arithmetica	1\$000
AZEVEDO PINHEIRO — Arithmetica para Crianças	1\$000
COUTURIER — Arithmetica da Infancia	\$500
BEZOUT — Elementos de Arithmetica	2\$000
THIRE' — Arithmetica dos Principiantes	1\$500
" — Arithmetica, curso medio	2\$000
" — Arithmetica Gymnasial	5\$000
BAPTISTA FRANCO — Expositor de Arithmetica	2\$500
A. TRAJANO — Arithmetica Primaria ..	\$500
" — Arithmetica Elementar	2\$000
" — Arithmetica Progressiva	5\$000
J. J. L. VIANNA — Arithmetica.....	4\$000
A. TRAJANO — Chave da Arithmetica Progressiva	1\$000

Remetemos o nosso catalogo, gratis, para todo o Brasil

COLLEGIO PAULA FREITAS

Rua Haddock Lobo, 345 — RIO DE JANEIRO

INTERNATO — SEMI-INTERNATO — EXTERNATO

CURSOS de adaptação, primario, propedeutico, secundario (de preparatorios e admissão ás escolas superiores e commercial).

AULAS ESPECIAES de tachygraphia e de mathematica para admissão ás escolas Naval, Guerra e Polytechnica.

AULAS PRATICAS de physica e chimica e historia natural nos gabinetes e laboratorios do collegio.

Instrucção Physica e Militar, Moral e Civica. Ensino da Religião Catholica (facultativo)

REGIMEN: diario de classe, boletim diario, médias e concursos mensaes, exames parciaes e conta de anno, que influem no julgamento de exame de suficiencia ou final.

MATRICULAS — continuam abertas. — Estão funcionando todas as aulas.

M. PAULA FREITAS, director

União Manufactora de Roupas

(Proprietaria das maiores fabricas de roupas brancas da America do Sul)

(SOCIEDADE ANONYMA)

CAPITAL INTEGRALIZADO --- 1.500:000\$000

Fabricas

- Rua Haddock, 406, 408, 410 e 412
- Rua Dr. Campos Salles, 134
- Rua Gonçalves Crespo, 43 e 45
- Rua Dr. Aristides Lobo, 94 e 96

Eseriptorio e Departamento de vendas geraes — Rua General Camara, 80

MENOS TRABALHO MELHOR RESULTADO

Sua correspondencia fala por V. S., revela sua propria personalidade.

Faça-a nitida e convincente, imprima caracter e uniformidade em suas cartas, usando a machina de escrever Remington com sahida automatica, que reduz o trabalho do dactylographo, reduzindo o custo da sua correspondencia commercial.

Nada lhe custa pedir-nos uma machina para experiencia, afim de certificar-se destas vantagens.



CASA PRATT

Rua do Ouvidor, 125

Tel. Norte 2020

Filiaes ou Agencias nas principaes Cidades

CHEDDITE

Explosivos de Segurança DE fabricação nacional

COMPANHIA NACIONAL DE EXPLOSIVOS DE SEGURANÇA

57, Avenida Rio Branco, 57

Telephone Norte 6630

RIO DE JANEIRO

COMPANHIA MELHORAMENTOS DE S. PAULO

(Weiszflog Irmãos Incorporado)

SÃO PAULO RIO DE JANEIRO
Rua Libero Badaro, 90-96 Rua Buenos Ayres, 40-42
Caixa Postal n. 436 Caixa Postal 1617

EDIÇÕES DA CASA

ERASMO BRAGA

Table with 2 columns: Title and Price. Includes 'Leitura I', 'Leitura II', and 'Leitura III'.

Approvedos e adoptados officialmente pelo E. de S. Paulo e outros Estados, estes incomparaveis livrinhos acabam de ser adoptados pelo Districto Federal.

MARIANO DE OLIVEIRA

Table with 2 columns: Title and Price. Includes 'Cartilha - Ensino Rapido da Leitura', 'Nova Cartilha Analytico-Synthetic', and 'Paginas Infantis'.

C. A. BUCHLER

Table with 2 columns: Title and Price. Includes 'Arithmetica Elementar' and 'Caderno Auxiliar do Livro I'.

Inteiramente originaes no Brasil, estas obras foram adoptadas pelo Governo do E. de S. Paulo e têm tido franca acceitação por todo o Brasil.

OCTAVIANO DE MELLO

Table with 2 columns: Title and Price. Includes 'Pequenos Trechos'.

Para melhores e seguras informações peçam o nosso catalogo illustrado

DO BOM AO MELHOR...

E AO MENOR PREÇO

A CASA CAVANELAS, completamente reformada tem a honra de convidar a seus distinctos freguezes a fazer uma visita, para ver os ricos sortimentos de:

Leques de plumas, de todas as côres.

Leques de madreperola e renda,

Leques de tartaruga, osso, sandalo, etc., etc.

Leques de seda japoneza, papel, etc., etc.

Meias de seda e de fio, nacionaes e francezas de todas as côres, para Sehoras, Homens e Creanças.

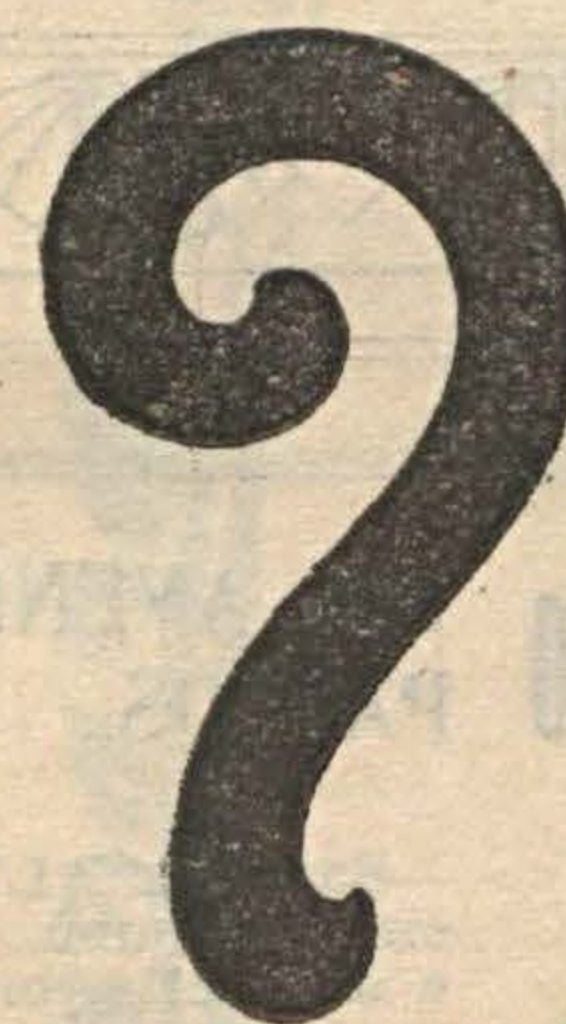
COLLARES, PULSEIRAS, CARTEIRAS, BOLSAS, LUVAS

E todas as novidades chegadas de Paris

Telephone N. 3891

Rua do Ouvidor, 178

Tosse



BROMIL

BROMIL é o melhor Xarope para curar a tosse e as demais doenças do peito e dos pulmões.

BROMIL cura qualquer tosse, bronchite, rouquidão, catarrho, dores nos pulmões, oppressão; faz cessar as suffocações da asthma e combate os accessos de tosse na coqueluche.

BROMIL reúne em si propriedades sedativas, balsamicas, desinfectantes, tonicas e febrifugas. Eis porque o BROMIL cura e allivia qualquer tosse, combate as excitações nervosas, solta o catarrho, fortifica os pulmões e regularisa a respiração.

PALIDEZ DA FACE

A anemia, a chlorose, a neurasthenia, o excesso de trabalho, etc., causam as senhoras a pallidez da face, tornando-as apprehensivas e tristonhas. ---

As **PILULAS FORTIFICANTES** do Pharmaceutico Carlos Cruz fazem desaparecer esse flagello.

São vendidas em as pharmacias e drogarias. ---

AGENTES GERAES
CARLOS CRUZ & C.
RUA SÃO BENTO, 3
RIO DE JANEIRO



OCULOS e PINCE-NEZ

para qualquer defeito da vista

Apparelhos Photographicos e Accessorios.

LUTZ, FERRANDO & CIA. LTDA

RUA GONÇALVES DIAS N. 40 — RIO

CASA DO BASTOS

R. URUGUAYANA 19-22

*Novas criações
em bufalo branco, Vermiz,
e pellicas de cores, setim,
rosa, e branco.*



TEL. 2616 central-Rio
Peçam Catalogos.

CASA GUIOMAR Calçado dado 120, AVENIDA PASSOS, 120

ULTIMA NOVIDADE



Fortissimos borze-guins em vaqueta escura, sola dupla, proprios para colle-giaes.

Preços de reclame

De 18 a 26 \$8000
De 27 a 32 \$9000



Sapatos ALTIVA, em kangurú, preto e amarelo, criação exclusiva da CASA GUIOMAR, recomendados para uso escolar e diario, pela sua extrema solidez e conforto.
De 17 a 25 \$5000
De 27 a 32 \$6300
De 33 a 49 \$8000

Pelo Correio, mais 2\$000 em par

Pelo Correio, mais 2\$000 em par

Já se acham promptos os novos catalogos illustrados, os quaes se remettem inteiramente gratis a quem os solicitar, rogando-se toda a clareza nos endereços para evitar extravios.

Os pedidos podem vir juntos com a importancia na mesma carta registrada com valor ou em vales do correio, dirigidos á firma Julio de Souza, successor de Graefi & Souza — AVENIDA PASSOS, 120 — RIO.

ARTIGOS PARA

Senhoras, Homens e Crianças

VENDEMOS OS MELHORES ARTIGOS

TEMOS OS MELHORES SORTIMENTOS

COBRAMOS OS MENORES PREÇOS

A nossa grande clientela compõe-se dos milhares de pessoas que não querem conspirar contra os seus proprios interesses.

PEÇAM CATALOGOS

Parc'Royal

A MAIOR E A MELHOR CASA DO BRASIL

Usou o
ELIXIR DE INHAME

e engordou 8 kilos



CECILIA EDUARDA E SILVA

Declaro que soffrendo de molestias de pelle e estomago usei diversos preparados sem resultado e com 2 vidros do **ELIXIR DE INHAME** fiquei curada engordando (8) oito kilos. Junto remetto a minha photographia.

Cidade de Nazareth, Estado da Bahia, 28 de Junho de 1920.

Cecilia Eduarda e Silva.

EM STOCK:

Trilhos e wagonetes Decouville.
Trilhos de 17 até 26 kgs: Tornos Ernault.
Machinas perfuratrizes electricas e a ar comprimido
Chapas onduladas de ferro galvanizado
Tractores francezes para motocultura.
Locomoveis "Farquar"
Arados "Farquhar" - Typo B 1.

**COMPANHIA BRASILEIRA COMMERCIAL E INDUSTRIAL
ZILBRACO**

IMPORTAÇÃO DE MACHINAS E UTENSILIOS
TELEPHONE NORTE 6630

Avenida Rio Branco, 57

RIO DE JANEIRO

O PROBLEMA DA ALIMENTAÇÃO E DA CURA DAS
CRIANÇAS E ADULTOS NO BRASIL RESOLVIDO POR

Dr. Raul Leite & Cia.

Rua Gonçalves Dias, 73 - Telephone Norte 3820

END. TELEG. "INFANTIL" -- RIO DE JANEIRO -- Em São Paulo: Rua São Bento, 14 B

SECÇÃO PHARMACEUTICA

Direcção: Dr. Raul Leite,
medico industrial

Christiano Dias, pharmaceu-
tico com diploma registrado
no Departamento Nacional
de Saude Publica. — **Fabrica,
Laboratorio e Deposito: 185,
rua Visconde de Itauna**

Preparados: Tonico infantil
(arsenio-iodo - tanico - lacto-
phosphatado). — **Lactosan**
"alimento - medicamento"
(Diarrheas, vomitos, etc.) —
Lacto vermil, (polyvermicida
"CAMPEÃO" — "Laxo-
Purgativo, Infantil" (lacto-
manita-magnesada). — "Pur-
gogenio" (Pastilhas) (Pur-
go-lacto) (Efeito seguro, pa-
ladar de confeito). — **Gua-
raina** (comprimidos) (con-
tra dor) — O melhor substi-
tuto da antypirina, phena-

cetina, aspirina, etc. — **Gua-
ranil**, o tonico mais comple-
to da actualidade.

SECÇÃO ALIMENTICIA

Direcção: Dr. Orlando Góes
Medico e Chefe de Clinica
no Instituto de Protecção e
Assistencia á Infancia do Rio
de Janeiro, e Dr. Calazans
Luz, antigo assistente do
Serviço de lactentes do "**Lei-
te Infantil**". — **Preparo e
Fabrica — Realengo — Pro-
ductos: Leite Infantil** (80 %
mais digestivel que o com-
mum. (Exportação para todo
o Brasil) — **Crema Infantil**
(em pó dextrinizado) 12 va-
riedades. Productu indispen-
savel á alimentaçao das cri-
anças até 5 annos e para
adultos doentes. — **Farinha**
— **Lactea — Phosphatada —
Infantil** — Alimento das cri-

anças e adultos doentes. —
Semolina Infantil (farinha
para crianças depois do 1.
anno). — **Leite Guaraná**
(alimento tonico e bebida
agradavel).

Leite Tonico (optima be-
bida e alimento). — **Leite
Bol** (admiravel producto, que
se conserva indefinidamen-
te). — **Sopa de Malte, Sopa
de Liebig** (magnificos ali-
mentos para crianças doen-
tes) — **Leite Albuminoso
(Finkelstein)** — Admiravel
alimento dietetico para
crianças doentes; exporta-se
para qualquer ponto.

Os productos pharmaceu-
ticos encontram-se á venda
em todas as boas pharma-
cias e Drogarias do Brasil
e o Crema infantil em todos
os bons armazens e Phar-
macias.

Editoria Francisco Alves

RIO DE JANEIRO

Rua do Ouvidor, 166

S. PAULO

Rua Libero Badaró, 129

BELLO HORIZONTE

Rua da Bahia, 1055

PAULO DE AZEVEDO & C

livreiros Editores e Importadores

EXTRACTO DO CATALOGO

HILARIO RIBEIRO

Cartilha Nacional.....	\$500
2.º Livro de Leitura.....	\$800
3.º Livro de Leitura.....	\$800
4.º Livro de Leitura.....	\$800

THOMAZ GALHARDO

Cartilha da Infancia.....	\$600
2.º Livro de Leitura.....	1\$500
3.º Livro de Leitura.....	2\$500

EPAMINONDAS E FELISBERTO DE CARVALHO

1.º Livro de Leitura.....	2\$000
2.º Livro de Leitura.....	2\$500
3.º Livro de Leitura.....	3\$000
4.º Livro de Leitura.....	3\$500
5.º Livro de Leitura.....	3\$500

SÉRIE PUIGGARI-BARRETO

Cartilha Analitica.....	1\$500
1.º Livro de Leitura.....	2\$500
2.º Livro de Leitura.....	3\$000
3.º Livro de Leitura.....	3\$000
4.º Livro de Leitura.....	2\$500

ARNALDO BARRETO

Cartilha das mães.....	1\$000
Primeiras Leituras.....	2\$000
Leituras Moraes.....	2\$000

FRANCISCO VIANNA

Primeiros Passos na Leitura.....	1\$500
Cartilha.....	1\$800
Leitura Preparatoria.....	2\$500
1.º Livro de Leitura.....	3\$000
2.º Livro de Leitura.....	3\$000
3.º Livro de Leitura.....	3\$000
4.º Livro de Leitura.....	4\$000

JOAO KOPKE

1.º Livro de Leitura.....	2\$000
2.º Livro de Leitura.....	2\$500
3.º Livro de Leitura.....	2\$500
4.º Livro de Leitura.....	3\$500
5.º Livro de Leitura.....	4\$000
Leituras Praticas.....	1\$500
Fabulas (em verso).....	1\$500

D. MARIA ROSA RIBEIRO

Leitura Intermediaria.....	2\$000
Leitura para o 3.º anno.....	2\$500
Leitura para o 4.º anno.....	3\$000

D. RITA DE MACEDO BARRETO

Leituras Preparatorias.....	2\$000
1.º Livro de Leitura.....	2\$000
2.º Livro de Leitura.....	2\$500
3.º Livro de Leitura.....	2\$500
4.º Livro de Leitura.....	3\$000

ABILIO CESAR BORGES

1.º Livro de Leitura.....	\$600
Novo 1.º Livro de Leitura.....	1\$000
2.º Livro de Leitura.....	2\$500
3.º Livro de Leitura.....	2\$500

SABINO e COSTA e CUNHA

Expositor da Lingua Materna.....	1\$000
Segundo Livro.....	1\$000

FERREIRA DA ROSA

Methodo de aprender a ler.....	\$500
2.º Livro de Leitura.....	1\$500
3.º Livro de Leitura.....	2\$000
Excursões escolares.....	1\$000

DR. MARIO BULCAO

Vida Infantil — 1.º Livro.....	1\$500
Vida Infantil — 2.º Livro.....	2\$000
Vida Infantil — 3.º Livro.....	2\$000

COLLECCAO F. T. D.

Quadros Muraes, cada quadro.....	1\$000
Novos Principios de Leitura.....	1\$000
Guia da Infancia, 1.ª parte.....	2\$000
Guia da Infancia, 2.ª parte.....	2\$000
Guia da Infancia, as 2 partes.....	4\$800
O 1.º Livro de André, 1.ª parte.....	2\$000
O 1.º Livro de André, 2.ª parte.....	2\$000
Compendio de Historia Sagrada.....	3\$000
Noções de Sciencias.....	3\$000
Anthologia (3.º livro da coll.).....	4\$000
Anthologia (4.º livro da coll.).....	6\$000
E. DE AMICIS — Coração.....	2\$000

AFRANIO PEIXOTO

Minha Terra e Minha Gente.....	2\$500
BILAC e C. NETTO — Contos Patrios.....	3\$500
" " — Patria Brasileira.....	3\$500
" " — Theatro Infantil.....	2\$500

CORNAZ

As creanças e os animaes.....	1\$500
Novos Amigos.....	2\$000

CORREIA e BARRETO — Era uma vez 2\$000

A. M. PINTO — Proverbios populares 2\$000

BILAC e BOMFIM — Leitura Complementar..... 4\$000

ALBERTO DE OLIVEIRA — Céu, Terra e Mar..... 3\$500

TANCREDO AMARAL

Livro das Escolas..... 3\$000

BARRETO e LAET

Anthologia Nacional..... 5\$000

EUGENIO WERNECK

Antologia Brasileira..... 5\$000

JOAO RIBEIRO

Autores Contemporaneos..... 3\$000

Selecta Classica..... 4\$000

DUQUE-ESTRADA — Thesouro Poetico 3\$500

B. P. R. — Leitura Manuscripta..... 1\$500

A. BALTHAZAR DA SILVEIRA

Educação Moral e Civica..... 2\$500

OLAVO BILAC — Poesias Infantis.... 3\$500

L. FERDINAND — Lyra das Crianças. 2\$000

R. PUIGGARI — Album de Gravuras.. 2\$000

Remettemos o nosso catalogo, gratis para todo o Brasil